

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MÁRCIO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ COMO DOCUMENTOS DE (NÃO)
PROMOÇÃO DA DISCUSSÃO**

MÁRCIO DE OLIVEIRA

**MARINGÁ
2017**

2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO
ESTADO DO PARANÁ COMO DOCUMENTOS DE (NÃO)
PROMOÇÃO DA DISCUSSÃO**

MÁRCIO DE OLIVEIRA

**MARINGÁ
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO
PARANÁ COMO DOCUMENTOS DE (NÃO) PROMOÇÃO DA DISCUSSÃO**

Tese apresentada por MÁRCIO DE OLIVEIRA,
ao Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Estadual de Maringá, como
um dos requisitos para a obtenção do título de
Doutor em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dra.: ELIANE ROSE MAIO

MARINGÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Oliveira, Márcio de

O48p Políticas Públicas e violência sexual contra
crianças e adolescentes: planos municipais de
educação do Estado do Paraná como documentos de
(não) promoção da discussão/ . -- Maringá, 2017.
137 f. : il. Color. , figs., tabs. , mapa.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Eliane Rose Maio.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.

1. Violência sexual - Criança e adolescente. 2.
Políticas Públicas. 3. Planos Municipais de Educação
. 4. Instituições escolares. I. Maio, Eliane Rose,
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro
de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ED.372.372

JLM-000198

MÁRCIO DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ COMO DOCUMENTOS DE (NÃO) PROMOÇÃO DA DISCUSSÃO

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM - Maringá

Prof. Dr. Adão Aparecido Molina – UNESPAR - Paranavaí

Prof. Dra. Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR – Paranavaí

Prof. Dr. Gilmar Alves Montagnoli – UEM – Maringá

Prof. Dra. Geiva Carolina Calsa – UEM – Maringá

Data de Aprovação: 18 de agosto de 2017.

Dedico este trabalho aos/às profissionais das diversas áreas que lutam contra toda forma de violência, sobretudo a violência sexual contra crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Primeira e grandemente, à minha orientadora – Eliane Rose Maio – que contribuiu para a construção de minhas práticas (profissionais e pessoais) longe de qualquer movimento de preconceito ou discriminação. Mais que orientadora, uma amiga e parceira que me amparou, me acolheu, me instigou.

À minha família: Nilza (Mãe), Claudio (Pai), Marcos (irmão), Marcelo (irmão gêmeo), Murilo (irmão), pelo incentivo de cada dia, além do apoio dispensado. Além disso, torceram e vibraram a cada etapa vencida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá pelo acolhimento. Saliento que a dedicação dos/as professores/as do Programa contribuiu grandemente para a realização deste trabalho. Antes professores/as, hoje, inspiradores/as. Ao Hugo e à Márcia, pela presteza e paciência de sempre

Ao grupo NUDISEX, pelas discussões.

Ao amigo e irmão Reginaldo Peixoto, pelas viagens, conversas, discussões, encontros... que possibilitaram pensar e repensar várias das ideias apresentadas nesta tese. Agradecendo ao amigo Diego Araújo também agradeço a todos/as os/as amigos/as que sempre estiveram por perto motivando e torcendo a favor.

À minha querida amiga Akisnelen Torquette, pela força, incentivo e socialização de seus conhecimentos, bem como pelos papos durante nossas viagens para a UNESPAR-Paranavaí.

À Adriana de Oliveira Chaves Palmieri e ao Erick Rodrigo Bucioli, amiga e amigo, que possibilitaram vivências riquíssimas na Secretaria Municipal de Educação de Sarandi (2014 a 2015), sempre instigando e apoiando na realização dessa pesquisa. Ainda agradeço à Keila Aline de Melo Blasques e à Elizângela Cristina Sebrian – diretora e pedagoga, respectivamente, da Escola Municipal Ayres Aniceto de Andrade, na qual eu atuo como pedagogo – pelo incentivo e apoio (assim estendo meus agradecimentos aos/às funcionários/as dessa instituição).

À banca de qualificação e defesa – Professor Doutor Adão Aparecido Molina, Professora Doutora Fabiane Freire França, Professora Doutora Patrícia Lessa dos Santos, Professora Doutora Geiva Calsa, Professor Doutor Gilmar Alves Montagnoli, Professora Doutora Isabela Candeloro Campoi – pela contribuição na construção das narrativas ora aqui apresentadas.

Eu vejo a vida melhor no futuro
Eu vejo isso por cima de um muro de hipocrisia
Que insiste em nos rodear

Eu vejo a vida mais clara e farta
Repleta de toda satisfação
Que se tem direito
Do firmamento ao chão

Eu quero crer no amor numa boa
Que isto valha pra qualquer pessoa
Que realizar a força que tem uma paixão

Eu vejo um novo começo de era
De gente fina, elegante e sincera
Com habilidade
Pra dizer mais sim do que não, não não

Hoje o tempo voa, amor
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir

Não há tempo que volte, amor
Vamos viver tudo o que há pra viver
Vamos nos permitir
(LULU SANTOS, s/d).

OLIVEIRA, Márcio de. **POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ COMO DOCUMENTOS DE (NÃO) PROMOÇÃO DA DISCUSSÃO**. 136f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2017.

RESUMO

Os documentos que dão suporte ao funcionamento da Educação são instrumentos importantes para que as práticas em sala de aula, bem como as práticas de financiamento, gestão, organização e demais tarefas possam ser efetivadas no dia a dia. Mesmo os documentos escritos não garantindo a efetivação das atividades relacionadas à prática pedagógica, são organismos que podem contribuir para isso. Junto a essa ideia, é importante analisar que a violência sexual tem tomado proporções bastante alargadas na sociedade ocidental, de modo que essa atitude tem deixado professores/as, responsáveis, gestores/as, alunos/as e demais profissionais da Educação em alerta. Destaca-se que o principal questionamento deste trabalho é: existem documentos educacionais nacionais que reportam às discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, no entanto os documentos regionais e locais têm possibilitado essas discussões? Os Planos Municipais de Educação (PME) do Estado do Paraná têm permitido a discussão e as práticas contra a violência sexual contra os corpos infanto-juvenis, nos espaços escolares? A partir desse cenário, o objetivo geral da presente Tese é analisar as políticas públicas que permitem [ou não] o debate sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nas instituições escolares; busca-se, também, apresentar uma proposta de texto para os documentos oficiais da Educação dos municípios do Estado do Paraná. Nesse sentido, foram analisados os Planos Municipais de Educação (PME), que entraram em vigência no ano de 2015 e permanecerão válidos até 2025, de 17 (dezessete) municípios do Estado do Paraná, almejando compreender qual a discussão apresentada – ou não – acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. É pertinente mencionar que as instituições escolares não dão – e nem darão – conta de todas as questões voltadas ao âmbito social, porém, podem contribuir em uma formação emancipadora e crítica por meio de debates e práticas sobre a violência sexual, discutindo a realidade sobre essa forma de agressão, bem como disseminar entre os/as alunos/as conhecimentos científicos e práticos sobre esse tema. Para atingir aos objetivos, utilizou-se de pesquisa documental e de pesquisa bibliográfica, além de ter seu suporte teórico-metodológico nos Estudos Culturais, nos Estudos de Gênero e nos Estudos Feministas. Conclui-se que mais da metade dos PME analisados não mencionam discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, o que é bastante grave frente ao aumento do número desse crime no Brasil como um todo. Há a necessidade de que as instituições escolares voltem seus olhares para essa demanda a fim de combater e enfrentar esse problema.

Palavras-chave: Violência Sexual. Crianças. Adolescentes. Planos Municipais de Educação. Instituições Escolares.

OLIVEIRA, Márcio de. **PUBLIC POLICIES AND SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS: MUNICIPAL PLANS OF EDUCATION OF THE STATE OF PARANÁ AS DOCUMENTS OF (NO) PROMOTION OF DISCUSSION.** 136f. Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Advisor: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2017.

ABSTRACT

The documents that support the functioning of Education are important tools for classroom practices, as well as the practices of financing, management, organization and other tasks, can be carried out day by day. Even written documents do not guarantee the effectiveness of activities related to pedagogical practice, are organisms that can contribute to this. Along with this idea, it is important to analyze that sexual violence has taken very broad proportions in Western society, so that this attitude has left teachers, managers, students and other education professionals on alert. It should be highlighted that the main questioning of this work is: there are national educational documents that report on sexual violence against children and adolescents, however regional and local documents have enabled these discussions? The Municipal Plans of Education (PME) in the State of Paraná allowed discussion and practices against sexual violence against children and youth in school spaces? From this scenario, the general objective of this thesis is to analyze the public policies that allow [or not] the debate on sexual violence against children and adolescents in school institutions; orient also, present a text proposal for the official Education documents of the municipalities of the State of Paraná. In this sense, the Municipal Plans of Education (PME) were analyzed, which came into effect in 2015 and will remain valid until 2025, of 17 (seventeen) municipalities in the State of Paraná, aiming to understand the discussion presented - or not - about sexual violence against children and adolescents. It is pertinent to mention that the school institutions do not account - and neither will - for all the social issues, however, can contribute to emancipatory and critical training through debates and practices on sexual violence, discussing the reality about this form of aggression, as well as disseminating among the students scientific and practical knowledge about this topic. To achieve the objectives, we used documentary research and bibliographic research, besides having its theoretical-methodological support in Cultural Studies, in Gender Studies and in Feminist Studies. It is concluded that more than half of PME analyzed do not mention discussions about sexual violence against children and adolescents, which is quite serious in view of the increase in the number of this crime in Brazil as a whole. There is a need for school institutions to observe this demand in order to combat and tackle this problem.

Keywords: Sexual Violence. Children. Adolescents. Municipal Plans of Education. School Institutions.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Dezessete Municípios analisados 70

Gráfico 02: Porcentagem de PME que menciona “violência sexual contra crianças e adolescentes” 102

Gráfico 03: PME que não mencionam “violência sexual”, mas mencionam outras formas de violência 103

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Lista dos municípios que tiveram seus respectivos PME analisados nesta Tese	73
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPE	–	Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DASIS	–	Departamento de Análise de Situação de Saúde
DUDC	–	Declaração Universal dos Direitos da Criança
DUDH	–	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
FLACSO	–	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	–	Instituto Médico Legal
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LGBTTI	–	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais
MPPR	–	Ministério Público do Paraná
MS	–	Ministério da Saúde
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OPAS	–	Organização Pan-Americana da Saúde
PAIR	–	Programa de Ações Integradas de Referenciais
PDE	–	Plano Distrital de Educação
PEE	–	Plano Estadual de Educação
PIDCP	–	Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
PME	–	Plano Municipal de Educação
PNE	–	Plano Nacional de Educação
SESP	–	Secretaria do Estado de Segurança Pública
SINAN	–	Sistema de Informação de Agravos de Notificações
SJC	–	Sistema de Justiça Criminal
SPM	–	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS	–	Sistema Único de Saúde
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS: OS DIREITOS HUMANOS ENTRAM EM PAUTA.....	25
2.1. DOCUMENTOS INTERNACIONAIS	31
2.2. DOCUMENTOS NACIONAIS.....	39
3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESMITIFICANDO CONCEITOS	51
3.1. VIOLÊNCIA: UM INÍCIO DE CONVERSA.....	52
3.2. VIOLÊNCIA SEXUAL	54
3.3. ABUSO SEXUAL	57
3.4. AMARRANDO ALGUMAS IDEIAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL	63
4. PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ONDE ESTÁ A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES?	68
4.1. APUCARANA.....	74
4.2. ARAPONGAS	77
4.3. ARAUCÁRIA	78
4.4. CAMPO LARGO	80
4.5. CASCAVEL.....	81
4.6. COLOMBO.....	82
4.7. CURITIBA	83
4.8. FOZ DO IGUAÇU.....	87
4.9. GUARAPUAVA	88
4.10. LONDRINA.....	89
4.11. MARINGÁ	92
4.12. PARANAGUÁ.....	93
4.13. PINHAIS.....	94
4.14. PONTA GROSSA.....	95
4.15. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	98
4.16. TOLEDO	100
4.17. UMUARAMA	100
4.18. DISCUTINDO EM GRÁFICOS.....	101

4.19. CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	104
5. SUGESTÃO DE TEXTO PARA OS PME SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	109
5.1. SUGESTÃO DE TEXTO PARA OS PME	110
5.2. A ‘RECEITA’ COMO (DES)CAMINHO	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	126

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX-CNPq) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) faz parte, marcadamente, na produção dessa Tese de Doutorado. Enquanto membro desse grupo de pesquisa, pude perceber o quão ainda é necessário estudar questões voltadas a Gênero e Diversidade Sexual. Esse grupo, sob coordenação da Professora Doutora Eliane Rose Maio, realiza ações fundamentais (palestras, simpósios, rodas de conversa) com o objetivo de disseminar conhecimento sobre o combate à violência sexual, ao sexismo, aos preconceitos sociais, ao desrespeito etc.

Além disso, minha atuação de 02 anos como Coordenador Pedagógico em uma escola de periferia no município de Sarandi/PR também me proporcionou buscar conhecimentos sobre as questões voltadas à sexualidade, sobretudo à violência que paira sobre esse tema. Essa experiência contribuiu para fortalecer o engajamento a fim de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente pelo fato de lidar com crianças violentadas sexualmente.

Ressalto, ainda, a possibilidade de coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) de Sarandi em uma atuação de 02 anos (entre 2014 e 2015) na Secretaria Municipal de Educação do mesmo município. Essa atividade me fez abrir os olhos para a necessidade de construção de um PME que abrange o tema de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, mas para além disso, a obrigação de colocar em prática um documento fundamental para a área educacional.

No ano de 2014 tive a oportunidade de compor o quadro docente da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Paranavaí), lecionando as disciplinas de Didática, Política Educacional Brasileira, Literatura Infantil, Metodologia de Pesquisa. Ainda, ao término dessa Tese, estou atuando como professor universitário na mesma instituição. As discussões, principalmente com os/as alunos/as de cursos de licenciaturas (Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Matemática), me fizeram debater, com propriedade, aspectos voltados à demanda social, contribuindo na busca de materiais e discussões acerca dos temas apresentados no presente trabalho.

Junto a isso, a Dissertação de Mestrado elaborada por nós, sob o título 'Gênero na Literatura Infantil: a valorização de alternativas como possibilidade da

desconstrução de estereótipos' (OLIVEIRA, 2013), permitiu chegar à conclusão de que vários materiais utilizados nas instituições escolares, dentre eles a Literatura Infantil, apresentam formas de padronização relacionadas à etnia, à sexualidade, ao gênero, à classe, ao corpo humano etc. Além disso, foi possível averiguar que o caminho de desconstrução de estereótipos é algo árduo, que leva tempo, é trabalhoso, no entanto, necessário, preciso e urgente.

A escrita daquele material possibilitou pensar acerca da opressão a que passam crianças e adolescentes¹, uma vez que esse grupo está exposto (ou vulnerável) aos ensinamentos escolares. Muitas vezes, tais ensinamentos são marcados por preconceitos, por discriminações e por outras formas de violências (OLIVEIRA, 2013).

Retomar o fascínio pelos estudos 'do que é diferente' para a maioria da sociedade é importante porque justifica a escolha do objeto de estudos neste momento. Para além disso, algumas indagações se fizeram presentes durante a escrita desta Tese de Doutorado – não foram respondidas, mas serviram de combustível para a elaboração deste material: por que crianças e adolescentes são submetidos/as a situações violentas? O que faz uma criança ou um/a adolescente estar em estado vulnerável e ser violentado/a sexualmente? O que as instituições próximas às crianças e aos/as adolescentes têm feito para discutir o assunto e minimizar os casos de violência sexual? Onde entram as escolas nesse debate tão urgente e fundamental? Esses questionamentos foram surgindo na medida em que as leituras sobre a infância e as violações de seus direitos fizeram parte, com maior frequência, dos materiais analisados pelo autor desta pesquisa, sobretudo para organizar trabalhos publicados, como capítulos de livro ou apresentar oralmente em eventos sobre o tema (MIRANDA; OLIVEIRA; MAIO, 2013), (OLIVEIRA; MAIO, 2014), (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2015), (OLIVEIRA; MAIO, 2016). Esse movimento contribuiu para a busca de mais conhecimento acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, dando início a esse processo de doutoramento.

Nesse sentido, com o intuito de analisar esse universo infanto-juvenil e algumas de suas peculiaridades, optou-se por um tema polêmico – pois, muitas vezes, apresenta divergência de ideias – e fundamental – porque o seu debate pode

¹ Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade - Lei nº 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a).

contribuir para diminuir os casos de violência – de discussão na contemporaneidade: violência sexual contra crianças e adolescentes.

Casos de violência sexual contra crianças e adolescentes têm sido reportados no Brasil com certa frequência na mídia em geral, como na televisão, nos jornais impressos, em materiais publicados na *internet* etc. No Estado do Paraná, esse índice também é bastante expressivo, por exemplo, no ano de 2015 foram registrados, pela Polícia Civil do Estado do Paraná, mais de 3.000 (três mil) casos de violência sexual e física contra crianças e adolescentes (POLÍCIA CIVIL, 2016)². Ressalta-se que nem todos os casos são registrados, logo, esse número pode ser ainda maior.

Um exemplo, que causou certa repercussão, é o caso de uma criança de 04 (quatro) anos de idade que sofreu abuso sexual por parte do tio e morreu espancada pela mãe – a mãe espancou a filha porque esta urinou na cama enquanto dormia. Depois de morta, o Instituto Médico Legal (IML) constatou o abuso sexual. O fato aconteceu no município de Colombo/PR em março de 2014 (BENETA, 2014). Anterior a isso, o Jornal *online* Gazeta do Povo (2014) publicou que entre os anos de 2010 e 2013, no Estado do Paraná, de acordo com a Secretaria do Estado de Segurança Pública (SESP), o número de estupros contra crianças e adolescentes dobrou. O levantamento revelou que em 2010 foram 60 casos de crianças e adolescentes estuprados/as no Paraná e no ano de 2013 foram 125 ocorrências, ou seja, no ano de 2013 uma criança ou adolescente foi estuproado/a a cada três dias no Estado (GAZETA DO POVO, 2014).

Além desse cenário, ministrar palestras e cursos de formação de professores/as sobre as temáticas de gênero e sexualidades foi uma prática do autor desta Tese desde o ano de 2010, com a entrada como aluno não-regular no Programa de Pós Graduação em Educação – no Mestrado – na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante estes encontros, inúmeros foram os relatos – nas palestras e nos cursos ministrados e, também, ao término deles – de pessoas que sofreram algum tipo de violência sexual na infância ou na adolescência. Os relatos³ marcam, geram uma dor indescritível e, ao mesmo tempo, geram uma angústia, uma necessidade de estudar mais sobre o tema e propor práticas que, de

² Os dados são da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (CAPE) da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (POLÍCIA CIVIL, 2016).

³ Tais relatos não serão apresentados com o objetivo de manter as vítimas anônimas, não levantando suspeita sobre quem são.

alguma forma, possam diminuir os casos dessa faceta da violência, já que é muito difícil apagar as marcas da mesma.

Sem o intuito de reportar aos mais variados casos de violência sexual contra crianças e adolescentes do Estado do Paraná, porém não os ignorando, este estudo discute exatamente a relação entre a Educação e a prática de violência sexual contra esse grupo social.

De antemão, apresenta-se aqui que o problema deste trabalho é: existem documentos nacionais (referentes à Educação) que reportam às discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes; no entanto, os documentos regionais e locais têm possibilitado essas discussões? Os Planos Municipais de Educação (PME) têm permitido a discussão e as práticas contra a violência sexual contra os corpos infanto-juvenis, nos espaços escolares?

Nesse sentido, o objetivo geral do presente estudo é analisar as políticas públicas que permitem [ou não] o debate sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nas instituições escolares. Além disso, apresenta-se uma proposta de texto geral para os documentos oficiais da Educação dos municípios do Estado do Paraná, para que cada município atualize seus documentos levando em consideração as suas especificidades, ou seja, organizando adaptações locais. Quando o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 13.005/2014, define que Estados e Municípios precisam atualizar ou elaborar seus Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME), respectivamente, há abertura de tais políticas públicas estruturarem seus materiais de acordo com a realidade local (BRASIL, 2014a).

É o objetivo geral a análise de 17 (dezessete)⁴ Planos Municipais de Educação (PME), que entraram em vigor no ano de 2015 e terão validade até o ano de 2025 no Estado do Paraná, destacando como o assunto violência sexual contra crianças e adolescentes é apresentado [ou não] em tais documentos.

O recorte dos 17 (dezessete) municípios foi realizado baseado no fato de serem os municípios paranaenses com mais de 100.000 (cem mil) habitantes⁵, quando da promulgação dos Planos Municipais de Educação, no ano de 2015. Essa escolha é fruto da tentativa de se fazer um levantamento do Estado do Paraná,

⁴ Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Toledo, Umuarama.

⁵ Ver Bem Paraná (2010).

considerando a inviabilidade de pesquisar todos os municípios deste Estado (ao todo 399).

A presente pesquisa tem como fundamentação teórica e metodológica os Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Estudos Feministas. Escolha que se deu por conta de essas teorias defenderem a sociedade como um ambiente em que todas as pessoas possam conviver sem sentir o desrespeito e as violências sociais. Além disso, é fato que esse aporte teórico tem permeado as publicações⁶ mais recentes acerca das questões de gênero, de sexualidade, de violência etc.

Os Estudos Culturais – não deixando de lado ideias do marxismo – envolvem, na visão de Johnson (2010), três pilares que se consideram promissores para a discussão desta Tese: a vinculação com as relações sociais (especialmente com as questões voltadas à classe, divisões sexuais, estrutura racial e idade); a cultura como constructo de poder; e o fato de que a cultura não é um campo autônomo, mas um ambiente de diferenças e lutas sociais. Para o autor os Estudos Culturais dizem respeito “[...] ao lado subjetivo das relações sociais” (JOHNSON, 2010, p. 25). Essa premissa será o alicerce da construção desta pesquisa.

Além disso, neste trabalho, os Estudos Culturais são compreendidos como militância social, tal qual aconteceu na Inglaterra, utilizando-se das palavras de Escosteguy (2010, p. 142), “[...] enquanto movimento intelectual tiveram um impacto teórico e político que foi além dos muros acadêmicos, pois, na Inglaterra, constituíram-se numa questão de militância e num compromisso com mudanças sociais radicais”.

Os Estudos Feministas e os Estudos de Gênero fazem parte, também, da base teórica do estudo aqui apresentado, para dar visibilidade e representatividade às mulheres, contrariando a vertente do machismo. Essa representatividade serve como termo operacional “[...] no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos” (BUTLER, 2015, p. 18).

Nessa mesma lógica, entende-se que as questões de gênero são práticas discursivas contínuas, estando sempre abertas às “[...] intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2015, p. 69). Mesmo quando o gênero se cristaliza, esta

⁶ Como por exemplo, os textos utilizados para a elaboração desta pesquisa.

cristalização “[...] é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais” (BUTLER, 2015, p. 69).

Durante a elaboração desta Tese, foram realizadas buscas⁷ de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, além de livros publicados, acerca da análise do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) e dos Planos Municipais de Educação (promulgados no ano de 2015). Essa busca foi realizada tomando como base o ano de 2014, ano de promulgação do PNE, se estendendo até junho de 2017 (mês e ano de qualificação dessa Tese). No entanto, tais materiais não foram encontrados, ou seja, até a presente elaboração (junho/2017), não foram publicados materiais relacionando tais documentos e os aportes teóricos voltados às questões de gênero, sexualidade e violência sexual. Nesse sentido, as ponderações realizadas aqui podem ser denominadas como um Estado da Arte⁸, ao passo que poderão servir de material de busca para futuras pesquisas.

As buscas realizadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) contribuíram para o acesso a publicações relacionadas às Políticas Públicas, ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) e aspectos voltados à violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, a relação entre esse documento nacional, a formulação das políticas públicas locais voltadas à Educação e esse tipo de violência, não foi encontrada em nenhum trabalho, ou seja, os temas são encontrados e analisados separadamente, porém, sem estabelecer relações entre si.

Entre os trabalhos⁹ encontrados na pesquisa de produção científica estão a Tese de Doutorado de Marilene Maria de Aquino Castro (2016) sob o título “A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)”, que apresenta como objetivo uma análise das ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti (PA)

⁷ Essas buscas foram realizadas *online*, no *site* do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a saber: bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/

⁸ O Estado da Arte é utilizado sob a perspectiva de Romanowski e Ens (2006), que enfatizam possibilitar uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos/às interessados/as perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes.

⁹ A busca foi realizada por meio das palavras-chave ‘Plano Nacional de Educação de 2014 e violência sexual crianças e adolescentes’, utilizando o filtro para o período (2014, 2015, 2016 até junho de 2017), além de especificando a grande área de conhecimento (Educação), a área de conhecimento (Educação), a área de avaliação (Educação) e a área de concentração (Educação), totalizando 6362 (seis mil, seiscentos e sessenta e dois) trabalhos.

no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, foi encontrada a Dissertação de Mestrado de Cleumir Pereira Leal (2016) intitulada “Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA”, com o objetivo de compreender de que forma o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido realizado na escola Dom Rino Carlesi. Também destaca-se, aqui, a Tese de Doutorado de Claudia Machado (2014) com o título “Educação e Direitos Humanos - trajetória de Porto Alegre no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”, que teve o objetivo de abordar as estratégias da rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual identificados na cidade de Porto Alegre, apresentando um mapeamento dos fluxos de comunicação. Poderiam ser citados vários outros exemplos, a título de desenhar o fato de que os trabalhos publicados não entrelaçam as características do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) com os aspectos da violência sexual contra crianças e adolescentes e os Planos Municipais de Educação (promulgados no ano de 2015).

Para atingir aos objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa documental cuja característica é que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174). De acordo com as autoras, a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, “[...] desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Sua finalidade é colocar o/a pesquisador/a “[...] em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

A presente Tese está dividida em quatro seções, sendo que primeiramente será apresentada a Introdução. A seção 02 discute os Direitos Humanos e Políticas Públicas, perpassando por documentos internacionais e nacionais que, de alguma forma, amparam o debate acerca da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes.

A seção 03 apresenta a desmistificação de conceitos importantes para a não violação dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, sendo os principais: a violência sexual (sem necessariamente o uso da força física pelo/a abusador/a), o estupro (geralmente a aplicação de força física pelo/a abusador/a contra a vítima).

A seção 04 analisa os Planos Municipais de Educação de 17 (dezessete) municípios do Estado do Paraná, enfatizando a presença ou a ausência de citações acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes nesses documentos, que auxiliam (ou deveriam auxiliar) no desenvolvimento e na efetivação do ensino nas variadas instituições escolares. Além disso, pondera-se sobre esses documentos a partir das categorias de análise formuladas pelo próprio conteúdo encontrado nos mesmos.

A última seção apresenta uma sugestão de texto para os PME (relacionando a Educação e o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes), que poderá ser implementada nas unidades de ensino dos vários municípios do Estado do Paraná. Salienta-se que cada Secretaria Municipal de Educação, dos 17 (dezessete) municípios participantes desta pesquisa, bem como os 32 (trinta e dois) Núcleos Regionais de Educação do Paraná, receberão uma cópia do trabalho aqui realizado. Tal proposta busca elucidar uma 'receita de trabalho', não engessada, nem fixa, mas um caminho, um direcionamento, que pode ser adaptado à realidade das mais variadas instituições de ensino.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS: OS DIREITOS HUMANOS ENTRAM EM PAUTA

O objetivo desta seção é discutir sobre as Políticas Públicas nacionais e internacionais sob o viés de analisar os aspectos dos Direitos Humanos. Salienta-se que será apresentada uma visão mais voltada aos Estudos Culturais, no entanto, algumas inserções relacionadas aos estudos de Foucault também serão levadas em consideração. A primeira visão ressalta a necessidade de considerar os aspectos sociais na formulação de tais políticas, enquanto a segunda defende que o indivíduo ora é objeto do Estado, ora é sujeito. Essa escolha se deu pelo fato de que aqui se defende que o sujeito pode e deve ser sujeito das mudanças sociais, embora o sistema, grande parte das vezes, o modela como simples objeto de manobra para sua regulamentação.

As Políticas Públicas têm um papel fundamental em inúmeras áreas sociais, dentre elas a Educação: regulamentar as ações que possibilitam a efetivação de práticas nas mais variadas instâncias sociais. Carvalho (2012, p. 24) enfatiza que as “[...] políticas públicas [...] expressam as relações entre Estado e sociedade e, portanto, as ações do Estado devem ser vistas não em sua particularidade, mas como manifestações das relações sociais”.

Nesse sentido, discutir Políticas Públicas é, também, debater as relações sociais, ao passo que é preciso garantir qualidade mínima de sobrevivência às pessoas, o que pode ser melhor planejado e efetuado por meio dessas políticas. Aqui se entende que tais relações sociais perpassam por debates e práticas relacionadas à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, ao lazer, à segurança, à qualidade de vida e, também, pelas questões de gênero, de sexualidades, de identidades etc.

No entanto, não se pode deixar de evidenciar que as Políticas Públicas são construídas a partir da ideologia do Estado, de maneira a impor uma ideologia dominante, de quem governa, de quem está no poder. Atentando-se à área da Educação, por exemplo, valem os estudos de Giroux (1986) em que ressalta o fato de as escolas refletirem as relações sociais do mundo do trabalho, sendo o resultado final a reprodução das divisões sociais e de classe, aspectos, esses, necessários para a produção e legitimação do capital e suas instituições, a exemplo do Estado e do mercado.

Enfatiza-se que os documentos – nacionais e internacionais – também são mecanismos do Estado, de modo a agirem com um propósito de garantir a sua manutenção, considerando a ideologia da classe dominante, sendo que, citando Bourdieu e Passeron (2014), o Estado se articula para a reprodução da cultura burguesa, caracterizada pelo modo de falar, de se portar, de pensar etc. Por mais que tais Políticas Públicas busquem discutir os Direitos Humanos, a Educação, a Assistência Social, por exemplo, ainda assim há a necessidade de manutenção do poder do Estado por meio desses mecanismos. Os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, por exemplo, podem buscar romper com esse modelo, de modo a avançar em suas pautas sociais, por meio de mobilizações. Esse rompimento (pensando o sujeito enquanto atuante na sociedade) será levado em consideração nessa seção.

Entre os documentos redigidos e a vida social, há uma enorme lacuna, inclusive porque as Políticas Públicas ainda não alcançaram todas as pessoas. Exemplo disso é o grande número de exclusões sociais, discriminações e violência presenciadas cotidianamente – tanto em nível nacional quanto internacional.

As Políticas Públicas carecem, na concepção de Carvalho (2012, p. 25), serem “[...] analisadas como expressão das relações sociais e não apenas como resultado da vontade/imposição de uma classe em particular”. Logo, essa discussão precisa amparar os mais variados grupos sociais, sejam negros/as, mulheres, pobres, deficientes, indígenas, população quilombola e ribeirinha, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTTI).

Na perspectiva de Torres (2001, p. 42),

[...] política pública, como parte de um projeto de dominação, é, ao mesmo tempo uma arena de luta e uma caixa de ressonância para a sociedade civil. Quando a política pública é definida e implantada, tensões e contradições, acordos e desacordos entre movimentos sociais, elites, grupos burocráticos, indivíduos e comunidades ocorrem diariamente.

Dessa maneira, debater Políticas Públicas é, e sempre será um campo de lutas, campo esse que propaga ideias favoráveis e contrárias, de maneira a viabilizar práticas que buscam, de alguma forma, atender às mais variadas relações sociais e culturais.

Seguindo essas premissas, a Educação também é compreendida como um fenômeno social, o que permite considerar que a escola, bem como a sociedade que a inclui, não é algo dado e acabado, mas é resultado de um processo contínuo de mudanças. Isso faz refletir que não se pode afirmar que a Educação de outrora é pior ou melhor do que as práticas educativas da atualidade, mas sim que são práticas diferenciadas, em contextos diferentes.

Souza (2006) enfatiza que as Políticas Públicas podem ser entendidas como um conjunto de objetivos ou de intenções que dão forma a um determinado programa de ação governamental, condicionando sua exceção. A mesma autora ressalta que as Políticas Públicas se caracterizam apenas pelas Leis e regras (embora essas fazem parte do conjunto), sendo uma ação intencional com objetivos a serem alcançados. Além disso, as Políticas Públicas envolvem processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, “[...] implica também implementação, execução e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 37).

Assim, as Políticas Públicas podem ser organizadas em forma de documentos ou leis, de modo a registrar ações que devem ser realizadas e colocadas em prática. Como exemplo, citam-se os Planos Municipais de Educação (PME) que serão analisados nesta Tese. Tais documentos foram construídos para dar visibilidade a algumas práticas (alfabetização, financiamento da Educação, valorização profissional etc.) e acabaram por demonstrar, além disso, uma tentativa de silenciamento¹⁰ para outras áreas (discussão sobre Gênero e Sexualidades, por exemplo), baseando-se no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 13.005/2014 (BRASIL, 2014a).

Registra-se ainda que, para Pereira (2008, p. 96), “[...] política pública implica sempre, e simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores [e atrizes]”. Tais atores (e atrizes) são representantes da sociedade como um todo, que geralmente são chamados/as na construção das Políticas Públicas.

Desse modo, a partir dessa premissa, é possível perceber que as Políticas Públicas consistem em estratégias governamentais e, geralmente se exibem em forma de relações jurídicas ou políticas, expressando as relações sociais, em que as

¹⁰ Cabe ressaltar que grupos conservadores se mobilizaram, no Brasil todo, com o objetivo de não permitir a discussão de Gênero e Sexualidades nos documentos oficiais, seja no PNE, PDE, nos PEE ou nos PME, essa articulação pode ser considerada uma maneira de silenciar tais discussões. Uma análise mais detalhada sobre esse aspecto pode ser encontrada na Dissertação de Mestrado de Jasmine Moreira (2016) e na Tese de Doutorado de Patrícia de Oliveira e Silva Ferreira Mendes (2016), por exemplo.

suas raízes se encontram no mundo da produção. Mais uma vez, cabe ressaltar que tais políticas servem para a manutenção do Estado. Nas palavras de Silva (2004, p. 32), as Políticas Públicas são “[...] Política social que não se dissocia da política econômica. Primazia, mas não exclusividade, da responsabilidade do Estado. Estratégia de governo que supõe articulação com setores privados”. Assim, sempre ligadas à política econômica, com interesses econômicos a partir da lógica do mercado de consumo.

No entanto, não se pode desconsiderar os movimentos sociais, que lutam para quebrar esse ciclo e buscar com que as demandas sociais sejam alcançadas, a exemplo de moradia, bons salários, saúde, dignidade, enfrentamento à violência etc.

Nessa lógica, há de se pensar que quando uma Política Pública é registrada (escrita), geralmente em forma de leis, o que acontece é uma movimentação de escolhas, em que são selecionadas algumas pautas e outras são excluídas. Essas escolhas estão ligadas a poderes hegemônicos (econômicos, políticos, culturais), por isso a necessidade das lutas de movimentos sociais. É importante ressaltar que as seleções de tais pautas são realizadas geralmente por quem detém o domínio (por exemplo, o de sancionar as leis). Essa reflexão tem como base os escritos de Foucault (2017) quando analisa o conceito de ‘poder’, discutindo que se trata de uma relação flutuante, não estando localizado em uma instituição ou uma pessoa. Assim, a todo momento, as Políticas Públicas expressam as relações de poder, em que um grupo de pessoas (que possuem esse determinante de força) as definem.

Souza (2006) salienta que as Políticas Públicas não são apenas as ações realizadas, mas, também, as não realizadas, ao passo que a preferência e a tomada de decisões influenciam na regulamentação e na efetivação das mesmas. Nesse mesmo sentido, Pereira (2008, p. 97) enfatiza que o Governo “[...] escolhe ou não escolhe fazer” determinada política e é isso que define a agenda política do Estado.

Para analisar as Políticas Públicas, é preciso, também, entender o que é Estado e Governo. Para Höfling (2001, p. 31), aqui se entende que o Estado é o conjunto “[...] de instituições permanentes [...] que possibilitam a ação do governo”; enquanto Governo é o “[...] conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de estado por um determinado período” (HÖFLING, 2001, p. 31). Desse modo, o primeiro corresponde aos aspectos fixos como Órgãos legislativos, tribunais e

exércitos, por exemplo; e o segundo corresponde aos programas adotados por parcela da sociedade que ascende ao poder.

Nesse cenário, as Políticas Públicas podem ser definidas como o “[...] Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 31). Esses setores podem ser relacionados às mais variadas áreas, tais como Educação, Saúde, Infraestrutura, Saneamento, Transporte etc.

Há, inclusive, uma estreita relação entre as Políticas Públicas e as Políticas Sociais, pois essas últimas têm “[...] suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Vale, ainda, ressaltar uma questão que fora preconizada por Foucault (2017, p. 407) quando o pensador indaga acerca da “governamentalidade”. O seu raciocínio apresenta uma das bases para a discussão apresentada neste trabalho. O autor menciona que assuntos do tipo: forma de governar, por quem ser governado/a, a maneira correta de governar – a partir do século XVI – se situam por meio de dois processos, em que se destaca aqui que naquela época superou-se “[...] a estrutura feudal, [começando] a instaurar os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais” (FOUCAULT, 2017, p. 408). A esse fator, o pensador agrega que os aspectos religiosos de Reforma e Contrarreforma também interferem nesse processo de governamentalidade.

Foucault (2017, p. 413) destaca que “[...] a introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo”. Essa premissa pode contribuir na percepção de que um dos objetivos do governo é manter a economia.

Também é interessante analisar que governar um Estado, de acordo com Rousseau, citado por Foucault (2017, p. 413), significará “[...] estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos[às] habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle”. Dessa forma, é possível entender que as medidas tomadas pelo Estado funcionam como uma maneira de controlar a população. Dando sequência às discussões apresentadas acerca do Estado, Foucault (2017, p. 417-418) explicita que este implica

em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, e mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar etc. Portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas. E esta palavra dispor é importante, à medida que, para a soberania, o que permitia atingir sua finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam indissoluvelmente ligadas. Ao contrário, no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas.

De certa forma, as Políticas Públicas podem ser vistas como um dispositivo estatal, a fim de organizar as relações entre as pessoas, com o objetivo de que essas produzam quanto mais a riqueza de um determinado Estado.

Nesse sentido, mesmo entendendo as Políticas Públicas são analisadas como um dispositivo de segurança do Estado. Nas palavras do estudioso, esse objetivo é “[...] não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde etc.” (FOUCAULT, 2017, p. 425). Logo, a população aparece como um instrumento do governo, a fim de manter a regulamentação do poder deste último.

Ainda se torna importante estabelecer um conceito usado por Foucault (1988): biopolítica. Esse termo foi utilizado pelo pensador, pela primeira vez, no último capítulo da obra *História da Sexualidade I – a vontade de saber*, que é intitulado *Direito de Morte e Poder sobre a Vida*. De acordo com o autor, a biopolítica é o fato de que, a partir do século XVIII, a vida biológica passa a se converter em um objeto da política, ou seja, essa vida começa a ser produzida e, mais do que isso, administrada pelo Estado.

Castro (2011), analisando o conceito de biopolítica, infere que Foucault utiliza o termo com o intuito de demonstrar que a política distribui o vivente (vida biológica) em um domínio de valor e de utilidade. Assim, essa vida passa a ser aproveitada pelo Estado e por suas instituições como elemento de poder, ou seja, passa-se a incluir a vida humana nas avaliações de poder. Na perspectiva de Castro (2011), a lógica do biopolítica é cuidar da vida humana para que essa seja produtiva, contribuindo para o Estado.

A partir desse cenário, pode-se inferir que os documentos que buscam diminuir a violência contra crianças e adolescentes – incluindo a violência sexual –

servem como um instrumento para manter a saúde dessa faixa etária; e, em uma lógica mercantil, tais documentos têm o objetivo de alcançar um bom desenvolvimento para os/as menores, para que cresçam sadios/as e contribuam para que o Estado mantenha a sua lógica e seu poder. Junto a isso, é fundamental analisar a atuação dos movimentos sociais, que têm a finalidade de melhorar a vida em sociedade, desta forma, os documentos não se apresentam apenas como reguladores da lógica de mercado, mas também como possibilidade de alcançar a justiça social.

Dando sequência a essa seção, a seguir serão discutidos alguns documentos internacionais – Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC, 1959), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966) – que auxiliam no debate e nas práticas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.1. DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

Discutir o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é uma pauta que deve perpassar ações e documentos nacionais e internacionais. Nesse sentido, aqui são discutidos alguns documentos internacionais com o intuito de, posteriormente, discutir os documentos nacionais embasados por estas.

Para seguir os estudos apresentados aqui, é primordial entender que os Direitos Humanos, de acordo com Arendt (1979), são frutos de um passado e de um presente, construídos a partir de lutas e ações sociais.

Ressalta-se que até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não havia menção aos Direitos Humanos ou aos direitos das minorias (ou grupos fragilizados) (HÖFLING, 2001). Esse tema entrou em cena no ano de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948). Esse documento, adotado por 192 países (incluindo o Brasil), apresenta 30 artigos relacionados ao bem-estar social e conjunto entre as pessoas (DUDH, 1948).

A partir dos estudos sobre a DUDH (1948), é preciso enfatizar que os Direitos Humanos também apresentam contradições. Comparato (1997, p. 01) faz uma discussão acerca do assunto quando infere que

de um lado, o Estado do Bem-Estar Social do segundo pós-guerra pareceu concretizar, definitivamente, o ideal socialista de uma igualdade básica de condições de vida para todos os homens. De outro lado, no entanto, a vaga neoliberal deste fim de século demonstrou quão precário é o princípio da solidariedade social, base dos chamados direitos humanos da segunda geração, diante do ressurgimento universal dos ideais individualistas.

Nessa mesma trajetória, Neves (2005, p. 03) vai além na discussão relacionada às críticas e limites da DUDH, pois

de um lado, [a DUDH] serve à afirmação e realização generalizada de direitos relacionados com a inclusão jurídica em condições de dissenso estrutural; de outro lado, atua como forma de manipulação política, seja para encobrir situações de carência de direitos, seja, mais bruscamente, para dar ensejo à opressão política, implicando, nesse caso, ofensas escandalosas aos próprios direitos humanos de amplas parcelas da população civil inocente.

Assim, é possível afirmar que, de acordo com Comparato (1997) e Neves (2005), os Direitos Humanos respondem às exigências sociais de autonomia das várias esferas de comunicação e de discursos, com ênfase para a manutenção da ordem social.

Mesmo considerando os aspectos contraditórios apresentados acerca das discussões sobre os Direitos Humanos, é importante considerá-los, sobretudo porque é uma das bases acessíveis para a tentativa de buscar humanizar as relações sociais.

Nesse sentido, o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresenta que ninguém pode sofrer qualquer tipo de violência quando apresenta o seguinte texto: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em **espírito de fraternidade**” (DUDH, 1948, art. 1, grifos do autor). O documento expressa que as pessoas devem viver harmoniosamente em espírito de fraternidade, o que dá vazão para o fato de que crianças e adolescentes não podem sofrer violências, incluindo a sexual. Em uma interpretação simples, o Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa apresenta que fraternidade se remete à “[...] harmonia, amizade, concórdia” (BUENO, 2010, p. 227).

No terceiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos é exposto que “[...] todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à **segurança pessoal**”

(DUDH, 1948, art. 3, grifos do autor). A segurança pessoal pode ser entendida como a convivência longe das violências, fica evidente que é crime para crianças e adolescentes – ou qualquer outra pessoa, de qualquer classe, etnia, orientação sexual, posicionamento político, condição de saúde etc. – sofrerem agressões sexuais.

O texto chama a atenção que “[...] ninguém será submetido à tortura nem a penas ou **tratamentos cruéis, desumanos e degradantes**” (DUDH, 1948, art. 5, grifos do autor). Assim, sofrer agressão sexual é um ato desumano e degradante, esse fato, por si só, deve ser combatido socialmente. O que está manifestado na referida Declaração, inclusive no artigo vigésimo segundo, é que “[...] toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à **segurança social**” (DUDH, 1948, art. 22, grifos do autor).

Por fim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos expõe em seu vigésimo quinto artigo que “[...] a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam a mesma proteção social” (DUDH, 1948, art. 25). Esse artigo, específico sobre maternidade e infância, garante que esse público tenha acesso à proteção especial. A infância necessita de proteção especial por ser um grupo vulnerável; para Costa e Bigras (2007, p. 1102), “[...] este importante segmento da população é mais vulnerável porque é formado de indivíduos ainda imaturos para enfrentar sozinhos as exigências do ambiente”. Assim, a infância precisa ser tutelada – além da família – pelos organismos que compõem a sociedade, buscando sempre o cuidado e o amparo, garantindo as necessidades básicas de sobrevivência: alimentação, saúde, educação, lazer, saneamento, proteção etc.

Outro marco importante para a proteção das crianças e dos/as adolescentes é a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC, 1959), que foi aprovada no ano de 1959. Esse documento abrange dez princípios, que dizem respeito ao amparo, especificamente, das crianças.

O segundo princípio da DUDC diz respeito ao direito à especial proteção para o desenvolvimento físico, mental e social da criança que

[...] **gozará de proteção especial** e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições

de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança (DUDC, 1959, princ. II, grifos do autor).

O texto apresenta que a criança precisa crescer de modo a desenvolver plenamente suas mais variadas características, isso faz refletir que qualquer tentativa de violência contra um/a infante é crime, pois, conforme serão analisados na próxima seção, quando uma criança ou um/a adolescente sofre qualquer tipo de violência sexual, ele/a desencadeia várias complicações para seu desenvolvimento mental, social, psíquico, físico etc.

A referida Declaração ainda defende o direito ao amor e à compreensão por parte dos/as responsáveis e da sociedade: “[...] a criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; [...] deverá crescer [...] em um **ambiente de afeto e segurança moral e material**” (DUDC, 1959, princ. VI, grifos do autor). A criança deve viver em um ambiente protegido de quaisquer formas de violência. A questão de afeto e segurança deve ser aplicada a todos os ambientes os quais as crianças e os/as adolescentes frequentam: lares, escolas, vias públicas, igrejas, hospitais etc.

Ainda é interessante destacar que o princípio nono da Declaração Universal dos Direitos da Criança enfatiza que “[...] a criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, **crueidade e exploração**. Não será objeto de nenhum tipo de tráfico” (DUDC, 1959, princ. IX, grifos do autor). Nenhuma criança pode estar exposta à crueldade e à exploração, assim, qualquer violência sexual deve ficar longe de todo/a e qualquer menino ou menina.

Em 07 de outubro de 1966, foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto para adesão em diversos países (entre eles, o Brasil¹¹), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966). Salienta-se que esse documento menciona em alguns artigos (2º, 24º e 26º, em específico) o cuidado com as crianças e com a violação de seus direitos.

¹¹ Esse Pacto foi assinado no Brasil no ano de 1992, no governo de Fernando Collor de Mello, por meio do Decreto nº. 592 de 6 de julho de 1992 (BRASIL, 1992). É importante ressaltar que no ano de 1966, quando o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966) foi redigido, o documento foi disponibilizado para que os países fizessem a sua adesão, entrando em vigor apenas no ano de 1976, quando houve a adesão mínima de 35 países (LEITE; MAXIMIANO, s/d). Nesse período, o Brasil estava sob regime militar, sendo que sua adesão aconteceu algum tempo depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), pois muitos dos direitos apresentados no Pacto, já estavam inseridos na referida Constituição (LEITE; MAXIMIANO, s/d).

A primeira parte do documento é constituída por apenas um artigo, que se refere ao direito à autodeterminação. Já a segunda parte enfatiza como os Estados aplicarão o Pacto. Na terceira parte, encontram-se elencados os direitos, entre eles o direito à vida; a garantia de tratamentos que não se utilizem de tortura, tratamentos cruéis ou desumanos; ninguém poderá ser submetido à escravidão, por exemplo. Na quarta parte, se prevê a instituição do Comitê dos Direitos do Homem (e da Mulher) e uma avaliação periódica da aplicação do Pacto a todos os seus Estados membros. A quinta parte dispõe regras de interpretação e a sexta, e última parte, apresenta regras sobre a entrada em vigor e vinculação dos Estados (PIDCP, 1966).

O segundo artigo apresenta o seguinte texto:

cada Estado Parte [ou seja, os países que assinaram o Pacto] **compromete-se a respeitar** e a garantir a todos os indivíduos que se encontrem nos seus territórios e estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, **sem qualquer distinção**, derivada, nomeadamente, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de propriedade ou de nascimento, ou de outra situação (PIDCP, 1966, art. 2, grifos do autor).

Assim, inclusive por conta de faixa geracional, qualquer pessoa deve ser respeitada nos Estados que assinarem o referido Pacto. Isso envolve proteger contra qualquer forma de discriminação ou outra maneira de violência, incluindo a sexual.

O artigo vigésimo quarto apresenta que

qualquer criança, sem nenhuma discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, propriedade ou nascimento, **tem direito**, da parte da sua família, da sociedade e do Estado, **às medidas de proteção** que exija a sua condição de menor (PIDCP, 1966, art. 24, grifos do autor).

Esse excerto chama a atenção para o fato de que as crianças merecem cuidados especiais por conta de sua faixa etária, independentemente de qualquer característica. O artigo vigésimo sexto abrange que todas as pessoas merecem igual tratamento:

todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deve proibir todas as discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra toda a espécie de discriminação,

nomeadamente por motivos de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de propriedade, de nascimento ou de qualquer outra situação (PIDCP, 1966, art. 26, grifos do autor).

Nesse sentido, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos preconiza que as pessoas não devem sofrer discriminações e/ou qualquer outra forma de violência.

Outro marco, que se faz fundamental mencionar, é a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança¹². De antemão, ressalta-se que tal Convenção apresenta como um de seus limites o fato de que a ONU, aparentemente, não realiza o devido levantamento para analisar se os países que aderiram à mesma, estão cumprindo seu papel. De acordo com os estudos de Andrade (2000), muitos países, a exemplo do Brasil, deixam de enviar relatórios periódicos acerca dos avanços e efetividade das ações estabelecidas no documento. Mais uma vez, é primordial enfatizar que não basta os direitos protetivos estarem postos no papel, é preciso a sua efetivação, colocando em prática atitudes que possam contribuir para a segurança e para a proteção das crianças e dos/as adolescentes. Mesmo assim, aqui, destaca-se a referida Convenção como uma Política Pública que pode contribuir para o desenvolvimento dos/as menores.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi incorporada em forma de Decreto (nº. 99.710/1990) no Brasil (BRASIL, 1990b). O terceiro artigo do referido documento apresenta o seguinte texto:

os Estados Partes se certificarão de que as instituições, os serviços e os estabelecimentos encarregados do **cuidado ou da proteção das crianças** cumpram com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à **segurança e à saúde das crianças**, ao número e à competência de seu pessoal e à

¹² A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi redigida no ano de 1989, adotada pelo Brasil em 1990, após a consagração do princípio do reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos inalienáveis, de igualdade e liberdade, proclamados na Carta das Nações Unidas, de 1945, bem como com o escopo de proteger a infância e promover a assistência especial à criança, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A referida Convenção foi concebida tendo em vista a necessidade de garantir a proteção e cuidados especiais à criança, incluindo proteção jurídica apropriada, antes e depois do nascimento, em virtude de sua condição de hipossuficiente, em decorrência de sua imaturidade física e mental, considerando que em todos os países do mundo existem crianças vivendo em condições extremamente adversas e necessitando de proteção especial (ALBERNAZ JÚNIOR; FERREIRA, s/d).

existência de supervisão adequada (BRASIL, 1990b, art. 03, grifos do original).

Fica evidente a preocupação do Estado e da sociedade civil em relação à proteção da criança. Esse aspecto é fundamental para que se garantam as necessidades básicas de sobrevivência das crianças. Ainda é apresentado que “[...] os Estados Partes assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” (BRASIL, 1990b, art. 06).

Além disso, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, é reforçado o zelo em relação às variadas formas de violência a que as vítimas podem estar submetidas, incluindo a violência sexual. Nas palavras do documento,

os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para **proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual**, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela (BRASIL, 1990b, art. 19).

É notória a preocupação em relação à violência sexual a que as crianças podem estar expostas. É fundamental que os documentos mencionem essas interfaces da violência, de modo a deixar bastante enfatizado que o dever de lutar contra as variadas formas de violência – incluindo a sexual – é de toda a sociedade, não apenas de Órgãos isolados.

A preocupação em relação à violência sexual contra crianças é melhor apresentada no artigo trinta e quatro da referida Convenção:

os Estados Partes se comprometem a **proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual**. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos (BRASIL, 1990b, art. 34, grifos do original).

Dando sequência, no ano de 2000, uma reunião que é outro marco em relação aos cuidados às crianças e aos/às adolescentes, na qual o Brasil participou,

foi a X Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo – Declaração do Panamá (PANAMÁ, 2000). Por meio desse evento, foi emitido um documento de mesmo nome, em que os/as chefes de Estado defenderam que para conseguir “[...] um desenvolvimento humano sustentável, a consolidação democrática, a equidade e a justiça social, e com base nos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”, é primordial “[...] dedicar especial atenção à infância e à adolescência” (PANAMÁ, 2000, art. 01).

O referido documento apresenta preocupação em relação aos cuidados que devem ser tomados para com as crianças e os/as adolescentes, com o propósito de “[...] formular políticas e promover programas e ações que garantam o respeito dos seus direitos, seu bem-estar e desenvolvimento integral” (PANAMÁ, 2000, art. 01).

É importante salientar que os/as signatários/as da referida Cúpula defendem que a “[...] pobreza, a desigual distribuição da renda, a exclusão social e a violência intrafamiliar são as principais causas para que as crianças e adolescentes [...] sejam objeto de exploração econômica ou sexual e fiquem expostos a situações de risco” (PANAMÁ, 2000, art. 10). Nesse sentido, algumas medidas, dentre outras, são enfatizadas:

- c) Encorajar a adoção de medidas legislativas e adotar medidas severas que castiguem aqueles que participam ou colaboram na prática de delitos de tráfico, sequestro, venda de órgãos e **exploração sexual de crianças e adolescentes** e qualquer outra atividade ilícita que lese a sua dignidade e vulnere seus direitos. Neste sentido, estabelecer mecanismos de cooperação e informação internacionais dirigidos à prevenção, controle e punição destes delitos e à reabilitação de crianças e adolescentes afetados [...]
- e) Promover ações conjuntas dirigidas a garantir a observância dos direitos das crianças e adolescentes migrantes, particularmente os que se encontrem submetidos a manifestações de xenofobia, **discriminação e tratamentos cruéis e degradantes**. Desta maneira, desenvolver iniciativas que tipifiquem e punam, de forma efetiva, o tráfico ilegal de pessoas [...]
- h) Fortalecer e desenvolver as políticas públicas para prevenir e erradicar a violência intrafamiliar e proteger as crianças e adolescentes que tenham sido vítimas dessa forma de violência (PANAMÁ, 2000, art. 10, grifos do autor).

Essas medidas são fundamentais para a diminuição dos casos de violência sexual. O documento apresenta outras regulações, que são voltadas às questões do combate à desigualdade social, fome, trabalho infantil etc., no entanto, destacaram-

se, aqui, as medidas que têm mais relação com a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os documentos internacionais apresentam aspectos relevantes para os direitos das crianças e dos/as adolescentes, ao mesmo tempo em que muitas são as críticas dirigidas a esses documentos, sobretudo pelo fato de atenderem à demanda do Estado, a fim de manter a sua regulamentação, como mencionado. Apesar de críticas que lhes foram feitas, os textos aqui apresentados instalaram discursos e práticas sobre as crianças e os/as adolescentes contemporâneos/as, provocando mais visibilidade ao tema e proporcionando uma atenção específica para os/às menores.

A seguir, será apresentada uma discussão acerca de alguns documentos nacionais que discutem os Direitos Humanos, em específico os relacionados com a violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.2. DOCUMENTOS NACIONAIS

No Brasil, os documentos oficiais que apresentam aspectos voltados à infância são bastante recentes. Andrade (2010) menciona que as crianças e os/as adolescentes brasileiros/as passaram a ter garantias de direito apenas a partir da década de 1980. A autora ainda comenta que

o processo de reconhecimento e legitimação dos direitos da infância é marcado pelo caráter paradoxal, em especial no cenário atual, em que as políticas de ajustes na economia dos países periféricos às regras do mercado mundial têm agravado as condições de vida das populações, em especial das crianças, reconhecidas como categoria mais vulnerável às mudanças societárias (ANDRADE, 2010, p. 87).

Andrade (2010, p. 87) completa afirmando que “[...] apesar de todo o embate para conquista e efetivação dos direitos da infância, a década de 1980 foi um marco na trajetória da história dos direitos das crianças brasileiras”. Esse período se justifica, sobretudo, pelo fato de o Brasil ter sido tomado por um regime militar no ano de 1964 e saído desse regime no ano de 1985 (ANDRADE, 2010). Durante esse período, não houve mudanças nas leis, de maneira a incluir as crianças e os/as adolescentes.

Apenas a partir da década de 1980, por meio da movimentação internacional, junto com os movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, o cenário brasileiro começou a conquistar a democracia, o que permitiu “[...] a instauração de um novo campo legal para as políticas de atendimento à infância, em que a criança deixará de ser objeto de tutela para figurar como sujeito de direitos” (ANDRADE, 2010, p.88).

Anteriormente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Andrade (2010) afirma que questões voltadas às crianças e aos/as adolescentes no âmbito constitucional restringiam-se apenas ao amparo e à assistência, não apresentando aspectos como os deveres e os direitos dos/as menores. A autora salienta que as duas primeiras Constituições Brasileiras, a de 1824, promulgada no período imperial, e a de 1891, a primeira Constituição Republicana, nada mencionam a respeito da infância (ANDRADE, 2010). A autora ainda faz uma análise das Constituições de 1937 e 1946:

a Constituição de 1937 faz referência a que o Estado deveria providenciar cuidados especiais à infância, cabendo ao Estado Novo o “cuidado e o amparo”, em vez do “dever e do direito”; e na Constituição de 1946, promulgada no clima de pós-guerra mundial, encontram-se os termos amparo e assistência. Ela defendia a educação como direito de todos e preceituou a descentralização no formato administrativo e pedagógico do sistema educacional brasileiro (ANDRADE, 2010, p. 88).

Após os referidos documentos, menciona-se que na Constituição de 1967, aprovada no país após o golpe civil-militar de 1964, “[...] é que se introduz a noção de que uma lei própria regulamentaria a assistência à infância” (ANDRADE, 2010, p. 88).

Por conta desse cenário apresentado, a presente análise tem como foco os documentos oficiais promulgados a partir da Constituição de 1988, que foi promulgada após o período da Ditadura Militar, justamente por apresentarem um conteúdo mais denso acerca dos temas voltados à criança e aos/as adolescentes.

No Brasil, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), foram elaborados alguns documentos que perpassam na discussão acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como acerca dos cuidados e dos mecanismos de proteção a esse grupo.

O terceiro artigo da Constituição anuncia os objetivos da República Federativa do Brasil, chamando a atenção para o que compete ao Estado democrático de direito:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art. 3, grifos do autor).

Ainda nos primeiros artigos, a referida Constituição enfatiza que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, **a proteção à maternidade e à infância**, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 6, grifos do autor). Assim, a infância e a adolescência têm asseguradas por lei a sua proteção, de modo a ter garantido o direito de conviver fora de perigo e qualquer forma de violência.

O artigo vigésimo quarto apresenta que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XV - **proteção à infância e à juventude**” (BRASIL, 1988, art. 24, grifos do autor). Essa proteção deve ser realizada por meio de uma rede de atendimento (unindo instituições da saúde, Conselhos Tutelares, unidades educacionais etc.), de forma a ser organizado um trabalho conjunto.

No artigo duzentos e três, quando a Constituição apresenta a atribuição da assistência social, é mostrado que “[...] a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a **proteção** à família, à maternidade, **à infância, à adolescência** e à velhice” (BRASIL, 1988, art. 203, grifos do autor).

O documento também enfatiza:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de **colocá-los a salvo de**

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227, grifos do autor).

A Constituição prevê a proteção em relação às violências possíveis que uma criança ou um/a adolescente pode sofrer ao longo dessa etapa da vida. O artigo ainda salienta, em seu parágrafo quarto, que a “[...] lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1988, art. 227).

Dois anos depois da promulgação da referida Constituição, foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³ (BRASIL, 1990a) que apresenta, ao todo, 267 artigos que especificam sobre os cuidados e os direitos relativos às crianças e aos/as adolescentes.

O contexto brasileiro, que marcou a criação e promulgação do referido Estatuto, é, principalmente, de lutas de movimentos sociais que defendiam os direitos das crianças e dos/as adolescentes, sobretudo a partir de meados da década de 1980 (momento pós Ditadura Militar). Nesse período, o Brasil vivia um avanço de uma transição política, a partir da eleição de um Congresso Constituinte no ano de 1986 (VANUCCHI; OLIVEIRA, 2010). A sociedade civil, na figura dos variados movimentos sociais, era atuante em campos específicos, com o objetivo de expressar seus anseios na nova Constituição que estava sendo construída. Vannucchi e Oliveira (2010) ressaltam que os grupos defensores dos direitos das crianças e dos/as adolescentes realizavam denúncias de violência contra essa faixa etária que vinha acontecendo na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua foi substancial para o avanço da escrita de um documento que pudesse, naquela época, garantir os direitos dos/as menores (VANNUCHI; OLIVEIRA, 2010), que foram registrados na Constituição de 1988 e, posteriormente, aprimorados no ECA em 1990.

Reportando ao Estatuto da Criança e do Adolescente, seu quinto artigo expressa que nenhuma criança ou adolescente “[...] será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, **violência**, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990a, art. 5, grifos do autor). Evidentemente as crianças e

¹³ Aprovado no Congresso Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção (PEDROSA, 2015).

adolescentes não podem estar expostos/as a qualquer forma de violência, incluindo a violência sexual.

É possível inferir que o ECA, enquanto Lei nacional, busca garantir os principais direitos das crianças e dos/as adolescentes (moradia, saúde, educação, segurança etc.), sendo que esses direitos são fundamentais para o cuidado a esse público, de maneira que os/as menores constituirão o desenvolvimento social futuro, logo, é preciso ampará-los/as, a fim de que sejam potenciais (re)produtores/as da lógica social, geralmente voltada para o mercado.

Ao analisar o conteúdo do documento, o parágrafo segundo do décimo terceiro artigo do ECA apresenta o seguinte texto:

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de **violência de qualquer natureza**, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar (BRASIL, 1990a, art. 13, grifos do autor).

Assim, há uma proposta de rede de proteção relacionada às questões de violência a que crianças e adolescentes são submetidos/as. Essa política torna-se necessária ao passo que é preciso que profissionais trabalhem em conjunto para diminuir os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, além de proporcionar um tratamento mais humanizado quando descoberta a violência contra esse público.

Ainda sobre esse trabalho em rede, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa evidente a necessidade do trabalho conjunto e, para isso, há a necessidade de articular a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios; essa premissa fica explícita no seguinte texto:

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **deverão atuar de forma articulada** na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações:
[...]

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente (BRASIL, 1990a, art. 70-A, grifos do autor).

Vale salientar que, além da necessidade da articulação em rede, é preciso que os/as profissionais responsáveis por atender as crianças e os/as adolescentes tenham uma formação possível para o diagnóstico de casos de violências contra esse grupo, bem como uma formação elementar para uma forma de tratamento com certo grau de sensibilidade sobre o assunto, quando da descoberta de casos de agressões de cunho sexual. Desse modo, é dever da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios ofertarem formação continuada para tais profissionais.

O artigo cento e um, em seu parágrafo segundo, alerta que

sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual [...], o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa (BRASIL, 1990a, art. 101).

Evidencia-se que o poder judiciário tem a competência de afastar a criança ou o/a adolescente da família quando esse/a sofrer alguma violência sexual pelos/as responsáveis.

A Lei ainda ressalta que o/a funcionário/a que deixar de relatar às autoridades competentes, quando souber de algum caso de violência contra criança ou adolescente, sofrerá as penas da lei:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990a, art. 245).

O/A professor/a, de acordo com a Lei, tem o dever de levar ao conhecimento das autoridades, quando tiver ciência, de que uma criança ou um/a adolescente estiver sofrendo algum tipo de mau trato. Por isso, a importância dos/as profissionais da Educação terem acesso à formação inicial e continuada que envolva os temas ligados à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nota-se que o Brasil conta com um documento muito valioso – o ECA – no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, no entanto, esse documento – ou essa Política Pública – não pode ficar restrito ao papel, é necessário ser colocado em prática, de modo que diminuam os casos de violência sofridos pelas crianças e pelos/as adolescentes.

Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um dos documentos mais valorizados no Brasil, como Política Pública, com ênfase nos Direitos Humanos voltados àquele público. Ramidoff (2009, s/p) enfatiza, ao fazer uma análise dos 19 (dezenove)¹⁴ anos de ECA, que essa política “[...] tem proporcionado às pessoas que se encontram na condição humana peculiar de desenvolvimento [...] à subjetivação necessária para o reconhecimento (titularidade) e o exercício de direitos e garantias (subjetividade jurídica)”. O autor ainda escreve que

a criança e o adolescente são sujeitos de direito porque não só são tidos como titulares de direitos, mas, também, porque são reconhecidos como tais (protagonistas) por todo ordenamento jurídico brasileiro através de garantias diferenciadas e especiais, como, por exemplo, a proteção integral e a absoluta prioridade, dentre outrosasseguramentos distintivos (RAMIDOFF, 2009, s/p).

Isso faz pensar a relevância nacional relacionada aos direitos das crianças e dos/as adolescentes, em que a sua efetivação tem proporcionado mais atenção à infância e à adolescência, buscando a garantia dos direitos e o cumprimento de medidas de proteção relacionadas a essa etapa da vida.

Um ano após a promulgação do ECA (BRASIL, 1990a), foi instituído, no Brasil, em 1991, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Dentre as suas atribuições, estão:

¹⁴ Ressalta-se que em 13 de julho de 2017, o ECA completou 27 anos de promulgação.

I - elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II - zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais, e entidades não-governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990;

IV - avaliar a política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente;

[...]

VIII - apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos;

IX - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1991, art. 2, grifos do original).

Com todas essas atribuições, objetivando diminuir as violações de Direitos de crianças e de adolescentes, o Conanda é integrado por representantes do Poder Executivo, assegurada a participação “[...] dos órgãos executores das políticas sociais básicas na área de ação social, justiça, educação, saúde, economia, trabalho e previdência social” e, também, “[...] representantes de entidades não-governamentais de âmbito nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1991, art. 3). Assim, o Conanda se caracteriza como mais um Órgão que pode contribuir com a diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes, atuando no seu enfrentamento, haja vista que trabalha em prol dos direitos desse grupo.

No ano de 2004, o Governo brasileiro assinou um documento que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (BRASIL, 2004). Nesse protocolo, enfatiza-se:

declarando que uma ação eficaz para prevenir e combater o tráfico de pessoas, **em especial mulheres e crianças**, exige por parte dos países de origem, de trânsito e de destino uma abordagem global e internacional, que inclua medidas destinadas a prevenir esse tráfico, punir os traficantes e proteger as vítimas desse tráfico, designadamente protegendo os seus direitos fundamentais,

internacionalmente reconhecidos (BRASIL, 2004, p. 02, grifos do original).

Assim, esse documento apresenta certa preocupação em relação ao tráfico de pessoas, dando atenção especial às mulheres e às crianças. É preciso criar mecanismos ainda mais efetivos para coibir esse tipo de prática. Desse modo,

os objetivos do presente Protocolo são os seguintes:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças;
- b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e
- c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos (BRASIL, 2004, p. 03).

Esses objetivos são fundamentais para criar mecanismos que auxiliam na diminuição do tráfico de pessoas. Há bastante ênfase em combater essa prática pelo fato de ela ser um caminho para a violência sexual. Nas palavras da Lei, observa-se o seguinte:

a) a expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a **exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual**, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004, p. 03, grifos do original).

Apesar de o documento utilizar apenas o termo criança, no entanto, estende-se aos/às adolescentes. Nas palavras do Decreto, “[...] o termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos” (BRASIL, 2004, p. 04). Dessa maneira, percebe-se a preocupação em atender com maior atenção o grupo de crianças e de adolescentes para criar mecanismos para coibir a prática de tráfico de pessoas. Essa atenção toda – caso se efetivar na prática – pode ser um instrumento muito importante para a diminuição da violência sexual.

Como medidas necessárias para combater o tráfico de pessoas, o documento elenca algumas, como, por exemplo: “[...] os Estados Partes envidarão esforços para

tomarem medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas” (BRASIL, 2004, p. 07). Sobretudo, é enfatizado que as medidas tomadas, caso necessário, incluirão “[...] a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil” (BRASIL, 2004, p. 07).

Além das prerrogativas apresentadas acima, é fundamental que os Estados reduzam “[...] os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico” (BRASIL, 2004, p. 07). Essas tomadas de decisão, ao diminuir a desigualdade social, podem auxiliar na diminuição da violência sexual de forma direta ou indireta. Na prática, “[...] os Estados Partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educacionais, sociais ou culturais” (BRASIL, 2004, p. 07). Essas informações vêm ao encontro do proposto nesta Tese: há a necessidade de organizar e concretizar as Políticas Públicas voltadas ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes, no entanto, o papel, apenas, não serve, é preciso efetivar, colocar em prática, criar mecanismos de ação e atuação na sociedade.

Para colocar em prática o referido Decreto, é preciso que os vários países, Estados e municípios troquem informações entre si, assim, as autoridades competentes para a aplicação da Lei, os serviços de imigração ou outros serviços competentes dos Estados Parte, “[...] cooperarão entre si, na medida do possível, mediante troca de informações em conformidade com o respectivo direito interno” (BRASIL, 2004, p. 07). Esse diálogo é importante dentro das escolas nas discussões acerca da violência sexual, sendo fundamental entre as diversas nações.

No ano de 2007, foi promulgado um decreto que Estabelece o Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes, com vistas à implementação de ações de promoção e de defesa dos direitos da criança e do/a adolescente, por parte da União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente e dá outras providências (BRASIL, 2007).

O Decreto nº. 6.230/2007 apresenta o seguinte texto:

Art. 1º Fica estabelecido o Compromisso pela **Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes**, com o objetivo de conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. Os entes participantes do Compromisso atuarão em regime de colaboração com as organizações dos movimentos sociais, com os organismos internacionais, a iniciativa privada, com a comunidade e famílias, buscando potencializar os esforços da sociedade brasileira na melhoria das condições para a proteção integral da criança e do adolescente (BRASIL, 2007, art. 1, grifos do original).

Assim, mais um acordo, em nível nacional, com o objetivo de diminuir a violência que sofrem crianças e adolescentes. Vale salientar que o Decreto permite e defende a colaboração entre as mais variadas instâncias sociais, unindo forças voltadas a uma mesma finalidade: diminuir a dor de crianças e de adolescentes brasileiros/as.

Esse Decreto institui que os Estados e Municípios que optarem por fazer parte desse Compromisso de Redução de Violência contra Crianças e Adolescentes, devem assinar o termo de adesão voluntária (BRASIL, 2007), enfatiza, ainda, a necessidade de entrosamento entre as várias instituições sociais, quando apresenta que podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário – sem aderir ao Compromisso de maneira formal – “[...] outros entes, públicos e privados, tais como organizações da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas” (BRASIL, 2007, art. 4). Assim, a sociedade, como um todo, é convidada a colaborar no trabalho de combate à violência contra crianças e adolescentes, inclusive a violência sexual.

A partir do exposto, é possível analisar que existem documentos internacionais (DUDH, 1948), (DUDC, 1959), (PIDCP, 1966), (CIDC, 1990), (PANAMÁ, 2000) e nacionais (BRASIL, 1988, 1990a, 1991, 2004, 2007) que proporcionam discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, mais uma vez, é preciso ressaltar que apenas os documentos não são suficientes para a realização da prática, é preciso vontade dos/as gestores/as e profissionais ligados/as diretamente com o trabalho com as crianças e os/as adolescentes, além de formação adequada, conhecimento sobre o assunto, disposição de colocar em pauta de atuação um tema que ainda é considerado um tabu social.

Enfatiza-se, deste modo, que há uma lacuna entre o que está registrado nos documentos oficiais e o que acontece na prática cotidiana (realidade), sendo que mesmo os documentos brasileiros, por exemplo, buscarem inibir a violência sexual contra crianças e adolescentes, os casos dessa forma de violência ainda são muito frequentes.

No entanto, destaca-se que os documentos devem ser utilizados como um ponto de partida para as ações exequíveis socialmente, buscando cada vez mais combater as práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes, não sendo um ponto de chegada, pois após a redação de um documento, há a necessidade de sua execução e constante avaliação.

A seguir, serão discutidos conceitos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o objetivo de desmistificá-los, possibilitando mais entendimento acerca do tema.

3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESMITIFICANDO CONCEITOS

Tomando como mote algumas transformações que se desenrolavam no século XVIII trazidas por Louro (2009), transformações de cunho político, cultural, social e, principalmente, econômico, tem-se a constituição de um conjunto de condições características que designaram uma maneira específica de pensar a sexualidade dos homens e das mulheres; maneira essa que, ao impor o padrão binário aos domínios específicos de gênero, respinga na maneira pela qual as questões de violência passam a ser entendidas nesse processo.

Como anunciam Chauí *et al.* (1985), a violência tem sido definida, em termos gerais, como tratar o/a outro/a como objeto. Como se deu esse processo de objetificação será, aqui, considerado apresentando algumas perspectivas para entender as redes de poder que caracterizam o que se analisa como violência sexual. Em um primeiro momento, discute-se em que âmbitos a violência sexual se apresenta para, então, em momento posterior, fazer-se funcionar à problemática que se deseja atingir em escopo mais amplo, o deste trabalho como um todo.

Assumindo o caráter contingente do sentido atribuído aos conceitos, faz sentido questionar: que saberes são evocados ao compor o quadro da violência sexual na atual conjuntura? Que relações as sociedades ocidentais elegeram para que se firmasse uma noção de violência sexual? Mais problemático ainda: por que persistem no tecido social certas regras, conjunto de circunstâncias, discursos, atos que são considerados violentos, mas que passam como 'verdades' naturalizadas e cristalizadas, talvez identificadas somente por uma minoria? São questões que servem de mote para que se pense esse assunto, podendo se desdobrar em inúmeras outras subsequentes. Apesar disso, não será assumido aqui o compromisso de respondê-las. O quadro delineado nesta seção e suas implicações para políticas educativas, contudo, conclamam em muitos aspectos o que querem saber essas questões.

Essas indagações iniciais têm, primeiramente, como intuito, colocar sob suspeita quaisquer expressões que tangenciem as relações sociais. O que é colocar sob suspeita? É inclinar-se a pensar que nem sempre as relações hoje apresentadas

ocorreram dessa forma, assim como existem e se mantêm, a fim de atender certas condições que nada têm de neutras ou ingênuas (SILVA, 1994).

3.1. VIOLÊNCIA: UM INÍCIO DE CONVERSA

Acata-se a proposta de Silva (1994, p. 249), a fim de pensar além dos domínios de representação, isto é, de que as palavras existentes não apenas representam as coisas do mundo e dizem algo sobre estas, mas, no âmbito da linguagem, deixam de ser concebidas enquanto veículo neutro de representação da realidade, passando a ser entendidas como um “[...] movimento em constante fluxo”. Disso decorre que a linguagem também é capaz de criar uma realidade. Quando algo está escrito, anunciado, narrado, esse algo cria o objeto de que se fala, e não meramente o representa. Em outros termos, “[...] os discursos¹⁵ não podem ser concebidos apenas como uma forma de descrever e interpretar a realidade, eles próprios constituem as práticas sociais” (COSTA, 2005, p. 98).

Concordando com Meyer (2009, p. 218), que as relações de gênero e sexualidade são vividas, pelo menos na maior parte da vida das pessoas, como relações de poder e não de violência, empreende-se por esboçar uma digressão cujo olhar está voltado justamente nas transições dos mecanismos de poder e violência, uma vez que “[...] é no contexto de relações de poder de gênero e sexualidade naturalizadas, sancionadas e legitimadas em diferentes instâncias do social e da cultura que determinadas formas de violência tornam-se possíveis”. Isso é particularmente importante no sentido (re)lembrado por Louro (2009, p. 86) de que “[...] quanto menos for notada ou quanto mais for invisível uma relação de poder mais ela será eficiente”.

Considerando essa perspectiva teórica, Meyer (2009) apresenta ao campo das problematizações, o resultado de uma pesquisa realizada por Lilia Schreiber *et al.* (2003) sobre a violência doméstica entre mulheres usuárias de um serviço de

¹⁵ A opção pela terminologia discurso neste trabalho se dá na perspectiva foucaultiana. Em ‘A arqueologia do saber’ (FOUCAULT, 2013), está expresso que um discurso pode ser entendido enquanto um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva. Para Foucault (2013), uma digressão histórica com interesses particulares nas relações de saber-poder tem caráter fundamental na compreensão de como as coisas estão apresentadas em uma dada época. Nas teorizações do filósofo, o saber pode ser entendido como aquilo que pode ser falado/anunciado em uma prática discursiva especificada. Essas noções, que serão tecidas ao longo desta seção, denotam particular importância no sentido de que determinados saberes produzem verdades capazes de se instalar por meio das práticas discursivas.

atenção primária à saúde. Ao discutirem as definições dadas ao termo violência, narrando os episódios vividos por essas mulheres, a análise empreendida no estudo revelou, agora em uma descrição feita pela própria Meyer (2009, p. 215, grifos do original),

que a impressionante cifra de 69,9% das mulheres afirmaram já ter passado por algum tipo de humilhação, desrespeito ou agressão física ou sexual na vida adulta, mas que apenas 36,6% delas (re)conhece e nomeiam esses episódios como *violência*, portanto, como um fato passível de ser tratado como tal, sobretudo em termos jurídicos e policiais.

Por meio desse estudo ficou registrada uma estrita compreensão do que abrange a terminologia violência. Embora não seja possível por esse recorte saber o que as participantes entendam, de fato, por violência, infere-se que pouco menos da metade delas (33,3%) não considera episódios de humilhação, agressão física e sexual como atos violentos. Isso possibilita admitir que – como a autora bem lembra – o que se define como violência está intrinsecamente ligado ao que se define por não-violência e, então, particularmente, residem implicações perigosas. Nota-se um decalque histórico nas análises de tal levantamento, no sentido em que, apesar de a sociedade avançar em termos legislativos, governamentais, em pautas políticas e Políticas Públicas, a descrição dessas respostas não está em consonância a esses avanços (MEYER, 2009).

Atentando aos casos de violência (sobretudo a sexual) contra crianças e adolescentes, Landini (2006) ressalta que a partir de 1990, a mídia jornalística e televisiva brasileira reportaram em maior número os casos de agressões sexuais contra crianças e adolescentes. Os casos – que sempre chocaram os/as que liam ou assistiam – passaram a ganhar mais repercussão, como uma espécie de “[...] nova sensibilidade social” (LANDINI, 2006, p. 238), pois começaram a ser considerados como escândalos televisivos. Naquele período, os jornais (escritos ou audiovisuais) começaram a dar bastante destaque para os casos citados anteriormente, informando diariamente sua repercussão.

A década de 1990, no Brasil, foi marcada por investigações mais profundas acerca dos casos de violência (sexual ou não) contra crianças e adolescentes. Para Landini (2006, p. 239),

essa é uma mudança bastante significativa na forma de retratar a violência sexual, que passa a ser “analisada”, entendida como algo que requer mais do que uma simples expressão de horror e recusa. Não apenas a vida do estuprador passou a ser analisada e as causas do crime questionadas, mas a vítima também precisa ser atendida, tratada.

Esse avanço de investigação sobre quem pratica violência sexual e do atendimento à criança e ao/à adolescente, vítima dessa forma de violência, é positivo na luta pela diminuição dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, pois demonstra um caminho mais articulado de mapeamento desse crime, além da acolhida e tratamento das vítimas. Esse movimento aponta para um pensamento de que a violência sexual não é caso apenas de polícia, mas de Assistência Social, Saúde, Educação e outras áreas afins.

Destaca-se que, de acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, a violência sexual pode ser considerada desde as práticas de carícias, manipulações de genitália, mama, ânus, exploração sexual, *voyeurismo*, pornografia, exibicionismo até o ato sexual (com ou sem penetração) (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Nesse sentido, a violência sexual contra menores é um fenômeno bastante complexo, sobretudo por envolver causas multifatoriais. Logo, é preciso estudar as diferentes formas de sua concretização, os diversos fatores e como eles se combinam em certos indivíduos, a exemplo: gênero, sexualidade, classe social, momentos históricos, cultura etc. Assim, para dar continuidade nas análises propostas aqui, a seguir serão discutidos aspectos que envolvem a violência sexual e abuso sexual. Foram escolhidas essas duas categorias pelo fato de, a partir da literatura analisada, a primeira se manifesta a partir da força física/psicológica e a segunda, geralmente, sem o uso dessa força física ou psicológica, conforme será mais bem explicitado na sequência.

3.2. VIOLÊNCIA SEXUAL

Utilizando Volnovich (2005) como referencial, salienta-se que violência sexual e abuso sexual são dois conceitos diferentes. O primeiro é caracterizado,

principalmente, pelo uso de força contra a vítima, enquanto o segundo é marcado pela sedução do/a abusador/a em relação à vítima.

Nessa perspectiva, a violência sexual deve ser entendida como o uso de força física (estupro, sevícias, agressão) ou psicológica (ameaças ou abuso de autoridade). Essa violação inclui atos cometidos contra menores cuja idade pode tornar as crianças ou os/as adolescentes incapazes de compreender seu significado (MIRANDA, OLIVEIRA, MAIO, 2013).

Uma das formas mais comuns de aplicação da violência sexual é o estupro. Essa violação pode ocorrer em todas as camadas sociais, atingindo meninos e meninas, crianças e adolescentes, ricos/as e pobres e as demais categorias que são possíveis de serem pensadas. Então, a seguir, serão discutidos alguns aspectos voltados ao estupro.

No caminho proposto por Meyer (2009) e à perspectiva já apresentada pela qual se entende o poder que a linguagem assume, apresenta-se aqui um exemplo contemporâneo: um excerto do Código Penal (BRASIL, 1940), mais precisamente o que legisla acerca dos crimes contra a liberdade sexual, prestando a ampliar a pluralidade de significações atribuídas ao que é (ou deixa de) ser violento. Em seu artigo 213, até o ano de 2009, o Código entendia por estupro o ato de “[...] constranger a mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (BRASIL, 1940, art. 213). Concordando com as interpretações de Meyer (2009), entende-se desse trecho que a conjunção carnal implica à penetração vaginal. A autora destaca duas potenciais e imediatas interpretações que se impõe dessa leitura,

o estupro é um crime que, nestes termos, só pode ser praticado por homens, sendo suas vítimas necessariamente mulheres, uma vez que a associação intrínseca entre penetração vaginal e conjunção carnal restringe a possibilidade de penetração deste ato a quem é dotado de um pênis; e atos sexuais que envolvem *apenas* penetração anal, praticados mediante violência e ameaça a homens e meninos ou a mulheres e meninas, não são considerados e, portanto, não são puníveis como estupro, mas configuram um outro tipo de crime classificado como “atentado violento ao pudor” (MEYER, 2009, p. 215, grifos do original).

Novamente, esse caso diz respeito a compreensões restritas de potenciais episódios em que se exerce uma violência, no caso, o estupro. É fundamental

enfatizá-lo, uma vez que diz respeito a um discurso¹⁶ legislativo. Esse discurso legislativo, por sua vez, contempla alguns casos e deixa de contemplar outros, como a própria autora anteriormente instiga a pensar. Constituem ambos exemplos particularmente importantes “[...] quando admitimos que a linguagem, em sentido lato, é o meio privilegiado pelo qual atribuímos sentidos ao mundo e a nós mesmos e, por isso, está fortemente ligada à organização do social e da cultura” (MEYER, 2009, p. 216).

Fazia total diferença, no caso do Código Penal, a questão de gênero e mesmo orientação sexual de quem estivesse assujeitado ao ato. Supondo que um indivíduo do gênero masculino e orientação sexual homossexual ao sofrer, sem consentimento uma violência¹⁷ do tipo ‘penetração anal’, era amparado pelo Código ‘somente’ no domínio de ‘atentado violento ao pudor’ (BRASIL, 1940).

A partir de 2009, o texto do Código Penal sofreu uma modificação, o mesmo passou a caracterizar estupro como “[...] constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009, art. 213, grifos do autor). Nessa nova versão, qualquer pessoa (do gênero masculino ou feminino) que seja constrangido/a a manter relação carnal ou ato libidinoso é enquadrado/a como sofrendo um estupro.

Tecendo e incorporando outras possibilidades de se pensar a questão do estupro, Andrade (2005) enfatiza o ranço do universo antropocêntrico no campo de saberes que regem a criminologia e os discursos legais, sejam por aqueles/as produtores/as desse saber ou pelo próprio estatuto do Sistema de Justiça Criminal (SJC). Ao realizar uma pesquisa que intitulou de “Sistema da Justiça Penal e violência sexual contra as mulheres: análise de julgamento de crimes sexuais em Florianópolis, na década de oitenta” (desenvolvida no período de agosto de 1996 a agosto de 1997), a autora concluiu (dentre outras coisas) que

¹⁶ Dando continuidade às implicações dessa terminologia neste estudo, destaca-se também sua amplitude ao se referir não apenas aquilo que fala sobre algo, mas que, atendendo a certos interesses, “[...] instituem saberes que disciplinam, regulam e produzem sujeitos de determinado tipo” (COSTA, 2005, p. 99). A mesma autora volta seu olhar especificamente aos discursos legais, não para “[...] apreendê-los como um conjunto de signos, mas como práticas que formam os objetos dos quais falam e têm efeitos de poder na fabricação de indivíduos” (COSTA, 2005, p. 104).

¹⁷ Nessa altura da pesquisa, cabe especificar o que se entende por violência. Também em sentido foucaultiano, o conceito remete a toda e qualquer situação em que se esgotam as relações de poder, não sendo possível haver consentimento entre aqueles/as que participam desse caso. O exercício de poder pressupõe a ideia de liberdade. Uma relação de violência, contudo, “[...] atua sobre um corpo ou coisas, ela força, dobra, destrói, ou fecha a porta a todas as possibilidades” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Um estupro é um caso em que não há consentimento (liberdade) por parte da vítima, enquadrando-se no caso da violência.

o SJC é ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência porque, entre outros argumentos, não previne novas violências, não escuta os distintos interesses das vítimas, não contribui para a compreensão da própria violência sexual e a gestão do conflito e, muito menos, para a transformação das relações de gênero (ANDRADE, 2005, p. 75).

Esse entendimento, a partir do excerto acima, nada mais é do que outro exemplo que considerou o sentido lato da linguagem, amparando somente situações que estão descritas e documentadas por um regimento. À complexidade desse caso, a autora “[...] denomina por um tipo de violência institucional” (ANDRADE, 2005, p. 75), uma vez que, por meio de um aparato de sistema legislativo era exercido um controle social seletivo e desigual, uma vez que reproduzia duas formas de violências estruturais que operavam na sociedade: a violência das relações sociais capitalistas (a desigualdade de classes) e a violência das relações sociais patriarcais (traduzidas na desigualdade de gênero).

No entanto, a partir de 2006, com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a), essa realidade foi modificada. O referido regulamento legisla de forma a diminuir a opressão contra o gênero feminino, buscando soluções para o combate à violência doméstica e sexual contra a mulher¹⁸.

Analisando mais especificamente a violência sexual contra crianças e adolescentes, é importante mencionar que a mudança que houve no Código Penal (BRASIL, 1940), já mencionado anteriormente, trazida pela Lei n. 12.015/09 (BRASIL, 2009), a qual alterou a nomenclatura do Título VI “Dos Crimes Contra os Costumes” para “Dos Crimes contra a Dignidade Sexual”, passou a englobar os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a partir das transformações do comportamento humano, no que diz respeito à sexualidade. Vale ressaltar que em 1940, apenas eram condenados, de acordo com Nucci *et al.* (2010), os crimes de abuso sexual contra as mulheres que se casavam virgens, no entanto, a partir da alteração supracitada, as demais mulheres, os homens, além de as crianças e os/as adolescentes, passaram a receber tutela jurisdicional.

3.3. ABUSO SEXUAL

¹⁸ Adiante (na subseção 3.4 – Amarrando algumas ideias sobre violência sexual) essa Lei será discutida com mais detalhamentos.

O abuso sexual é realizado, ao contrário da violência, a partir da ausência total de força e nesse caso a satisfação sexual é obtida por meio da sedução. Assim, se difere de outras violências físicas porque está dirigido à satisfação sexual do/a sedutor/a e ao despertar de sensações sexuais na vítima (VOLNOVICH, 2005). Esses/as sedutores/as, em muitos casos, podem ser os/as pais/mães/responsáveis ou pessoas próximas da criança (vizinho/a, amigo/a da família, algum/a parente etc.), seu comportamento é pacato e moralista, não deixando margem para a identificação como abusador/a sexual. A criança ou o/a adolescente, nesse contexto, é vitimizada, em um processo de submissão ao poder do/a adulto/a de coagi-la/o a satisfazer seus interesses sexuais (MIRANDA, OLIVEIRA, MAIO, 2013).

De todas as possíveis formas de ser consumado o abuso sexual, o incesto pai-filha é um dos mais frequentes, isso pode ser relacionado tanto pela tradição judaico-cristã quanto pela tradição islâmica, em que a filha solteira, antes de tudo, era filha, ou posse, do pai (AZEVEDO; GUERRA, 1995). Nesse sentido, é possível entender que esse incesto se inscreve na história do patriarcado, fundamentado na posse de terras, escravos/as, mulheres e crianças como a propriedade privada do pai-senhor.

Vale ressaltar que o abuso sexual é uma forma de violência silenciosa, principalmente pelo fato de não deixar marcas visíveis no corpo, nas palavras de Araújo (2002, p. 05),

o abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração. O abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas.

Assim, o abuso sexual é bastante complexo e difícil de enfrentar, pois a sua denúncia, por conta da coerção do/a abusador/a, se torna algo raro de acontecer. E, embora seja um fenômeno complicado de lidar, no Brasil existem leis e órgãos que lidam com os casos.

Apesar de a primeira e mais visível forma de controle institucional dos casos de violência se exercer pela Lei, existem, como aponta Andrade (2005), as demais instituições formais de controle, que agem de forma ramificada e difusa no âmbito

social: a polícia, o Ministério Público, o sistema penitenciário com sua constelação prisional e manicomial, para ficar nesses exemplos. Além disso, o discurso que rege esse aparato de sistema legislativo não se detém a um complexo estático de normatividade que opera em âmbito formal, mas difunde-se, segundo a mesma autora, por um processo articulado e dinâmico de criminalização também permeado pelos meios informais, envolvendo desde as famílias, a escola (desde suas fases iniciais até a pós-graduação, com ênfase nas especializadas em formar operadores do SJC), os dispositivos midiáticos, falados e escritos – TV, jornais, revistas, histórias em quadrinho – e informática (ANDRADE, 2005).

Dessa forma, não se reage “[...] contra uma criminalidade que existe ontologicamente na sociedade independentemente de sua intervenção”, mas sim, “[...] à própria intervenção do sistema (autêntico exercício de poder, controle e domínio) que ao reagir, constrói e co-constitui o universo da criminalidade” (ANDRADE, 2005, p. 80).

Tal sistema funciona como pano de fundo da esfera macrossocial da saúde pública de muitas nações. Giffin (1994), na exposição de seus argumentos, considera as raízes profundas das relações de poder que incidem nas questões de gênero e de sexualidade. A autora relata que o modelo de *família nuclear tradicional*, longe de ser um modelo satisfatório para a condição de saúde física e psíquica da mulher, está mais deslocada para um *lôcus* de silenciamento de sua sexualidade, favorecendo os casos de estupro, estrategicamente ocultado pelo marido, violência doméstica e, inclusive, abuso de crianças. Essa construção de família, segundo ela, é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, de forma que “[...] o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente na reprodução de filhos legítimos” (GIFFIN, 1994, p. 150).

Oliveira e Maio (2016, p. 13) ressaltam que os dados sobre violência revelam que “[...] as questões de gênero implicam, sim, nas relações de violência”. Como base, é possível analisar, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que no ano de 2011 foram registrados 12.087 casos de estupros no Brasil, sendo que desses, 88,5% foram realizados contra as mulheres (IPEA, 2014). Vale ressaltar que esses dados são levantados de acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), elaborado pelo Departamento de

Análise de Situação de Saúde (DASIS), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) (IPEA, 2014).

Um ano após, em 2015, foi divulgado o Mapa da Violência, que apresentou os casos de feminicídio no Brasil (WALSELFISZ, 2015). Esse documento, que apresenta uma ideia da violência contra a mulher e não, necessariamente, em relação aos estupros, é organizado pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), pela Organização Pan-Americana da Saúde que faz parte da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). O levantamento revelou que o Brasil está na quinta posição dos países que mais matam mulheres (de um total de 83 países) (WALSELFISZ, 2015). Alguns dados relevantes são: o Brasil tem “[...] 48 vezes mais homicídios de mulheres que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios de mulheres que Irlanda ou Dinamarca; 16 vezes mais homicídios de mulheres que Japão ou Escócia” (WALSELFISZ, 2015, p. 72).

Assim como na maioria dos casos em que se exerce violência sobre a mulher, a maior parte dos casos de abusos infantis, ainda que de mais difícil confirmação (uma vez que as depoentes são as próprias crianças e o reconhecimento e consciência de cenas eminentemente violentas sejam mais difíceis de se reconhecer por elas) também são praticados por pessoas ligadas diretamente às vítimas, ressaltando a condição de que é mais fácil exercer alguma forma de poder ou dependência em uma relação de proximidade com as mesmas (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

Pfeiffer e Salvagni (2005) chamam a atenção para o fato de que esses casos são caracterizados, em sua maioria, pela ausência de marcas de violência física e heterogeneidade na gravidade com que é exercido, o que dificulta enormemente a possibilidade de denúncia pela vítima e a confirmação de diagnóstico pelos meios hoje oferecidos pelas medidas legais de averiguação do crime. Ainda que as medidas legislativas representem um grande avanço, as mesmas limitações aparecem no sentido discursivo, entre aquilo que é prescrito e as possibilidades de ações no domínio prático. Define-se hoje como ato de violência sexual na infância e adolescência

a situação em que a criança ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. 198).

Tais violências mantêm-se incidentes nas problemáticas de gênero, uma vez que, a *World Health Organization* (2003 *apud* PFEIFFER; SALVAGNI, 2005), aponta que estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que de 7% a 36% de meninas sofrem abuso sexual, comparados a 3% a 29% de meninos. Existem discrepâncias desses índices de acordo com as localidades específicas em que são precisados. As autoras relatam que em pesquisas que aconteceram em países europeus, por exemplo, indicaram uma estimativa de 6% a 36% de meninas, *versus* 1% a 15% de meninos que sofreram algum tipo de experiência sexual abusiva antes dos 16 anos de idade.

Nota-se, por todos esses casos citados que permitem pensar sobre diferentes violências, que, apesar de apresentarem-se de amplas formas, mantêm em comum operadores de sistemas de classificação e hierarquização entre o significado de ser homem e mulher em nossas sociedades ocidentais. As formas pelas quais essas construções se deram advêm e só puderam ser naturalizadas por relações de poder ao longo dos séculos.

Com a Revolução Burguesa¹⁹ articulada ao industrialismo, ainda no século XVIII, a divisão social do trabalho passa a considerar a dimensão sexual do indivíduo, até então, dada pouca atenção em relações anteriores à segunda metade desse mesmo século. No século subsequente, as sociedades ocidentais investiram em um modelo sexual que hierarquizava os sujeitos, no qual o homem²⁰ fora tomado como parâmetro. Regida por essa prática de significação, Laqueur (1990 *apud* LOURO, 2009) afirma que a mulher seria, nesse período, uma cópia imperfeita do homem. A solubilização desse modelo pelo atual, que considera os dois corpos

¹⁹ Revolução Burguesa pode ser entendida, na perspectiva de Ridenti (2010), como os processos históricos protagonizados pela classe burguesa, principalmente ligados às questões de finanças e que foram fundamentais para que várias sociedades europeias superassem o sistema absolutista (poder exercido exclusivamente pela figura do rei).

²⁰ Entendido como o indivíduo do gênero masculino.

opostos (no sentido de complementares e não hierárquicos) se deu muito tempo depois.

Ainda no mesmo século e instituindo-se pelas mesmas estratégias econômicas, Foucault (1988) busca formular, em seu primeiro volume de *História da sexualidade*, que os Estados nacionais passam a se preocupar com a garantia de sua produtividade e, para isso, acionam uma série de medidas, dentre elas as voltadas para o controle de natalidade, ao olhar atento às práticas sexuais dos grupos distintos. A explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou modificações, segundo o autor. Uma delas caracteriza-se por um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual. O ‘casal legítimo’ (homem e mulher) tende a funcionar como uma norma bastante rigorosa. O desbravar desse período inaugura registros que se fazem imprescindíveis quando a questão é violência de gênero, uma vez que o papel da mulher passa a circunscrever-se e ser fortemente orientado por uma biologia da reprodução. Nesse ínterim, tanto decisões globais quanto intervenções mais capilares, importando menos os aparelhos ou instituições em que se apoiem, há um nítido favorecimento da figura masculina, que o filósofo expõe da seguinte forma,

do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo. Quer se lhe empreste a forma do príncipe que formula o direito, do pai que proíbe, do censor que faz calar, do mestre que diz a lei, de qualquer modo se esquematiza o poder sob uma forma jurídica e se definem seus efeitos como obediência (FOUCAULT, 1988, p. 93).

Configuram-se nesse panorama, outras relações carregadas de autoridade e novas conotações como, por exemplo, o surgimento da terminologia homossexual e homossexualidade (LOURO, 2009), categorias que, doravante, exigiam ser identificadas. A insurgência desse domínio volta um olhar atento aos corpos, que passam a ser aquilo que dá origem às diferenças (LOURO, 2009).

Embora não seja foco aqui, vale ressaltar que foi nesse contexto do século XIX, que ficaram aparentes os discursos de homossexual – sujeito – e homossexualidade – prática, desejo – (LOURO, 2009). A partir disso, os binarismos

ganham notória força, ao passo que a heterossexualidade não era discutida antes, por ser algo ‘invisível’, ‘normal’, corriqueiro de se ver.

Quando as práticas homossexuais passam a ser discursadas, as práticas heterossexuais também passam a ser analisadas. As primeiras precisavam de um ‘corretivo’, de uma mudança, nas palavras da autora, aquelas precisavam de práticas “[...] punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa” (LOURO, 2009, p. 88). Ao passo que a heterossexualidade era tida como o padrão aceito socialmente.

Voltando ao foco dessa subseção, menciona-se que

o abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor [e da agressora], e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso. Tais consequências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da criança e duração do abuso; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças; grau de relacionamento com o abusador [ou abusadora]; e ausência de figuras parentais protetoras (ARAÚJO, 2002, p. 06).

Assim, os casos de abuso sexual precisam estar amparados por meio de uma abordagem multidisciplinar, em que o foco deve estar em três aspectos principais: punição, proteção e terapia, contribuindo para que os casos diminuam e que as vítimas que vierem a sofrer tal prática sejam protegidas, além da punição ao/à abusador/a.

Partindo desse cenário, neste momento, a próxima subseção apresentará, de forma geral, um ‘fechamento’ das questões ora apresentadas acerca da violência sexual, com o intuito de, adiante, discutir a pauta voltada aos Planos Municipais de Educação (PME), proposta desta Tese.

3.4. AMARRANDO ALGUMAS IDEIAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL

O que foi defendido até aqui, nesta seção, é que o conjunto de relações e práticas que criam aquilo que é ‘verdadeiro’ para um determinado tempo, está consubstanciado, por sua vez, em uma *episteme*, um conjunto de regras que dão sentido ao mundo. Significa admitir uma complexidade e assumir que “[...] aquilo que

se entende, se nomeia, se pratica e se sofre como violência muda ao longo do tempo, e também no mesmo tempo, nas diferentes sociedades e nos grupos culturais” (MEYER, 2009, p. 214).

Em determinados momentos, a violência contra a mulher, por exemplo, em seus inúmeros âmbitos, era vista como mais naturalizada e, portanto, menos visível socialmente. Essa naturalização ou banalização se justifica, principalmente, pela construção patriarcal e machista da sociedade, em que a mulher é vista como inferior ao homem. É somente com inúmeras alterações culturais e exercícios de resistência, que outras *epistemes* são possíveis, como as que permitiram com que, em um dado momento, fosse instituída a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a), a qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos

do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006a, s/p).

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a) faz menção específica que as crianças e os/as adolescentes são dignos/as de tratamentos especiais quando sofrem violência sexual. Isso fica exposto quando a Lei apresenta o seguinte texto:

compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e **desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas**, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, **com especial atenção às crianças e aos adolescentes** (BRASIL, 2006a, art. 30, grifos do autor).

Evidencia-se, assim, que a equipe de atendimento multidisciplinar, entendido aqui como o trabalho conjunto entre os/as vários/as profissionais (como, por exemplo, assistente social, psicólogo/a, médico/a etc.), deve desenvolver trabalhos que orientem em relação às questões de violência sexual, mantendo especial atenção às crianças e aos/as adolescentes, de maneira a alargar medidas de

prevenção dessa forma de violência, bem como encaminhamentos acerca do assunto.

Ainda é necessário enfatizar que apenas a culpabilização do/a agressor/a (quem comete violência sexual contra crianças e adolescentes, foco neste trabalho) não cessa a discussão acerca dessa forma de violência, é preciso ir além, buscando a aplicação legal sobre a questão, bem como estudos e tentativas de acolhimento da vítima, pois a criança ou o/a adolescente, que teve seu direito violado, sofrerá desdobramentos negativos em sua vida social e cotidiana (LIMA; MAIO, 2014).

Em relação à escola e a falta de formação relacionada ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes, Lima e Maio (2014, p. 161) enfatizam a necessidade de

mobilização dos/as gestores/as das políticas que viabilizam os serviços de atendimento, a fim de visualizarem o impacto que esta má formação de seus/suas trabalhadores/as, resulta em sérios comprometimentos a demanda, sobretudo o esvair de recursos públicos que não alcançam eficácia, quiçá efetividade dos serviços ofertados que são pactuados com os Governos federais e estaduais.

Assim, entende-se, aqui, que é primordial uma postura adequada no momento de organização das políticas públicas voltadas à Educação, haja vista essa área pode contribuir demasiadamente para o combate e a diminuição dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Como exemplo, seria interessante, enquanto postura adequada, um 'olhar atento' para essas questões quando da elaboração do Plano Nacional de Educação, bem como os Planos Estaduais de Educação, Planos Municipais de Educação e Plano Distrital de Educação. É preciso registrar a preocupação com essa forma de violência, além de propor práticas realizáveis na área educacional, com o intuito de reduzir esse número exacerbado de crianças e adolescentes violentados/as sexualmente.

Além disso, destaca-se a importância para que a escola combata a violência sexual contra crianças e adolescentes, haja vista pessoas que sofrem essa violência acabam por ter um rendimento menor do que o desejado nos estudos (LIMA; MAIO, 2014). A instituição escolar, então, deve se organizar para o enfrentamento da violência sexual contra seus/suas alunos/as, de maneira a buscar orientar as crianças e os/as adolescentes, bem como seus/suas responsáveis. Os/As

profissionais que atuam nas escolas devem ser capacitados/as, a fim de contribuir no combate a essa forma de violação.

Para além de conversas esporádicas nas instituições escolares, é fundamental que a violência sexual contra crianças e adolescentes seja pauta cotidiana da prática escolar, incluindo atividades de palestras educativas, pesquisas sobre o tema, rodas de discussão sobre as dúvidas dos/as alunos/as etc.

Felipe e Guizzo (2003, p. 124) discutem que o “[...] corpo infantil vem sendo alvo de constantes e acelerados investimentos. As crianças [...] têm sido vistas como veículo de consumo. É cada vez mais presente a ideia da infância como objeto a ser apreciado, desejado, exaltado”. Assim, essa visão acerca da corporeidade infantil tem contribuído para o aumento dos casos de violência sexual contra esse público. E essa violência é algo irreversível (FELIPE; GUIZZO, 2003), que deixa marcas indeléveis, portanto, urgente de ser combatida.

Vale, ainda, salientar que a família tem grande influência sobre as questões de abuso sexual e violência sexual, sobretudo porque muitas vezes o abuso de poder inicia dentro dessa instituição. Conforme bem ressalva Marra (2016, p. 23), a violência “[...] circula entre os membros do grupo familiar, mostrando nada mais que o exercício e o direito a autoridade dos homens sobre as mulheres e sobre os filhos – crianças e adolescentes”. Esse tipo de relação, que muitas vezes pode ser abusiva, é interiorizado pelas crianças e pelos/as adolescentes, de modo a entenderem que é comum o homem mais velho ter o direito à autoridade sempre.

A partir desse cenário, ainda valem as palavras de Marra (2016, p. 24) quando enfatiza que “[...] o abuso sexual é um fenômeno determinado por diversos fatores: culturais, socioeconômicos, individuais e familiares”. A autora continua, que

na situação de abuso sexual, a pessoa escolhida é tratada como objeto parcial – ou mesmo como objeto inanimado (fetichismo) – sem ter sua autonomia respeitada. Mesmo que o ato ocorra sem violência, sem marcas físicas evidentes, é considerado abuso sexual, visto que a criança e o [a] adolescente estão em fragilidade física e emocional diante do outro [ou outra] (MARRA, 2016, p. 24-25).

Assim, defende-se que as crianças e os/as adolescentes precisam estar protegidos/as para que não sofram abuso ou violência sexual, além disso, devem ser fornecidos conhecimentos acerca desses temas para que os/as menores saibam da

importância de denunciar casos de abuso e violência sexual para alguém de confiança, de modo a interromper possíveis violações.

Nesse sentido, esta seção visou trazer à luz elementos para que se pudessem pensar as questões de violência sexual, seu caráter contingente e histórico, sempre ordenado por um conjunto de fatores que, por sua vez, operam no interior de relações de poder.

As noções empreendidas no campo das temáticas de gênero e de sexualidade de maneira mais ampla, são multifacetadas, caracterizando desde o exercício em sua forma mais rústica e perceptível (materializável), as configurações de violência física, mas também as circunscritas num dispositivo constituído pela modernidade por meio de práticas discursivas e não discursivas produtoras de enquadramentos bem delimitados de normalidades, controles e produtos de verdades. Essas noções se referem a dimensões simbólicas, que operam no âmbito das falas, representações, textos, imagens, leis e se mantêm ainda vivos devido, justamente, às suas ideologias sedutoras, como o caso do SJC, que oferece a promessa igualitária às mulheres (ANDRADE, 2005).

Partindo dessa premissa, a próxima seção visará outro objetivo desta Tese: analisar 17 (dezessete) Planos Municipais de Educação (PME) do Estado do Paraná, com vistas a avaliar se tais municípios têm incluído, em suas Políticas Públicas, ações de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

4. PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ONDE ESTÁ A DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

Discutir a Educação exige, além de outras necessidades, discutir os documentos oficiais que pautam esse debate. No ano de 2015, os Municípios, Distrito Federal e Estados brasileiros precisaram apresentar seus Planos de Educação: Plano Municipal de Educação (PME), Plano Distrital de Educação (PDE) e Plano Estadual de Educação (PEE), respectivamente. De acordo com o Plano Nacional de Educação,

os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei (BRASIL, 2014a, art. 8).

Assim, no dia 25 de junho de 2014 foi aprovado, no Brasil, o PNE, sob a Lei n. 13.005/2014 que estabelece as metas e estratégias para a década de 2014 a 2024 no que tange à Educação brasileira (BRASIL, 2014a). Municípios, Distrito Federal e Estados precisaram adequar seus respectivos Planos a essa Lei maior até o prazo de 24 de junho de 2015.

O PNE visa a um conjunto de diretrizes, que ao todo são 10 (dez):

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na **promoção da cidadania** e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - **promoção humanística**, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos(as) profissionais da educação;

X - **promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos**, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014a, art. 2, grifos do autor).

Observa-se que não há menção, no PNE, de diretrizes voltadas especificamente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Porém, neste trabalho, entende-se que o PNE pode ser visto como um documento ‘guarda-chuva’ e que, a partir dele, outros documentos podem ser criados e promulgados apresentando a realidade local de cada Estado ou município. Assim, o não aparecimento do termo ‘violência sexual contra crianças e adolescentes’ não exime os Estados e os municípios de práticas e de políticas públicas para combater essa realidade.

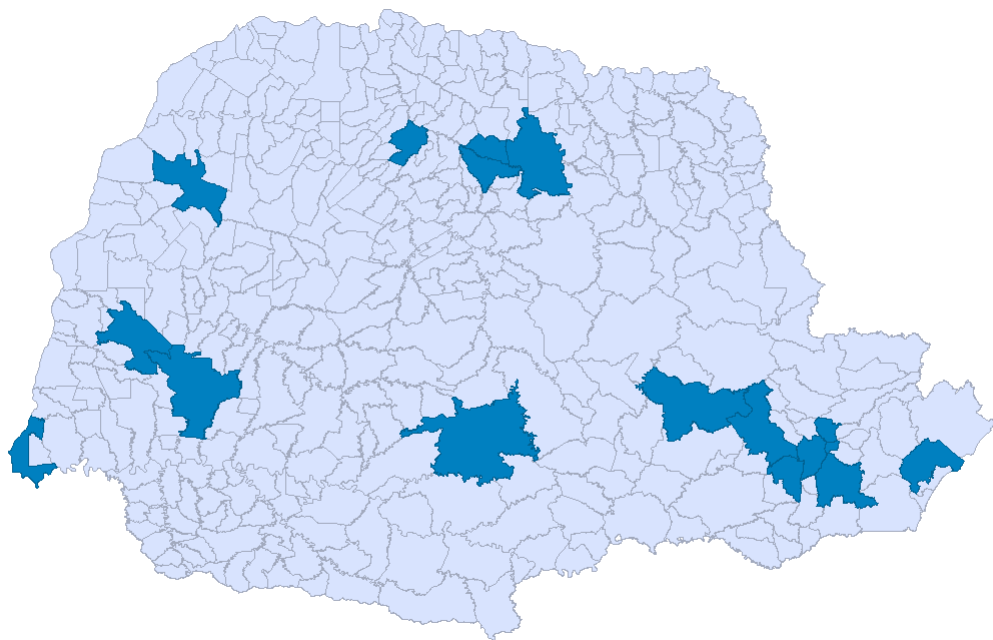
Todos os PME, o PDE e os PEE obrigatoriamente precisaram considerar o PNE, articulando a sua realidade nos documentos, de maneira a adaptar ao cenário que cada região ou localidade apresenta. Para isso, na elaboração dos PME, por exemplo, foi preciso que as equipes municipais se organizassem, para fazer um levantamento da realidade local, de modo a apresentar um diagnóstico da Educação e do município (BRASIL, 2014a).

Os Planos de Educação abrangem temáticas diversas, desde a erradicação do analfabetismo até a promoção dos Direitos Humanos e diversidade (BRASIL, 2014a), caracterizando um documento bastante amplo e necessário de ser considerado no momento da organização da prática escolar, bem como organização curricular e demais atividades desenvolvidas nas instituições escolares.

Nesse momento, analisar-se-ão 17 (dezessete) Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná. O objetivo deste trabalho é averiguar se tais PME salientam as discussões em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes em seus textos (questão bastante presente nas discussões dos Direitos Humanos, por exemplo). O recorte pelos 17 (dezessete) municípios, conforme já mencionado, se deu por conta de serem os municípios paranaenses com mais de 100.000 (cem mil) habitantes²¹. A seguir, é apresentado um gráfico com os municípios selecionados para análise:

²¹ Ver Bem Paraná (2010).

Gráfico 01: Dezesete municípios analisados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

É possível observar que há municípios de todas as regiões paranaenses: Centro Oeste (Apucarana), Norte (Arapongas e Londrina), Leste (Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Paranaguá, Pinhais e São José dos Pinhais), Oeste (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo), Centro-Sul (Guarapuava), Noroeste (Maringá e Umuarama) e Centro (Ponta Grossa). Essa informação também dá margem para pensar que dentre os municípios destacados, há municípios centrais e fronteiriços. Embora não seja o objetivo analisar as especificidades dos municípios, porém esses dados contribuem para destacar que há uma diversidade de regiões e características entre os municípios.

As discussões analisadas fazem referência mais diretamente à diretriz de número X, que apresenta a “[...] promoção dos princípios do respeito aos **direitos humanos**, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014a, art. 2, grifos do autor). Em relação às questões de violência sexual contra crianças e adolescentes, o PNE faz menção na Estratégia número 7.23, quando apresenta o seguinte texto:

7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de

educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a **violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014a, est. 7.23, grifos do autor).

Em todo o documento, apenas na estratégia 7.23 é mencionado algo direcionado ao combate de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa análise, de antemão, permite refletir que o documento poderia ser mais incisivo nesse assunto, haja vista o número de casos de violências ligadas a questões que envolvem sexualidade tem aumentado no Brasil (IPEA, 2014). Conforme afirma Landini (2011, p. 13), “[...] atualmente – e desde o início da década de 1990 – a violência sexual contra crianças e adolescentes está muito em evidência”. E se essa evidência é percebida socialmente, por meio da mídia, por exemplo, por que o Plano Nacional de Educação pouco discute esse tema?

Os municípios analisados neste trabalho são: Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama. Os questionamentos, *a priori*, versam no sentido de analisar se esses municípios seguiram, na elaboração de seus documentos, o PNE (quase não apresentando apontamentos ou discussões em relação aos temas de violência sexual contra crianças e adolescentes) ou consideraram a realidade local e os casos de violência que são perceptíveis, apresentando notas em relação a esse tipo de violência.

Acredita-se que a escola é um lugar propício para as discussões em relação às violências que as crianças e os/as adolescentes estão expostos/as. Dentre outros fatos, é preciso que essa população tenha “[...] conhecimento sobre seu corpo, a existência do abuso sexual e o poder de enfrentamento” (MIRANDA; OLIVEIRA; MAIO, 2013, p. 06). Esse conhecimento é fundamental para a proteção em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A elaboração dos PME se deu, conforme citado anteriormente, por meio das metas e estratégias postas no PNE. Para isso, o Ministério da Educação (MEC) lançou um documento expondo as principais ideias a serem consideradas para a efetivação deste trabalho (BRASIL, 2014b). Este material, denominado *Planejando a Próxima Década – conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*

salienta o diagnóstico e as responsabilidades inseridas no PNE, dados necessários para a elaboração do PME (BRASIL, 2014b).

Além disso, o MEC elaborou outro documento, o *Plano Municipal de Educação – Caderno de Orientações* (BRASIL, 2014c), que apresenta as etapas da construção do PME, desde a elaboração das comissões responsáveis por esse trabalho até a maneira mais eficaz de realizar o diagnóstico dos municípios e da Educação local.

De acordo com o último censo do IBGE, no ano de 2010, o Estado do Paraná tinha 10.444.526 (dez milhões, quatrocentos/as e quarenta e quatro mil, quinhentos/as e vinte e seis) habitantes, sendo desses/as, 3.319.367 (três milhões, trezentos/as e dezenove mil, trezentos/as e sessenta e sete) crianças e adolescentes entre 00 (zero) a 19 (dezenove) anos, ou seja, 31,78% (trinta e um vírgula setenta e oito por cento) (IBGE, 2010)²².

Nesse sentido, menciona-se que a discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes envolve diretamente essa população de 31,78% (trinta e um vírgula setenta e oito por cento). Isso faz pensar que as políticas voltadas a esse público (infanto-juvenil) precisam ser amplamente pensadas e efetivadas para atender a essa grande parcela do Estado.

Além desse cenário, há uma motivação que se deve considerar – para a efetivação desta Tese – que é o fato de o Estado do Paraná registrar, pelo Disque 100 (número de telefone disponível em todo o território nacional para a denúncia que qualquer forma de violência, contra todos os grupos sociais e faixa etária), 24% das denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes do País (MPPR, 2014). Assim, esse percentual²³ – bastante considerável – instiga o desejo de busca de informações e respaldos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes neste trabalho.

Apresentado esse contexto, a seguir, serão analisados os Planos Municipais de Educação dos 17 (dezessete) municípios, conforme citado anteriormente. Os

²² Importante ressaltar que o último censo publicado pelo IBGE é datado de 2010. Embora no *site* do Instituto seja apresentada uma estimativa populacional para o ano de 2017, aqui buscou-se trabalhar com os dados já publicados e confirmados.

²³ Esse número apresentado representa apenas os casos denunciados, o que mostra que o número de violência sexual contra crianças e contra adolescentes, certamente, seja muito maior.

PME foram retirados dos *sites*²⁴ das respectivas Prefeituras, que é a versão dos documentos disponibilizada para quem quiser acessá-los.

Salienta-se que a busca pelos conteúdos de violência sexual se deu por meio de uma leitura na íntegra dos respectivos PME. Feito isso, realizou-se uma busca com as palavras-chave: violência/violência sexual. Ao não encontrar tais conteúdos nos documentos, fez-se uma busca mais detalhada de temas que se aproximam: exploração, estupro, sexualidade, gênero, desigualdades, segurança, direitos, proteção etc.

Ressalta-se, ainda, que não será apresentada a quantidade de metas e estratégias dos PME analisados, isso em virtude de o método deste trabalho ser uma pesquisa qualitativa, importando o conteúdo dos materiais. Logo, esse número não é relevante nesta pesquisa. O que será apresentado: o número de páginas, apenas para se ter ideia quantitativa mais geral da dimensão dos documentos.

As cidades serão apresentadas em ordem alfabética. A título de apresentação, abaixo segue uma tabela com os dados (nome do município, região do Paraná a qual pertence, estimativa de habitantes no ano de 2015 e ano de emancipação) de cada município que será analisado nesta seção.

Tabela 01: lista dos municípios que tiveram seus respectivos PME analisados nesta Tese

	MUNICÍPIO	REGIÃO NO PARANÁ	HABITANTES	ANO DE EMANCIPAÇÃO
1	APUCARANA	CENTRO- OESTE	129.265	1944
2	ARAPONGAS	NORTE	115.412	1947
3	ARAUCÁRIA	LESTE	133.428	1890
4	CAMPO LARGO	LESTE	124.098	1870
5	CASCADEL	OESTE	312.778	1951
6	COLOMBO	LESTE	229.872	1943
7	CURITIBA	LESTE	1.879.355	1693
8	FOZ DO IGUAÇU	OESTE	263.782	1914

²⁴ Ao final desta Tese, são apresentados – junto com as referências – os sites de todos os 17 (dezessete) PME.

9	GUARAPUAVA	CENTRO-SUL	178.126	1871
10	LONDRINA	NORTE	548.249	1930
11	MARINGÁ	NOROESTE	397.437	1951
12	PARANAGUÁ	LESTE	150.660	1648
13	PINHAIS	LESTE	125.808	1992
14	PONTA GROSSA	CENTRO	337.865	1823
15	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	LESTE	297.895	1852
16	TOLEDO	OESTE	132.077	1951
17	UMUARAMA	NOROESTE	108.218	1960

Fonte: os dados obtidos para a elaboração dessa tabela foram retirados dos respectivos PME (elaborados no ano de 2015) e do *site* do IBGE (também do ano de 2015) de cada município, conforme referenciado ao fim da Tese.

Feita essa prévia exposição, a seguir serão elencadas informações sobre os municípios citados anteriormente, além das análises de seus respectivos PME, em que serão feitos destaques em alguns trechos dos PME, visando identificar pontos sobre trabalhos em relação à violência sexual infantil.

4.1. APUCARANA

No ano de 2014, a estimativa de habitantes em Apucarana era de 129.265 (cento e vinte e nove mil, duzentos/as e sessenta e cinco) moradores/as (APUCARANA, 2015).

O Plano Municipal de Educação de Apucarana foi elaborado em 151 (cento e cinquenta e uma) laudas (APUCARANA, 2015). Esse documento considerou o PNE para sua formatação, perpassando por todas as áreas e modalidades que este último exige.

Para a presente análise, um dado inicial chama a atenção. Trata-se das diretrizes do Plano Municipal de Educação de Apucarana, quando é apresentado, como artigo segundo e inciso VII, que esse documento considera “[...] a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (APUCARANA, 2015, art. 2). Essa premissa é primordial de ser

considerada quando o assunto é Educação, haja vista, é preciso, sempre, estimar a diversidade e as características dos Direitos Humanos quando se trata de formação.

Quando o PME de Apucarana discute o currículo, o excerto abaixo destaca a ideia de superação das desigualdades, enfatizando a Educação como forma de transformação:

uma visão globalizada do currículo deve superar as **diferenças e desigualdades** por meio da criação de caminhos que levem ao desenvolvimento de **conveniências harmônicas, justas e solidárias**, dando ênfase ao compromisso da Educação para a transformação (APUCARANA, 2015, p. 21, grifos do autor).

Essa ideia de currículo pode (ou poderia) ajudar a equipe de profissionais de Educação de Apucarana a pensar em estratégias para discutir e para efetivar ações, também, voltadas aos casos de violência sexual infantil, pelo fato de que o Estado do Paraná se sobressai em relação às denúncias sobre tais casos (PARANÁ, 2014)²⁵.

O PME de Apucarana não apresenta em seu texto reflexões ou ações referentes às questões de violência sexual contra crianças e adolescentes. As suas metas e estratégias, em relação a esse assunto, são bastante superficiais. Como exemplo, na apresentação de estratégias sobre a meta 02 do PNE, que diz respeito a universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos “[...] para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014a, meta 2), o PME de Apucarana apresenta o seguinte texto:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento de acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (APUCARANA, 2015, p. 50-51, grifos do autor).

²⁵ Dados já apresentados no início desta seção.

Fica visível a superficialidade com a qual é posto o tema de violência sexual infantil. Evidentemente, o tema nem é nomeado, é apenas mencionada a categoria ‘violência na escola’ de uma forma genérica, a qual ainda não é apontada nenhuma atitude prática para combater esse tipo de violência. É perceptível, assim, certa defasagem na elaboração do documento, que não menciona e nem apresenta soluções práticas para as questões de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esse aspecto ainda permeia outros longos espaços do PME de Apucarana. Em outro momento, o documento afirma que é preciso fortalecer “[...] o monitoramento do acesso à escola, da permanência e desenvolvimento [...], combatendo situações de **discriminação, preconceito e violência**, visando o sucesso e a qualidade na educação básica fundamental” (APUCARANA, 2015, p. 55, grifos do autor). Mais uma vez o tema é discutido superficialmente, sem destaques e sem atitudes práticas em relação à violência.

O PME de Apucarana demonstra preocupação em atitudes em relação aos Direitos Humanos (embora não defina o que entende por esse termo, apresenta ideias que se pode classificar como tal, ao passo que debate, em alguns momentos, conforme apresentadas a seguir, questões de reconhecimento das diferenças, convivência harmônica entre as pessoas, superação das desigualdades etc.), porém, ainda assim, não são apresentadas práticas para a efetivação dessas atitudes. No item que discute a Educação Integral, o documento apresenta como necessidade a “[...] inserção no currículo dos eixos articuladores aos temas transversais como a sustentabilidade ambiental, empreendedorismo, direitos humanos, respeito e valorização às diferenças” (APUCARANA, 2015, p. 80). Para combater a violência, é preciso – antes de outras práticas – deixar evidente nos documentos que regulamentam a Educação as possíveis práticas de combate, seja a formação continuada de profissionais da Educação que discutem o tema, seja reunião com responsáveis pelas crianças e pelos/as adolescentes, discutindo as formas de violência, seja com estudo pelos/as próprios/as alunos/as de textos e materiais referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes. É preciso demarcar. É preciso colocar em pauta.

Em relação aos cursos de formação, esses, de acordo com o PME de Apucarana, devem obedecer alguns princípios como o “[...] contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica”,

além de propiciar a “[...] análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia” e incluir questões de “[...] diversidade [...] nos programas de formação” (APUCARANA, 2015, p. 100). Mais uma vez, é apresentada preocupação com os temas que estão em evidência na sociedade, porém as atitudes práticas não são sequer mencionadas.

No decorrer do Plano, não foi encontrada nenhuma menção em relação às questões ligadas à violência sexual contra crianças e adolescentes. É possível perceber certa importância dada aos Direitos Humanos, porém não são apresentadas práticas para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.2. ARAPONGAS

O PME de Arapongas foi redigido em 175 (cento e setenta e cinco) laudas (ARAPONGAS, 2015), apresentando as metas e as estratégias para a década de validade do Plano (2015-2025).

Embora o PME de Arapongas não apresente o número de habitantes, pelos dados do IBGE, esse número é de 115.412 (cento e quinze mil, quatrocentos e doze) habitantes no ano de 2015 (IBGE, 2015a).

O PME de Arapongas apresenta em seu texto, das estratégias elencadas sobre as metas para o Ensino Fundamental:

2.4) Colaborar com o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos/as beneficiários/as de Programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, objetivando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos/as estudantes, em cooperação com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (ARAPONGAS, 2015, est. 2.4, grifos do autor).

Com isso, é possível observar certa preocupação em relação às questões voltadas à violência, embora não sejam especificadas quais violências e para quem, essa problemática é de fato contempladas no excerto.

Nas estratégias que foram elencadas para contemplar a meta sobre o Ensino Médio, é apresentado o seguinte texto:

3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos/as estudantes beneficiários/as de Programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências**, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, permeando a obrigatoriedade extensiva às famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, a fim de não delegar a responsabilidade somente as escolas (ARAPONGAS, 2015, est. 3.7).

Em se tratando do Ensino Médio, há, também, preocupação em relação às violências, porém não são apresentadas quais violências e como combatê-las. O mesmo texto é apresentado para o público de crianças e de adolescentes “[...] com deficiência, transtornos funcionais específicos, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (ARAPONGAS, 2015, p. 21).

O PME de Arapongas apresenta um espaço específico para o combate às desigualdades sociais. Em um dado momento, é posto que o município deve:

8.4) **Garantir políticas de combate à violência na escola**, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a **violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar (ARAPONGAS, 2015, est. 8.4).

Nesse excerto, é possível averiguar que a preocupação com a violência sexual contra crianças e adolescentes é relevante, além de algumas medidas necessárias para o combate dessa prática, como, por exemplo, a parceria com Órgãos competentes, fora a capacitação de profissionais que estão em contato com crianças e adolescentes.

Assim, o PME de Arapongas demonstra que é preciso combater a violência sexual, apresentando que a formação dos/as profissionais da Educação é de suma importância. Mesmo que ainda incipiente, o assunto da violência sexual contra crianças e adolescentes é apresentado.

4.3. ARAUCÁRIA

O PME de Araucária foi escrito em 16 (dezesseis) laudas, apresentando de forma objetiva as metas e as estratégias, sem constar os dados do município, população e instituições escolares.

A estimativa populacional de Araucária, no ano de 2015, era de 133.428 (cento e trinta e três mil, quatrocentos/as e vinte e oito) habitantes (IBGE, 2015n).

Uma das estratégias que o PME de Araucária apresenta é o seguinte texto: “[...] garantir **políticas de combate à violência na escola**, incentivando construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar” (ARAUCÁRIA, 2015, est. 7.8). O texto faz referência à violência (de modo geral), porém não apresenta questões práticas de como combater essa violência, além de não especificar a que tipo(s) de violência(s) se faz referência.

Ainda é exposto o seguinte texto:

13.1. Apoiar campanhas do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para esclarecimentos e divulgação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando-se direitos e deveres dos sujeitos envolvidos, **crianças em situações de risco** e privação, crianças exploradas no mundo do trabalho (ARAUCÁRIA, 2015, est. 13.1).

É possível pensar que o documento ressalta a atenção que deve ser dada em relação às situações de risco de crianças e adolescentes e, ainda, no texto abaixo, é mencionada a segurança da criança e do/a adolescente.

13.8. Participar, de maneira articulada com outras Secretarias Municipais, de programas e serviços de atenção integral a saúde e a **segurança da criança e do adolescente**, visando prevenir a gravidez precoce, as DST/AIDS e o uso de drogas (ARAUCÁRIA, 2015, est. 13.8).

Para além desses excertos, o documento ainda apresenta que o município deve “[...] cumprir protocolos para encaminhamentos **relacionados à violência** e uso de substâncias psicoativas” (ARAUCÁRIA, 2015, est. 13.9). É possível fazer uma leitura de que o assunto é tratado superficialmente sem apresentar, novamente, a qual tipo de violência o texto se refere e nem quais medidas podem ser tomadas. E, ainda, o documento do município de Araucária toma como dever a criação de um sistema municipal de informações com “[...] dados atualizados pelo Poder Público

sobre atendimentos e demandas, integrado com todas as ações de políticas de promoção da proteção integral de crianças e adolescentes” (ARAUCÁRIA, 2015, est. 13.10).

A partir do conteúdo do PME de Araucária, é possível inferir que o documento não faz referência à violência sexual contra crianças e adolescentes, embora demonstre preocupação em relação à integridade destes/as atores/atrizes sociais.

4.4. CAMPO LARGO

O PME de Campo Largo foi redigido em 24 (vinte e quatro) laudas, apresentando as metas e estratégias propostas e elaboradas para o decênio de 2015-2025. Nesse documento, não estão registrados dados como o diagnóstico da Educação e nem informações sobre o município (CAMPO LARGO, 2015).

A estimativa da população de Campo Largo, em 2015, era de 124.098 (cento e vinte e quatro mil e noventa e oito) habitantes (IBGE, 2015b).

O documento apresenta, em uma de suas estratégias, o seguinte texto:

3.7 Assegurar que a prevenção à **violência** e às drogas nas escolas e em seu entorno, seja alvo prioritário das políticas públicas municipal, em regime de colaboração, Estado, União e sociedade civil organizada (CAMPO LARGO, 2015, est. 3.7, grifos do autor).

Embora seja mencionado o termo violência, ele é bastante genérico, pois não especifica a qual(is) tipo(s) de violência(s) se refere, além de não apresentar atitudes práticas, ou práticas pedagógicas, para a prevenção dessa violência. Outro excerto afirma o seguinte:

4.15 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, articulando em parceria com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (CAMPO LARGO, 2015, est. 4.15, grifos do autor).

Novamente, é apresentado o termo violência, embora de forma genérica. O documento faz menção a uma articulação de parceria com famílias e Órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, o que pode ser analisado como uma atitude prática para o combate às várias formas de violência contra a criança e o/à adolescente.

4.5. CASCAVEL

O Plano Municipal de Educação de Cascavel foi redigido em 29 (vinte e nove) laudas, sem apresentar o diagnóstico do município sobre a situação educacional do mesmo (CASCAVEL, 2015).

A população estimada de Cascavel em 2015 é de 312.778 (trezentos/as e doze, setecentos/as e setenta e oito) habitantes (IBGE, 2015c).

Em relação à violência, o PME de Cascavel apresenta que é preciso “[...] articular em regime de colaboração entre os entes federativos, a criação de políticas públicas de combate à violência nas escolas, a partir da aprovação do PME – CVE” (CASCAVEL, 2015, p.10). Porém, essas políticas públicas não são definidas no texto, expondo ainda que são necessárias

promover ações para o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como o desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, a partir da aprovação do PME- CVE (CASCAVEL, 2015, p. 12-13, grifos do original).

Novamente, é apresentado um termo genérico para a violência, sem deixar evidente a qual(is) tipo(s) de violência(s) se refere, porém, como prática, é posto que se devem criar relações com as famílias e com os Órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, para combater à violência.

Uma estratégia apresentada no PME de Cascavel é em relação à formação continuada aos/às professores/as, o documento exhibe que, na vigência do mesmo, é preciso “[...] garantir a formação continuada para profissionais do magistério e da educação da Rede Municipal de Ensino, objetivando ações e encaminhamento de combate à violência e à evasão, detectando suas causas” (CASCATEL, 2015, p. 17). Novamente, não é mencionado a que(uais) tipo(s) de violência(s) o texto se refere, porém é positiva a intenção de oferecer essa discussão nos cursos direcionados aos/às profissionais da Educação.

Ainda é exposto que há a necessidade de

garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para **detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (CASCATEL, 2015, p. 25, grifos do autor).

Nesse excerto, especificamente, o documento ressalta a preocupação em os/as profissionais de a Educação estarem informados/as e com base científica para a detecção dos sinais das violências doméstica e sexual. É uma estratégia bastante importante e que dá margem para a discussão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.6. COLOMBO

O PME de Colombo foi redigido em 194 (cento e noventa e quatro laudas), apresentando um diagnóstico do município e da Educação, com dados e informações que descrevem a atual situação da referida cidade (COLOMBO, 2015).

O documento informa a população do ano de 2014, sendo 229.872 (duzentos/as e vinte e nove mil, oitocentos/as e setenta e dois/duas) habitantes (COLOMBO, 2015). Desse número, 75.857 (setenta e cinco mil, oitocentas e cinquenta e sete) pessoas são crianças e adolescentes, correspondendo a 33% (trinta e três por cento) da população total (COLOMBO, 2015). Infere-se que é uma população bastante considerável.

Em relação à violência, encontra-se o seguinte texto:

1.2. manter no Município, com a colaboração dos setores responsáveis pela Educação, Saúde e Assistência Social e de organizações não governamentais disponíveis, em parceria com Estado e União, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 a 3 anos, oferecendo inclusive assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar, nos casos de pobreza, **violência doméstica** e desagregação familiar extrema (COLOMBO, 2015, est. 1.2, grifos do autor).

A violência a que se refere é a violência doméstica, sendo necessárias, de acordo com o documento, parcerias entre várias instituições para o combate dessa prática, que ocorre dentro da casa das pessoas. Ainda é apresentado o escrito:

1.23) articular, junto aos órgãos de Saúde e Assistência Social disponíveis, atendimentos de cuidados básicos e de promoção à saúde e bem-estar social, dando continuidade aos programas já existentes para esta finalidade, primando pelo atendimento básico primário e de primeiros socorros e/ou **violação de direitos**, em Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência em Assistência Social próximos as Instituições de Ensino públicas (COLOMBO, 2015, est. 1.23, grifos do autor).

Nesse exemplo, a violência é mostrada de uma maneira genérica, global, com o termo de violação dos direitos. Porém, mesmo com essa preocupação, não é apresentada uma prática efetiva ou atitudes que devem ser tomadas para que essa prática não aconteça, ou ao menos diminua; é afirmada apenas a continuidade de programas já existentes para essa finalidade.

Com isso, infere-se que o PME de Colombo não discute questões voltadas à violência sexual contra crianças e adolescentes, embora faça menção à violação de direitos (de forma genérica).

4.7. CURITIBA

O PME de Curitiba foi redigido em 38 (trinta e oito) laudas, apresentando apenas as metas e as estratégias para a Educação do município (não foram destacadas informações acerca da realidade municipal) (CURITIBA, 2015).

Em 2015 a estimativa populacional de Curitiba era de 1.879.355 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos/as e cinquenta e cinco) habitantes (IBGE, 2015d).

Em relação à discussão da violência, o documento apresenta, em sua estratégia 2.10, que é preciso

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos(das) beneficiários(as) de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) estudantes em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (CURITIBA, 2015, est. 2.10, grifos do autor).

Essa estratégia enfatiza as violências na escola, sem delimitar se se trata de violência sexual ou qualquer outro tipo. Na estratégia 2.31, é apresentado que é necessário

promover políticas públicas intersetoriais efetivas que garantam o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos(as) jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências**, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (CURITIBA, 2015, est. 2.31, grifos do autor).

Mais uma vez, não é apontada a qual tipo de violência o texto se refere, ficando essa informação a cargo do/a leitor/a. O mesmo ocorre com o excerto abaixo:

4.13 Garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à

adolescência e à juventude (CURITIBA, 2015, est. 4.13, grifos do autor).

Diferente dos excertos apresentados acima, o trecho que segue, aponta a preocupação em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes:

7.13 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação dos profissionais da educação escolar básica para detecção dos sinais de suas causas, **como a violência doméstica, sexual**, entre outras, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (CURITIBA, 2015, est. 7.13, grifos do autor).

É necessário proporcionar formação (inicial e continuada) para os/as profissionais da Educação com o intuito de detectar sinais dos vários tipos de violência, incluindo a violência sexual a que estão sujeitos/as as crianças e os/as adolescentes.

É evidente a preocupação desse município em relação às questões relacionadas à violência, no entanto é preciso delimitar o(s) tipo(s) de violência, bem como propor estratégias práticas para o seu combate. Ainda no PME de Curitiba, foram encontrados os seguintes excertos que fazem relação à violência, porém de forma genérica:

23.9 Assegurar a criação de rubrica financeira, a contar da promulgação dessa lei, prevendo a destinação de recursos financeiros necessários para a implementação de políticas públicas afirmativas para a educação em direitos humanos, sobretudo voltadas às temáticas de educação para o respeito à justiça social, inclusão, **prevenção da violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos** (CURITIBA, 2015, est. 23.9, grifos do autor).

META 25: Assegurar no prazo de dois (2) anos a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, alunos e pais, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, às **violências** (domésticas/intrafamiliar, institucional e de trabalho infantil inadequado), o justo respeito às diversidades (entre os sexos, sujeitos que sofrem racismo, sujeitos em sistemas correccionais ou detentos, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), a defesa aos direitos humanos (desde a concepção à morte natural), sem viés ideológico e com um

maior envolvimento dos pais, com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas, resguardada a liberdade de consciência e de valores, no município de Curitiba (CURITIBA, 2015, meta 25, grifos do autor).

25.1 Promover e garantir a possibilidade de discussão, por meio de ações didático-pedagógicas, sobre justiça social, inclusão e educação em direitos humanos na política de valorização e formação inicial e continuada, opcional, dos(as) profissionais da educação escolar básica nas instituições educacionais públicas e privadas da esfera municipal, estadual e federal, visando à dignidade humana (desde a concepção à morte natural), à prevenção e ao **enfrentamento da violência**, de preconceito e de discriminação injusta (CURITIBA, 2015, est. 25.1, grifos do autor).

25.3 Inserir e implementar, como atividade complementar opcional, nos currículos de todos os cursos de formação profissionais de educação, temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, **prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, sem viés ideológico** (CURITIBA, 2015, est. 25.3, grifos do autor).

25.4 Garantir a possibilidade da inserção das temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, **prevenção à violência** e honestidade, sem que isto signifique perda no conteúdo de instrução comum, na perspectiva de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, desde a concepção à morte natural, em todos os documentos legais (diretrizes político-pedagógicas e curriculares, projetos político-pedagógicos, regimento escolar, plano de ação, entre outros), das instituições educacionais públicas e privadas (resguardada liberdade de consciência e valores) de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades (CURITIBA, 2015, est. 25.4, grifos do autor).

25.5 Garantir políticas públicas de formação, em regime de colaboração, (inicial, extensão, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) direcionadas a todos(as) os(as) profissionais da educação escolar básica, contemplando licenças para estudo sem prejuízo dos vencimentos e/ou bolsas-auxílio para estudos, voltadas para as temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, **prevenção às violências na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos** (CURITIBA, 2015, est. 25.5, grifos do autor).

25.6 Assegurar, no prazo máximo de dois (2) anos, a contar da promulgação desta lei, a criação de rubrica financeira e dotação orçamentária específica, sem que signifique onerar os demais aspectos comuns de instrução, prevendo recursos necessários para a implementação e execução de políticas públicas afirmativas, exclusivamente através de órgãos municipais, voltadas para a educação em justiça social, inclusão, **prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, desde a concepção à morte natural** (CURITIBA, 2015, est. 25.6, grifos do autor).

25.13 Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos, sem viés ideológicos, que contemplem as temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, **prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos** de forma justa e que abordam várias perspectivas e pontos de vista (CURITIBA, 2015, est. 25.13, grifos do autor).

A partir da análise e dos excertos apresentados, o PME da capital paranaense apresenta com limitação a discussão específica sobre o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, no cenário atual, é de grande valia que, mesmo limitada, essa discussão apareça nos documentos oficiais.

4.8. FOZ DO IGUAÇU

O PME de Foz do Iguaçu foi redigido em 33 (trinta e três) laudas, separado em dois documentos: um com a Lei e outro com o anexo, contendo as metas e estratégias. Ressalta-se que o documento não apresenta o diagnóstico do município e da Educação local.

De acordo com o IBGE (2015e), a estimativa de habitantes em Foz do Iguaçu é de 263.782 (duzentas e sessenta e três, setecentas e oitenta e duas) pessoas.

Em relação às questões voltadas à violência, o PME apresenta como estratégia do município:

3.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e **violência**, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial (FOZ DO IGUAÇU, 2015, est. 3.6, grifos do autor).

Não há delimitação ou especificação no sentido de evidenciar a qual tipo de violência o documento se refere, sendo perceptível a utilização de um termo genérico (violência). Isso acontece, também, na estratégia 7.9, apresentando que o poder municipal precisa “[...] garantir políticas de combate à **violência na escola** e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar” (FOZ DO IGUAÇU, 2015, est. 7.9, grifos do autor). Na

mesma direção, a estratégia 8.19 afirma que é dever do município “[...] garantir e ampliar o apoio especializado através de Equipe Multidisciplinar aos alunos que sofreram ou sofrem algum tipo de discriminação e/ou **violência**, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, com segurança” (FOZ DO IGUAÇU, 2015, est. 8.19, grifos do autor).

Além das apresentadas, outras duas estratégias sugerem a discussão da violência, porém ainda de forma genérica. Trata-se da estratégia 8.29: “Promover políticas de **combate à violência na escola**” (FOZ DO IGUAÇU, 2015, est. 8.29, grifos do autor) e a estratégia 8.41:

Fomentar ações de combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (FOZ DO IGUAÇU, 2015, est. 8.41, grifos do autor).

Por meio da análise do PME de Foz do Iguaçu, é possível afirmar que todas as vezes que o termo violência é mencionado, em nenhuma delas é especificado a qual(quais) tipo(s) de violência(s) o documento se refere. Talvez esse fato possa não efetivar a organização e implementação de ações práticas voltadas para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.9. GUARAPUAVA

O PME de Guarapuava foi redigido em 22 (vinte e duas) laudas, apresentando apenas a Lei, tendo como anexas as metas e estratégias, portanto não aponta o diagnóstico do município e nem da situação educacional (GUARAPUAVA, 2015). O IBGE (2015f) estima que no ano de 2015, o município tenha aproximadamente 178.126 (cento e setenta e oito mil, cento e vinte e seis) habitantes.

Esse documento é restrito quando o assunto é violência, haja vista que o termo é encontrado em apenas duas estratégias voltadas à Educação no seguinte excerto:

2.15 fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e Proteção à Infância, Adolescência e Juventude (GUARAPUAVA, 2015, est. 2.15, grifos do autor).

Como também neste excerto:

2.22 promover a cultura da paz adotando os procedimentos para prevenção, acompanhamento e intervenção nas situações de **violência ocorridas nas Unidades Escolares** da Rede Pública Municipal de Ensino, por intermédio de ações intersetoriais e segundo a legislação vigente (GUARAPUAVA, 2015, est. 2.22, grifos do autor).

Além de o termo violência aparecer apenas duas vezes no PME de Guarapuava, o mesmo não fica evidente nas discussões, não deixando entendível ao/à leitor/a a qual(quais) tipo(s) de violência o texto se refere. Mais uma vez, isso dificulta a elaboração de práticas eficazes para a diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes, haja vista, esses últimos termos sequer serem mencionados.

4.10. LONDRINA

O PME de Londrina foi redigido em 120 (cento e vinte) laudas, sendo escrito de maneira bastante completa, apresentando dados do município e da Educação (LONDRINA, 2015).

De acordo com o IBGE (2015g), a estimativa populacional para o ano de 2015 de Londrina é de 548.249 (quinhentos/as e quarenta e oito mil, duzentos/as e quarenta e nove) habitantes.

Em relação às questões voltadas à violência, o documento apresenta o seguinte texto logo no início, no momento de descrever o histórico do município:

O poder público municipal garante a qualidade de vida dos habitantes por meio de diversos projetos, programas e políticas sociais com objetivo de combate à miséria, **à violência infantil**, ao desemprego, ao analfabetismo e outros fatores que atingem, sobretudo, a população de baixa renda, promovendo melhorias nas condições de vida (LONDRINA, 2015, p. 16, grifos do autor).

Mesmo mencionando que o município possui programas de combate à violência contra os/as infantes, não são descritos quais são esses programas e nem como funcionam.

No decorrer do documento, são apresentadas as metas e estratégias voltadas para a área educacional de Londrina. O próximo excerto registra a estratégia número 2.4:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, fortalecendo o trabalho de rede que já é executado no Sistema Municipal de Saúde (LONDRINA, 2015, est. 2.4, grifos do autor).

A estratégia 3.12 faz menção à violência de maneira parecida com a anterior:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos(as) jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências**, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (LONDRINA, 2015, est. 3.12, grifos do autor).

O próximo excerto também é parecido com os dois exemplos citados anteriormente:

fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (LONDRINA, 2015, est. 4.9, grifos do autor).

Os três excertos apresentados mencionam o termo **violência**, porém de forma genérica, sem especificar a que tipo de violência o texto se refere. Isso pode dificultar a articulação de políticas públicas e/ou ações que visam minimizar as formas de violência e, em específico, a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Porém, no mesmo documento, é apresentado que o município de Londrina deve

garantir políticas de **combate à violência** na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas como a **violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (LONDRINA, 2015, est. 7.23, grifos do autor).

Esse trecho do PME de Londrina denota a preocupação na formação e capacitação de educadores e educadoras em relação ao tema de violência sexual contra crianças e adolescentes. Sem dúvida, é uma prática que deveria aparecer em todos os outros PME, pois é algo que pode auxiliar no combate a essa prática tão cruel contra crianças e adolescentes, que é a violência sexual.

Nessa mesma perspectiva, ainda é apresentada a preocupação do trabalho conjunto entre educadores/as e responsáveis, inclusive no que diz respeito às questões de educação sexual e violência:

incentivar ações conjuntas entre pais e professores com relação ao combate à evasão escolar, articuladas às políticas de saúde física e mental, (primeiros socorros, educação sexual, meio ambiente, etc.) moradia, lazer, segurança, violência (inclusive doméstica e familiar) e outros temas de interesse da comunidade escolar, através de projeto de orientação e formação junto aos professores, funcionários, alunos e familiares (LONDRINA, 2015, est. 19.12).

Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade do trabalho conjunto entre equipe escolar e responsáveis no combate às práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa união pode ser bastante favorável no combate a essa prática e, inclusive, na detecção de casos que aconteceram ou podem estar

acontecendo em relação às questões de violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.11. MARINGÁ

O PME de Maringá foi redigido em 34 (trinta e quatro) páginas, sem apresentar junto ao seu texto o diagnóstico acerca da Educação e do próprio município (MARINGÁ, 2015).

No ano de 2015, a estimativa de habitantes, de acordo com o IBGE (2015i) é de 397.437 (trezentos/as e noventa e sete mil, quatrocentos/as e trinta e sete).

Em relação às questões existentes – ou não – sobre violência contra a criança e o/a adolescente, esse documento não apresenta práticas ou formas de trabalhos pontuais e/ou evidentes. A meta 1.22 aponta que é preciso “[...] promover ações educativas e/ou de lazer que visem à **prevenção da violência doméstica**, com programas de apoio dirigidos às famílias das crianças que frequentam os Centros de Educação Infantil” (MARINGÁ, 2015, est. 1.22, grifos do autor). Embora seja mencionado que há a necessidade de programas de apoio à família, não é citado o que se pode ser feito, ou ainda, se pode ser feito algo para além da violência doméstica, como a violência sexual, por exemplo. Ainda são apresentados os seguintes excertos, como metas do município de Maringá para a Educação:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências** na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (MARINGÁ, 2015, est. 2.4, grifos do autor).

estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, de preconceitos e **violências**, de práticas irregulares de exploração do trabalho, de consumo de drogas, de gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (MARINGÁ, 2015, est. 3.11, grifos do autor).

fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (MARINGÁ, 2015, est. 4.8, grifos do autor).

Conforme apresentado, identifica-se que não há nenhuma menção à violência específica, no caso a violência sexual, contra crianças e adolescentes, sendo que isso pode dificultar a elaboração e a prática de trabalhos voltados ao combate a essa forma de violência.

4.12. PARANAGUÁ

O PME de Paranaguá foi redigido em 39 (trinta e nove) laudas, apresentando apenas as metas e as estratégias, não sendo visível nesse documento o diagnóstico do município e nem da Educação (PARANAGUÁ, 2015).

Em 2015, o IBGE (2015h) estima que a população de Paranaguá chegou a 150.660 (cento e cinquenta mil, seiscentos/as e sessenta) habitantes.

Em relação às discussões sobre violência, o PME de Paranaguá apresenta os seguintes excertos:

2.2. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência, da frequência e do aproveitamento escolar dos educandos em situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando a Instituição de ensino condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), fortalecendo a rede de colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude nos sistemas de ensino (PARANAGUÁ, 2015, est. 2.2, grifos do autor).

3.6. Apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências**, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez

precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (PARANAGUÁ, 2015, est. 3.6, grifos do autor).

Nesses dois excertos apresentados, percebe-se que não há menção a que tipo de violência o texto se refere. Desse modo, pode haver, por parte dos/as profissionais ligados/as à Educação, dificuldade de criar e implementar políticas e ações voltadas, por exemplo, à violência sexual contra crianças e adolescentes.

No entanto, o trecho que segue abaixo é mais pontual em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes:

7.25. Implantar programas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, **como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (PARANAGUÁ, 2015, est. 7.25, grifos do autor).

A formação de professores/as é uma ação importante quando o assunto é a violência contra crianças e adolescentes, pelo fato de esses/as profissionais ficarem certo tempo do dia com os/as alunos/as. Essa prática é primordial no combate à violência contra crianças e adolescentes.

4.13. PINHAIS

O PME de Pinhais foi redigido em 04 (quatro) laudas contendo a Lei e mais 187 (cento e oitenta e sete) laudas contendo o anexo – diagnóstico do município e da Educação, bem como as metas e estratégias do documento (PINHAIS, 2015).

De acordo com o PME, a estimativa de habitantes para o ano de 2015 é de 125.808 (cento e vinte e cinco mil, oitocentas e oito) habitantes (PINHAIS, 2015). No documento, que compõe a Lei, não há menção sobre nenhuma forma de violência. Enquanto no documento, que corresponde ao anexo, há as discussões que serão apresentadas a seguir.

Em um dado momento, é mencionado que há a necessidade de o Governo local oferecer cursos de formação continuada para os/as profissionais da Educação. Nessa ocasião, encontra-se o seguinte excerto:

ao longo do ano [o governo local deve] disponibilizar a formação continuada de preferência em horário de trabalho, presencial ou à (*sic*) distância, relacionada às diferentes temáticas que norteiam o trabalho pedagógico, como por exemplo: educação ambiental, estudo de Libras, direitos humanos e diversidades, **enfrentamento aos diversos tipos de violência**, discriminação sexual, relações étnico-raciais, ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, permitindo a inovação na maneira de trabalhar de modo a possibilitar aos educandos melhor aprendizagem, tanto no que se refere ao domínio dos conteúdos curriculares como nos aspectos formativos mais amplos da cidadania (PINHAIS, 2015, p. 67, grifos do autor).

É mencionado, no texto, o enfrentamento aos diversos tipos de violência, embora seria mais adequado descrever esses tipos para que todas as formas de violência fossem contempladas no documento. É importante destacar que a formação de profissionais da Educação é um ponto necessário para o enfrentamento de todo e qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual.

Em outro momento do texto, a estratégia 61.1 aponta como obrigação do poder local, novamente, a formação continuada. O texto é idêntico ao trecho anterior:

promover formações relacionadas às temáticas de: educação ambiental, estudo de Libras, direitos humanos e diversidades, **enfrentamento aos diversos tipos de violência**, discriminação sexual, relações étnico-raciais e ensino de história e cultura indígena, afro-brasileira e africana (PINHAIS, 2015, est. 61.1, grifos do autor).

No PME de Pinhais nota-se, então, que não há uma discussão efetiva sobre como enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. Embora se preocupe com a formação continuada, o termo ‘violência sexual’ sequer é mencionado.

4.14. PONTA GROSSA

O PME de Ponta Grossa foi redigido em 30 (trinta) laudas, contendo apenas as metas e estratégias voltadas à Educação daquele município (PONTA GROSSA, 2015).

De acordo com o IBGE (2015j), a estimativa populacional de Ponta Grossa para o ano de 2015 é de 337.865 (trezentos/as e trinta e sete mil, oitocentos/as e sessenta e cinco) habitantes.

Em relação às questões voltadas à violência, o PME de Ponta Grossa apresenta como estratégia:

promover junto as instituições educacionais, que atendem crianças de zero a cinco anos, a ampliação em suas práticas pedagógicas de ações que visem ao **enfrentamento da violência sexual** e a outros tipos de violência, à inclusão e ao respeito às diversidades de toda ordem: gênero, étnico-racial, religião, entre formação de docentes em nível médio e garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior nos cursos de Pedagogia (PONTA GROSSA, 2015, est. 1.17, grifos do autor).

O trecho apresentado acima revela a preocupação com o tema de violência sexual contra crianças e adolescentes (há mais ênfase nas crianças de zero a cinco anos de idade). Faltou especificar quais são essas práticas pedagógicas, de modo a firmar um compromisso ainda maior para com o combate à violência contra crianças e adolescentes. No decorrer do documento, ainda são exibidos excertos sobre a discussão da violência, sendo posto que são estratégias

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências na escola**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (PONTA GROSSA, 2015, est. 2.2, grifos do autor).

criar mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência dos jovens e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como possibilitar o processo de erradicação das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (PONTA GROSSA, 2015, est. 3.5, grifos do autor).

Além dessa inquietação com a violência, de forma geral, há a preocupação em relação à violência contra as pessoas com deficiência, transtornos e altas habilidades:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como do acesso, da permanência, da frequência e do desenvolvimento escolar dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação beneficiários/as de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (PONTA GROSSA, 2015, est. 4.10, grifos do autor).

Ainda é apresentada uma ação de combate à violência (também de forma genérica) que mobiliza a escola e as famílias, assim como os Órgãos públicos. Essa ação está escrita da seguinte forma:

fomentar ações de combate às situações de discriminação, preconceito e **violência**, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (PONTA GROSSA, 2015, est. 4.23, grifos do autor).

Esse mesmo documento ressalta a formação continuada de profissionais da Educação, no sentido de detectar sinais de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa ação é fundamental para o combate a essa violência que aparentemente é pouco discutida nas instituições escolares. De acordo com o texto, o Governo local deve

garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, **como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (PONTA GROSSA, 2015, est. 7.25, grifos do autor).

Também, na estratégia 16.5, o texto apresenta preocupação em enfrentar todas as formas de violências, apontando, mais uma vez, a violência de maneira genérica, mas ressaltando a importância da formação continuada.

garantir a efetivação de políticas públicas para a formação continuada permanente das/os profissionais da educação na prevenção e enfrentamento do preconceito, discriminação e **todas as formas de violências no âmbito escolar**; a defesa, afirmação e promoção dos direitos humanos, de forma a promover uma educação de qualidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica a todos, inclusive aos, do campo, Romani (ciganos), comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos, populações em situação de itinerância, negra e LGBT (PONTA GROSSA, 2015, est. 16.5, grifos do autor).

Nesse sentido, o PME de Ponta Grossa (2015) se mostra um documento bem elaborado – tomando como parâmetro os outros documentos analisados até o momento – haja vista, coloca em discussão a violência sexual contra crianças e adolescentes, como sendo um tema necessário de estudos na formação de profissionais da Educação e, para além disso, sendo um assunto que necessita de políticas públicas específicas para seu combate e enfrentamento.

4.15. SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

O PME de São José dos Pinhais foi redigido em 03 (três) páginas, contendo a Lei e mais 23 (vinte e três) páginas, contendo os dados do município, juntamente com o diagnóstico da Educação, além das metas e estratégias voltadas aquela área (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2015).

A estimativa populacional no ano de 2015 é de 297.895 (duzentos/as e noventa e sete mil, oitocentos/as e noventa e cinco) habitantes (IBGE, 2015k).

Acerca das discussões sobre a violência contra crianças e adolescentes, foram encontrados alguns excertos:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e **violências nas unidades educacionais**, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à

infância, adolescência e juventude (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2015, est. 2.1, grifos do autor).

Esse primeiro excerto não especifica a que tipo de violência o texto se refere, permitindo que o/a leitor/a possa não o identificar. Da mesma forma, o excerto que segue não especifica a que forma de violência o texto se refere:

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado – AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e **violência** com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2015, est. 4.20, grifos do autor).

Em outro momento, o documento apresenta a preocupação em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes. Isso pode ser analisado no trecho que segue:

garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores e família para detecção dos sinais de suas causas, **como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2015, est. 6.8, grifos do autor).

E, ainda, é descrita a preocupação com a violação dos direitos da criança e do/a adolescente, quando apresenta que é responsabilidade do governo municipal “[...] promover o fortalecimento de ações da rede de proteção nas unidades educacionais, para atuar no enfrentamento das formas associadas de exclusão e **violações de direitos de crianças e adolescentes**” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2015, est. 6.12, grifos do autor).

Percebe-se, após análise, que o PME de São José dos Pinhais demonstra preocupação para com as violações de direitos das crianças e dos/as adolescentes, inclusive no que tange à violência sexual contra sujeitos nessa faixa etária.

4.16. TOLEDO

O PME de Toledo foi redigido em 209 (duzentas e nove) laudas, envolvendo as metas e estratégias, bem como o diagnóstico do município e da Educação local.

A estimativa populacional de Toledo para o ano de 2015 é de 132.077 (cento e trinta e dois/duas mil e setenta e sete) habitantes (IBGE, 2015I).

Em relação às questões voltadas à violência, a estratégia 22.3 afirma que o governo local tem o dever de “[...] formular ações efetivas para o combate a situações de discriminação, preconceitos e **violências**, consumo de drogas e gravidez precoce” (TOLEDO, 2015, est. 22.3, grifos do autor).

Em outro trecho, o documento apresenta como estratégia “[...] assegurar nas instituições educacionais programas de prevenção de educação para o trânsito, **educação sexual, prevenção à violência** e ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, em parceria com outros órgãos afins” (TOLEDO, 2015, est. 38.13, grifos do autor). Nesse período, percebe-se certa preocupação em relação à educação sexual e à violência. É possível que haja preocupação em relação aos casos de violência sexual infantil contra crianças e adolescentes, porém esta informação deveria estar mais explícita na escrita.

Por fim, o PME de Toledo enfatiza que é necessária a “[...] ampliação do tempo escolar deve garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, fomentando a redução do analfabetismo, **da violência**, da negligência e da evasão escolar” (TOLEDO, 2015, p. 182, grifos do autor).

Contudo, observa-se que esse documento não apresenta específica preocupação em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo que o texto apresenta concepções de violência muito amplas, sem delimitar o termo, deixando-o genérico.

4.17. UMUARAMA

O PME de Umuarama foi redigido em 157 (cento e cinquenta e sete) laudas, contendo os objetivos, as metas e estratégias do documento, além de um diagnóstico do município e da Educação (UMUARAMA, 2015).

Para o ano de 2015, o IBGE apontou como estimativa populacional o número de 108.218 (cento e oito mil, duzentos/as e dezoito) habitantes (IBGE, 2015m).

Em um dado momento, o documento apresenta como objetivos a serem alcançados:

Garantir nos programas de formação continuada e aperfeiçoamento, oferecidos para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, conhecimentos sobre:

- a) Educação das pessoas com deficiência, na perspectiva da integração social;
- b) Temas específicos sobre orientação sexual, uso de drogas, prostituição infantil, gravidez na adolescência e **violência**;
- c) Combate ao racismo, às discriminações, bem como ao reconhecimento, à valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira, indígena e africana (UMUARAMA, 2015, p. 131, grifos do original).

Esse é o único momento que o PME de Umuarama apresenta apontamento sobre o tema violência, portanto não trata em relação às políticas necessárias para erradicação dessa prática. Embora seja necessário discutir o tema na formação de professores/as, é preciso enfatizar o tema, a fim de que sejam garantidas, por meio de um documento base, políticas públicas efetivas em relação ao tema.

4.18. DISCUTINDO EM GRÁFICOS

Anteriormente, foi discutida a presença (ou não) de diretrizes propostas a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes nos 17 (dezessete) Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná. Neste momento, busca-se fazer uma comparação sobre esses resultados coletados.

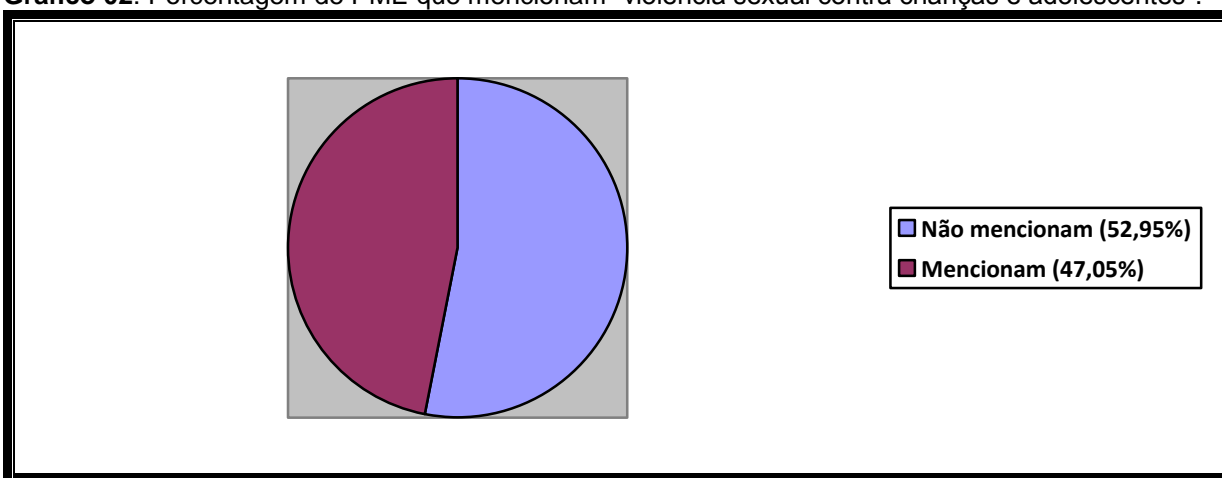
Dos 17 (dezessete) municípios analisados, todos os seus respectivos PME fazem menção ao tema violência. Isso pode ser explicado pelo fato de que hoje há preocupação em relação a essa temática. Nas palavras de Lima e Maio (2014, p. 15), é possível enfatizar que a violência não é tema fácil de ser discutido (talvez por ser um tabu na sociedade, talvez pelo fato de os/as idealizadores/as dos documentos não possuírem formação etc.), no entanto, é necessário e urgente, haja vista, remete a situações de “[...] dor, abandono, sofrimento, agressividade”.

Assim, é perceptível a necessidade de discutir os temas relacionados à violência. No entanto, o que mais preocupa é que essa referência tem sido bastante superficial, sem apresentar propostas efetivas de combate a essa prática. Os PME

parecem tratar muito superficialmente do tema, sem apresentar propostas a serem realizadas nas instituições escolares.

Salienta-se, ainda, que 09 (nove) PME não mencionam o termo “violência sexual contra crianças e adolescentes” (Apucarana, Araucária, Campo Largo, Colombo, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Maringá, Pinhais e Umuarama), enquanto 08 (oito) fazem essa menção (Arapongas, Cascavel, Curitiba, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Toledo). Essa proporção pode ser visualizada no seguinte gráfico:

Gráfico 02: Porcentagem de PME que mencionam “violência sexual contra crianças e adolescentes”.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

Mais da metade dos municípios em análise não fazem apontamentos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse silenciamento faz pensar na necessidade das instituições (voltadas a esse público) melhorarem suas atividades relacionadas à violação de direitos. Lima e Maio (2014, p. 162) enfatizam que

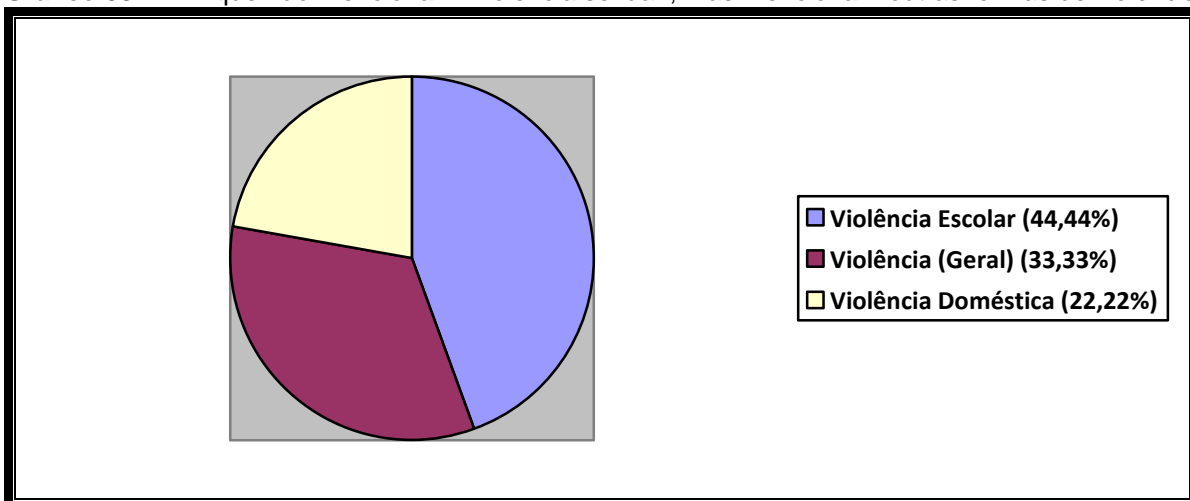
cabe aos/às gestores/as e aos/às trabalhadores/as da política de educação, repensar o espaço da escola, que também constitui ambiente de enfrentamento e prevenção à violência, que está inserida em um território, não devendo se fechar em si mesma, mas se articular com outros setores, a fim de ter condições de desencadear ações de mobilização e fomento à denúncia da comunidade interna e externa, bem como perceber o comportamento da criança, o que pode revelar a violação de direitos.

Nesse sentido, é primordial que a política educacional mencione em seus documentos práticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e

adolescentes, de modo a articular as instituições escolares com outros estabelecimentos de atendimento a esse público, como Conselhos Tutelares, Hospitais, Organizações Governamentais e Não Governamentais, Órgãos de Assistência Social, por exemplo.

Dos PME que não mencionam em específico a violência sexual contra crianças e adolescentes, há referência a: violência escolar (Apucarana, Araucária, Foz do Iguaçu e Guarapuava); violência doméstica (Colombo e Maringá); apenas violência (Campo Largo, Pinhais e Umuarama). Mais uma vez o que se torna preocupante é o fato da ausência de medidas efetivas para combater as práticas violentas (sejam relacionadas à sexualidade ou qualquer outra forma). Abaixo, um gráfico que representa essa porcentagem:

Gráfico 03: PME que não mencionam “violência sexual”, mas mencionam outras formas de violência



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

Essa não menção da violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser analisada como uma omissão/repressão às questões voltadas à sexualidade. Não é de hoje que existe essa repressão, sobretudo na linguagem. Maio (2011, p. 58) assinala que “[...] a repressão da pronúncia das palavras é antiga e violenta, de tal forma que a encontramos até hoje”. Embora a autora se refira às partes do corpo (pênis, vulva etc.), é possível analisar que essa repressão relacionada à linguagem se estende a qualquer tema voltado à sexualidade, incluindo a violência sexual. E essa ‘não fala’ pode se transformar em ‘não prática’, ou seja, se não aparecem estratégias de combate à violação dos direitos dos/as infantes e dos/as

adolescentes nos documentos oficiais, logo as práticas pedagógicas poderão também não acontecer.

Além disso, o que está escrito representa muito em relação às identidades, logo é preciso que os documentos oficiais traduzam em suas linhas o trabalho de atuação contra a violência sexual, a fim de proporcionar discussão e prática em relação a esse tema. Moraes (2002, p. 39) afirma que

as identidades são formadas através da linguagem e, por conseguinte, ela oferece a base para a formação de hábitos. [...] serve como um espelho social, refletindo valores implícitos e atitudes. No entanto, a linguagem não é apenas uma representação social, porque ela também reforça os valores sociais e os perpetua.

Após essa análise acerca da discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes nos PME, a seguir serão apresentadas algumas categorias de análise, a fim de detalhar seus aspectos, possibilitando mais entendimento acerca da relação entre os termos e os PME.

4.19. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Esta subseção tem como objetivo detalhar o conteúdo sobre violência presente nos 17 (dezessete) PME analisados anteriormente. Para tal, serão utilizadas quatro categorias de análise (que emergiram a partir do estudo dos PME), que foram explicitadas nos gráficos ora já apresentados, a citar: violência geral; violência escolar; violência doméstica; e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Tomando como referencial Bardin (1977, p. 19), a “[...] análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Entende-se, aqui, que os documentos oficiais são um instrumento de comunicação, sobretudo porque há, neles, um grande aparato de discurso a ser posto em prática, conforme fora mencionado.

O método de análise de Bardin (1977) se constitui em três passos principais: a. A pré-análise; b. A exploração do material; e, por fim, c. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Destaca-se que a pré-análise foi

organizada nesta Tese quando da escolha dos documentos estudados, partindo da hipótese de que existem documentos nacionais e internacionais que possibilitam a discussão acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, no entanto, os documentos locais dão subsídios para esse debate? O segundo passo foi realizado a partir da leitura atenta dos PME, bem como o registro de alguns excertos selecionados para análise (de acordo com o tema em questão). O último passo se iniciou na subseção anterior, levantando elementos de apreciação dos PME e finalizará nesta subseção, por meio de um detalhamento dos resultados encontrados.

A título de conhecimento as quatro categorias escolhidas para discussão nesse momento foram baseadas nos textos dos PME estudados neste trabalho. Este exame será apresentado a seguir.

- I. **Violência Geral:** os documentos dos municípios de Campo Largo, Pinhais e Umuarama apresentaram, em seus textos, a menção apenas à categoria violência de uma maneira geral, ou seja, não foi especificado a que tipo de violência os PME estavam se referindo. Esse termo genérico pode abrir espaço para a falta de ações específicas para o combate de violência sexual contra crianças e adolescentes.
- II. **Violência Escolar:** os PME de Apucarana, Araucária, Foz do Iguaçu e Guarapuava mencionaram, em suas linhas, o combate à violência escolar. Esses municípios, também, possibilitam que não seja dada a devida importância para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, justamente por não mencionar o termo. Essa forma de violência corresponde mais especificamente à uma violação ocorrida em um determinado lugar (escola) em detrimento a uma forma de violação (COSTA *et al*, 2007).
- III. **Violência Doméstica:** os documentos dos municípios de Colombo e Maringá citaram o termo violência doméstica, que pode ser entendida, conforme Costa *et al* (2007), mais pelo local em que ocorre alguma agressão do que em específico que forma de agressão é essa.
- IV. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes:** os PME de Arapongas, Cascavel, Curitiba, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Toledo utilizaram o termo violência sexual

contra crianças e adolescentes. Embora seja menos da metade dos documentos em análise (47,05%), mas esses municípios contribuem para o avanço das práticas de combate a essa forma de violência.

Estimado *et al* (2016) publicaram uma entrevista com Margareth Rago que, entre outras coisas, a historiadora contou que quando ela publicou um livro (fruto da sua Tese de Doutorado) intitulado “Os prazeres da noite” (publicado em 1991), recebeu uma ligação de uma prostitua a convidando para uma conversa. Nesse diálogo, a prostituta agradeceu Rago porque colocara as profissionais do sexo na história, ao mencioná-las, escrevendo as suas características. Destaca-se aqui, não as especificidades da prostituição (que não é o tema deste trabalho), mas a necessidade do ato de escrever sobre algo, uma ação basilar para dar visibilidade, problematizar. Fazendo uma analogia com o estudo aqui apresentado, é possível estabelecer que a violência sexual contra crianças e adolescentes precisa ser registrada nos documentos, para que o combate a essa prática seja cada vez mais visibilizado, deixando de ser um tema tabu, mas passando a representar uma discussão fundamental.

Nesse sentido, é fundamental que as formas que caracterizam a violência sexual contra os/as menores sejam especificadas nos documentos oficiais, com o principal objetivo de unir forças para estabelecer estratégias de combate a essa brutalidade.

Na mesma entrevista, Margareth Rago critica a posição de grupos conservadores, que buscam minimizar as pautas progressistas, como, por exemplo, a discussão de gênero das escolas (ESTIMADO *et al*, 2016). Esse movimento retrógrado faz com que as discussões e propostas acerca do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes também possam sair da pauta dos documentos oficiais. Isso se deve, muito provável, à falta de saber de grupos conservadores, em sua maioria sem conhecimento e ignorantes.

Em entrevista, elaborada por França e Felipe (2017, p. 560, grifos do original), Rago, ao ser questionada sobre a onda de conservadorismo na área de gênero (sobretudo na Educação), afirma que é preciso disseminar conhecimentos para as crianças e os/as adolescentes acerca da produção científica,

ora, não permitir que alunos/as jovens possam pensar melhor e ampliar suas reflexões, ocultando conceitos, categorias de análise e teorias desenvolvidas e sofisticadas só pode ser chamado de **barbárie** e profundo obscurantismo, não vejo melhores termos para isso.

Embora a pesquisadora tenha se remetido às questões de gênero, sua fala se aplica perfeitamente aos aspectos da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao passo que é necessário que as instituições oficiais (com destaque para as escolas e os colégios) contribuam para difundir conhecimentos acerca de proteção, reação, denúncia sobre essa forma de violência. Assim, ações precisam estar registradas nos PME, a fim de possibilitar maior engajamento por meio de tais instituições, principalmente na prevenção da violência sexual contra os/as menores.

Nas palavras de Giroux e Simon (2013, p. 109), vale salientar que o currículo e as instituições escolares

são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades da democracia.

A partir desse cenário, as crianças e os/as adolescentes devem receber conhecimentos sobre os limites dos seus corpos, sobre as questões de gêneros e sexualidades e todas as temáticas ligadas ao seu desenvolvimento, para que assim, possam buscar se formar em um ambiente propício para uma convivência longe das violências sociais, incluindo a violência sexual.

Talvez o que falta é discutir as Políticas Públicas com uma abrangência maior, interrompendo o modelo atual em que as visões acerca das áreas do conhecimento – incluindo a Educação – sempre “[...] foram definidas para a maioria por uma minoria”, sendo que as decisões sempre se constituíram “[...] dialeticamente estruturadas a partir de relações desiguais e injustas” (GIROUX; SIMON, 2013).

As decisões que excluem o debate, as discussões, as práticas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes contribuem, assim, para relações injustas, em que, ainda no século XXI, menores sofrem violência sexual e, conforme fora mencionado nesta Tese, muitos casos ainda não são denunciados e apurados.

Uma das atitudes dos/as profissionais da Educação pode ser, conforme defende Simon (1987 apud GIROUX; SIMON, 2013, p. 136), “[...] trabalhar com os alunos [e as alunas] procurando explicitar as contradições sociais em que todos [e todas] nós vivemos”. Inclusive, propondo análise, por parte de alunos/as e professores/as acerca da construção das Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento humano, em que um grupo dominante delimita o que será posto, por exemplo, nos documentos oficiais relacionados à Educação.

Feita a análise acerca da discussão a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes nos 17 (dezessete) Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná, a seguir será apresentada uma sugestão de texto para os PME, sobre essa forma cruel de violência, com o intuito de fornecer para os/as profissionais da Educação do Estado do Paraná (secretários/as municipais de Educação, professores/as da rede municipal e estadual, pedagogos/as etc.) um material acessível.

5. SUGESTÃO DE TEXTO PARA OS PME SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014a) preconiza que tanto o PNE quanto os PME, PEE e o PDE devem ser avaliados constantemente. Nessa avaliação, podem-se readequar os documentos de acordo com a nova realidade da União, dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

Foi lançado um documento intitulado ‘PNE em movimento: caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação’ (BRASIL, 2016). Esse documento apresenta que “[...] os planos municipais aprovados devem ter um dispositivo que defina o período de avaliação. Seguindo esse comando, que pode variar de um Plano para outro (avaliação bianual, trianual, quadrienal etc.)” (BRASIL, 2016, p. 11). Assim, cada Lei apresenta uma temporalidade diferente em relação à avaliação.

Ainda é enfatizado no documento que

será necessário compatibilizar todos os dados e as informações, certificando-se de que as condições consideradas no momento da definição das metas ainda correspondem ao cenário atual naquele município. Caso seja imprescindível, **ajustes podem ser sugeridos**, tendo como referência os dados registrados nos Relatórios Anuais de Monitoramento; o reestudo das condições do município; e novos instrumentos legais que possam surgir no período, entre outras informações relevantes (BRASIL, 2016, p. 11, grifos do autor).

Partindo desse cenário, esta seção visa apresentar uma sugestão de texto para os PME voltada ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes. O objetivo principal, neste momento, é possibilitar uma visão, por parte das Secretarias Municipais de Educação e Núcleos Regionais de Educação, de que é possível realizar um trabalho, nas variadas instituições de ensino (públicas ou privadas, na etapa da Educação Básica como um todo – Educação Infantil até o Ensino Médio), acerca dos assuntos que permeiam a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Essas propostas se justificam pelo fato de não terem sido encontradas publicações (Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, livros) que relacionam os Planos de Educação (nacional, distrital, estadual ou municipal) com os estudos de

gênero, sexualidade e violência sexual, conforme evidenciado na introdução desse trabalho.

Dessa forma, pretende-se, ao término desta Tese, encaminhar uma cópia para as Secretarias Municipais de Educação dos 17 (dezessete) municípios participantes desta pesquisa, bem como a todos os 32 (trinta e dois) Núcleos Regionais de Educação do Estado do Paraná, com o intuito de que os/as profissionais destas localidades, ao realizarem mudanças em seus respectivos PME e PEE, possam inserir propostas de trabalho que visem combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Logo, defende-se que esse trabalho é possível de ser realizado nas instituições escolares, desde que se pautem em formação inicial e continuada (embasada nos princípios dos Direitos Humanos, diálogo, acolhimento, segurança, respeito etc.) dos/as profissionais que atuam na Educação, além de materiais acessíveis e discussões necessárias com as crianças e adolescentes.

5.1. SUGESTÃO DE TEXTO PARA OS PME

Conforme fora mencionado neste trabalho, os PME podem – e devem – ser atualizados de tempo em tempo. Essa atualização precisa considerar a realidade atual dos municípios, a fim de alcançar práticas correlatas com suas características (sociais, culturais, políticas etc.) (BRASIL, 2014a).

Assim, pelo fato de – na análise – não terem sido encontradas muitas discussões que envolvem o combate à violação dos Direitos Humanos nos Planos Municipais de Educação dos 17 (dezessete) municípios estudados, sobretudo a luta contra a violência sexual contra crianças e adolescentes, propõe-se uma sugestão de texto para ser inserida nos documentos que zelam pela Educação.

Defende-se um texto mais completo sobre o assunto com práticas realizáveis e, ao mesmo tempo, acessíveis a todos os níveis de Educação, sobretudo a Educação Básica (Educação Infantil ao Ensino Médio), pois essa etapa atende especificamente crianças e adolescentes – foco neste momento.

A proposta aqui destacada parte de um estudo divulgado no ano de 2013 por meio do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013), sob a perspectiva do compromisso de “[...] defesa

intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles/as que se encontram circunstancialmente em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável” (BRASIL, 2013, p. 04).

Nesse sentido, a sugestão é uma adaptação dos principais eixos apresentados no referido Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Prevenção; Atenção; Defesa e Responsabilização; Comunicação e Mobilização Social; Participação e Protagonismo; Estudos e Pesquisas (BRASIL, 2013).

Salienta-se que a sugestão ora apresentada não se trata de um texto finalizado, fixo ou imutável, mas de algumas ideias necessárias de serem consideradas quando o debate é violação dos Direitos Sexuais das crianças e dos/as adolescentes. Por ora, pretende-se que as equipes que atualizarão seus respectivos Planos Municipais de Educação no Estado do Paraná (conforme explicita o PNE) tenham acesso às discussões apresentadas neste trabalho, a fim de elaborarem e aprimorarem os seus respectivos Documentos.

De acordo com o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR)²⁶ (BRASIL, 2006b), é necessário um forte componente de articulação política, de pesquisa e de capacitação. A pesquisa e a capacitação enquanto responsabilidade das universidades e a articulação política enquanto responsabilidade dos diversos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal).

O PAIR foi inicialmente realizado em 06 (seis) municípios: Pacaraima (RR), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Corumbá (MS), Feira de Santana (BA) e Campina Grande (PB). No ano de 2005, foram acrescentados os municípios de Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE). Já, no ano de 2006, foi acrescentado São Luís (MA)

²⁶ O PAIR foi consolidado no ano de 2003, reafirmado em 2004 e tem se expandido para vários municípios brasileiros a partir de 2005 (BRASIL, 2006b). De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos, primeiramente é apresentada a proposta do PAIR para os/as gestores/as locais e, quando aceita para efetivação, o segundo passo é a realização de um diagnóstico sobre os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes naquele município, além dos programas disponíveis para o enfrentamento a essa forma de violência; em momento posterior, é organizado um Plano de Operativo Local de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, além da estruturação de uma comissão local para dirigir os trabalhos; após essas etapas, há a capacitação dos/as profissionais envolvidos/as e monitoramento do trabalho realizado (MDH, s/d). Salienta-se que não foram encontradas informações acerca da escolha, pelo Ministério dos Direitos Humanos, sobre quais municípios podem participar do PAIR.

(BRASIL, 2006b). O PAIR, ainda em 2006, fechou o ano atendendo 45 (quarenta e cinco) municípios de 11 (onze) Estados diferentes (BRASIL, 2006b).

No ano de 2016, o PAIR, de abrangência nacional, está em 24 (vinte e quatro) Estados brasileiros, atendendo a 474 (quatrocentos e setenta e quatro) municípios e continua em processo de grande ampliação para aumentar o número de municípios e unidades federadas atendidas (MATRIZ, s/d).

O início de uma organização documental, a fim de elucidar práticas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, deve partir do monitoramento e avaliação da real situação, sendo preciso a construção de indicadores que viabilizem “[...] a estruturação de um processo de monitoramento e avaliação” em consonância com “[...] as diretrizes da ONU para a construção de indicadores em Direitos Humanos” (BRASIL, 2013, p. 22).

Esse levantamento de dados – que deve ser organizado pelos PME – constitui um dos principais desafios, porque, conforme mencionado, pouco se tem discutido acerca da violência sexual nos municípios analisados, assim, “[...] a ausência da cultura de avaliação tem forte impacto na pouca eficácia das políticas públicas” (BRASIL, 2013, p. 22). No entanto, salienta-se que a atualidade tem proporcionado grandes mecanismos de levantamento de dados.

Esse é um momento histórico privilegiado para o início do exercício de construção de indicadores, dado que cada vez mais os órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas estão preocupados com o desenvolvimento de sistemas nacionais de informação, gestão e análise de dados (BRASIL, 2013, p. 22).

Assim, partindo da premissa de que há a necessidade de levantamento de dados, com o intuito de organizar um mapeamento da real situação acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes de determinada realidade, é possível que esse passo seja organizado e arquitetado de maneira conjunta nos vários municípios. Esses indicadores, de acordo com o documento em questão,

buscam propiciar uma melhor compreensão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, suas causas e características de suas várias expressões, a identificação, quantitativa e qualitativa, dos instrumentos disponíveis para mensuração que possibilitem redefinir ações e rumos para enfrentamento desse tipo de violência (BRASIL, 2013, p. 23).

Logo, o levantamento de dados é o ponto inicial para uma ação tão importante como a de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, pois contribui na compreensão desse fenômeno que causa dor, angústia e desencadeia uma série de desafetos.

Os eixos ora mencionados (Prevenção; Atenção; Defesa e Responsabilização; Comunicação e Mobilização Social; Participação e Protagonismo; Estudos e Pesquisas) precisam estar em consonância com o objetivo maior: combater e enfrentar a violência sexual contra os corpos infanto-juvenis. Tais eixos podem servir de aliados no trabalho efetivo da prevenção desse tipo de violência (e que podem ser utilizados para o combate a outras formas de violação de direitos: raciais, religiosos, de gênero etc.) e serão apresentados a seguir.

O primeiro eixo trata-se da Prevenção. Essa linha de atividade se caracteriza em “[...] considerar o envolvimento das diferentes mídias em campanhas de mobilização e prevenção da violência sexual; a qualificação das campanhas de prevenção; o fortalecimento da rede familiar e comunitária” (BRASIL, 2013, p. 23). Além disso, há a necessidade da “[...] **inserção das escolas** em ações de prevenção” (BRASIL, 2013, p. 23, grifos do autor).

O segundo eixo é relacionado com a Atenção. Essa prática precisa de “[...] indicadores que deem conta do contexto multidimensional em que está configurada a violência sexual, com aspectos relacionados à cultura, à economia e às características psicoemocionais dos indivíduos envolvidos” (BRASIL, 2013, p. 24). Salienta-se que quando se trabalha a Atenção, é preciso envolver várias instituições, sendo que essa questão não pode – ou não deve – ser respondida “[...] por uma única instituição ou política pública” (BRASIL, 2013, p. 24). Destaca-se, novamente, que a escola deve participar dessa luta, haja vista que é uma instituição muito próxima das crianças e dos/as adolescentes.

O terceiro eixo é relacionado com a Defesa e Responsabilização. De acordo com essa linha de raciocínio, é preciso considerar “[...] os dados sobre as ocorrências de notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, investigações e a proporção com a responsabilização” (BRASIL, 2013, p. 24). Além disso, é necessária a “[...] obtenção de dados de desenvolvimento e utilização de novas metodologias de responsabilização que reconheçam a importância da proteção das vítimas” (BRASIL, 2013, p. 24). Logo, é preciso

defender quem sofre a violência sexual, além de responsabilizar quem pratica tal violência.

O quarto eixo é sobre Comunicação e Mobilização Social. Essa vertente busca possibilitar “[...] a avaliação da qualidade e o potencial da mobilização e realização de ações de enfrentamento no País, envolvendo todos os atores [e todas as atrizes] que tem incidência sobre o tema” (BRASIL, 2013, p. 25). É necessário envolver a comunidade, a fim de mobilizar para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, além de instituições que possam colaborar para essa atividade (prefeituras, escolas, hospitais etc.).

O quinto eixo diz respeito à Participação e ao Protagonismo. De acordo com esse raciocínio,

o processo de definição de indicadores para o eixo de protagonismo (participação), deve considerar: a proporção do número de crianças e adolescentes em espaços de garantia e promoção de seus direitos; a qualificação da participação de crianças e adolescentes em fóruns, encontros e programas que promovam e defendam seus direitos; a inclusão de sugestões das crianças e adolescentes no processo de formulação de programas de prevenção e atendimento; a qualificação da prática das instituições que trabalham com crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de assegurar a efetiva participação desses grupos etc. (BRASIL, 2013, p. 25).

Assim, é relevante considerar as crianças e adolescentes como protagonistas da formulação de práticas voltadas ao combate da violência sexual contra esse público. Os/As infantes podem contribuir com ideias relacionadas as suas angústias, seus medos, suas propostas, dúvidas, enfim, com as mais diversas possíveis contribuições. Tomar as crianças e os/as adolescentes como protagonistas de elaboração de mecanismos inibidores da violência sexual é colocá-los/as como colaboradores/as de um processo que lhes dizem respeito.

O sexto eixo corresponde aos Estudos e às Pesquisas. Essa linha enfatiza a necessidade de considerar os estudos já realizados em relação ao cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013). É preciso avaliar os estudos quantitativos e qualitativos voltados à essa especificidade da violência, “[...] com ênfase nas proporções estabelecidas a partir dos conceitos de direitos trazidos dos documentos internacionais e na legislação nacional” (BRASIL, 2013, p. 25). Ainda vale ressaltar que esse eixo destaca a importância de enfatizar “[...] a capacidade de organizar sistemas articulados de informações sobre a situação da

violência sexual e as possibilidades e cenários futuros” (BRASIL, 2013, P. 25). Esse aspecto busca não apenas analisar o que aconteceu, mas, também, projetar o cenário futuro, com vistas a antecipar ações com o objetivo de diminuir as ações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Enfatiza-se aqui que esses eixos devem ser conhecidos das equipes que atendem crianças e adolescentes, sejam hospitais, assistência social e, principalmente, as instituições escolares. Os/As profissionais que atuam com esse público carecem de conhecer (analisar, estudar, dialogar sobre) práticas que contribuem na diminuição da violência sexual.

5.2. A ‘RECEITA’ COMO (DES)CAMINHO

Esta subseção quebra alguns paradigmas em relação às discussões sobre as questões de gênero e de sexualidade. Há a necessidade, antes de prosseguir, em enfatizar que para debater sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso entender que esse debate é pautado nas questões de gênero e de sexualidade. Felipe (2006, p. 207) escreve que o mundo informatizado está fazendo com que as práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes ganhem novos formatos,

no campo da sexualidade [e das questões de gênero], surgiram novas modalidades de exercício do prazer e de experimentação do desejo através do mundo informatizado. Dentro desse espectro, a prática da pedofilia encontrou o seu lugar de exercício, divulgação e expansão.

Assim, a pedofilia via *internet* tem se tornado cada vez mais comum. Cappellari (2005) anuncia que, na pós-modernidade, o meio cibernético tem proporcionado mais facilidade pela busca dos prazeres voltados ao sexo. A autora retrata que “[...] os fetiches, as taras, as manias, as perversões deixaram o universo do íntimo limitado por quatro paredes e, atravessando o atalho da mídia, se deslocaram para o âmbito cultura de massa” (CAPPELLARI, 2005, p. 72).

A mesma autora ainda ressalta que, além da televisão, do cinema, da música, por exemplo, a *internet* apresenta aos olhos da maioria das pessoas “[...] uma busca pelo prazer sem limites que, por vezes, **dribla preceitos morais e, até mesmo,**

legais. Desse modo traz-se à luz aquilo de que muitos já haviam ouvido falar, mas que poucos ousariam encenar ou mesmo cogitar” (CAPPELLARI, 2005, p. 72, grifos do autor). Assim, a busca por prazeres realizada por pedófilos/as tem aumentado no Brasil.

Nesse sentido, a informática, em alguns casos, tem sido utilizada como uma maneira de perpetuar a violência sexual, fato que precisa ser discutido, pois há a emergência de estancar o número de casos dessa prática, e não o contrário. Não há a intenção de olhar a *internet* sob uma perspectiva negativa, até porque o uso dessa ferramenta depende de quem a está operando. No entanto, há que se pensar quais resultados são provenientes desse uso que, conseqüentemente, recai a uma maneira de propagar e aumentar o número de violências.

Felipe (2006, p. 210) ainda ressalta que o abuso sexual tem grande proximidade com as discussões de gênero quando aponta que essa relação é percebida “[...] na medida em que os homens se sentem no direito de abusar das mulheres e meninas de sua própria casa, como se estas fossem sua propriedade”. Fica destacada a relação do corpo feminino (mulheres ou meninas) à objetificação, que é a associação da figura feminina com um objeto: assim, o símbolo macho ou masculino faz, muitas vezes, o que bem entender ou quiser contra a figura da fêmea ou feminina.

Relacionando à primeira seção desta Tese, que apresenta Políticas Públicas que buscam coibir a prática sexual violenta contra crianças e adolescentes, torna-se interessante registrar os escritos de Felipe (2006, p. 208) quando infere que “[...] ao mesmo tempo em que se criam leis de proteção à infância, incentiva-se a exibição dos corpos infanto-juvenis como objetos de desejo e sedução”. Assim, existe um paradoxo: enquanto há a busca pela diminuição de agressão aos direitos das crianças e dos/as adolescentes, há, ao mesmo tempo, ferramentas sendo operacionalizadas com o objetivo de realizar essa agressão.

Mais uma vez, enfatiza-se que ao sofrer uma violência sexual, a criança e o/a adolescente (e qualquer outra pessoa que passar por essa experiência) desenvolve certa negatividade na vítima, nas palavras de Lima e Maio (2014, p. 54), pois ela pode internalizar “[...] fatores negativos e desfavoráveis como conflitos relacionais, dores, tristezas e essas apreensões anteriores ao ambiente escolar refletem no dia a dia da pessoa”. Portanto, é primordial que a escola debata a violência sexual, a fim de propor práticas com o intuito de diminuir essa forma de violência.

Nesse sentido, surge uma questão: existe alguma ‘receita’ para o debate, nas instituições escolares, acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes? Aqui, de antemão, enfatiza-se que não é propício estabelecer ‘receitas’, haja vista esse método pode alcançar uma prática de pura e simplesmente cópia de ações. No entanto, defende-se que é preciso um caminho, um norte, uma orientação para que esse trabalho seja realizado de maneira coerente, sempre baseado nos aspectos dos Direitos Humanos.

Sabe-se que “receitas” nem sempre são seguidas à risca, uma pessoa que cozinha algo, por exemplo, pode realizar alterações e adaptações, a fim de chegar a um resultado que mais lhe agrade. E esse será o sentido de receita utilizado neste momento: ideias de práticas que podem (e devem) ser alteradas para estabelecer um trabalho que gere efeitos propícios na realidade de cada instituição de ensino do Estado do Paraná quando das práticas voltadas ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para dar vazão a uma proposta de trabalho acerca das questões de violência sexual contra crianças e adolescentes, pensa-se que, por conta do público alvo (Educação Básica), há a necessidade de um encaminhamento que tome como instrumento os jogos e as atividades lúdicas e essa será a maneira de conduzir esta sugestão que por hora será apresentada. Baseia-se na premissa de Vigotsky (1989), quando afirmou que o lúdico influencia o desenvolvimento da criança e do/a adolescente, sendo por meio dos jogos que esse grupo de pessoas aprende a agir, tem sua curiosidade estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança. Além disso, o autor enfatiza que o lúdico auxilia no desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração da criança e do/a adolescente (VIGOTSKY, 1989).

Nessa mesma direção, Kishimoto (1994) defende que o brincar e o jogo (atividades lúdicas) na educação das crianças e dos/as adolescentes vinculam-se ao sonho, à imaginação, ao pensamento e ao símbolo. Essa prática pode contribuir para um aprendizado maior acerca dos conteúdos ensinados nas instituições de ensino.

Partindo desse cenário, Vigotsky (2009) ressalta que o comportamento humano apresenta duas características de análise: à primeira o autor chama de reconstruidora (ou reprodutiva) e à segunda o autor denomina de combinatória (ou criadora). Essas atividades contribuem para o desenvolvimento do ser humano, ao passo que a atividade reconstruidora diz respeito à reprodução ou repetição dos “[...]”

meios de conduta anteriormente criados e elaborados” ou, ainda, ao fato de ressuscitar “[...] marcas de impressões precedentes” (VIGOTSKY, 2009, p. 11); a atividade combinatória tem em sua essência a “[...] criação de novas imagens ou ações” (VIGOTSKY, 2009, p. 13). O mesmo autor ainda escreve que

o cérebro não é apenas o órgão que conserva e reproduz nossa experiência anterior, mas também o que combina e reelabora, de forma criadora, elementos da experiência anterior, erigindo novas situações e novo comportamento (VIGOTSKY, 2009, p. 14).

Dessa forma, aqui se defende que se a criança e o/a adolescente tiver experiências voltadas ao combate da violência sexual, embasada pelos Direitos Humanos, nas atividades escolares diárias, essas experiências, de alguma forma, podem contribuir na formação de seres mais autônomos em relação ao seu corpo, além de crianças e de adolescentes, que podem se esquivar de possíveis casos de violência sexual (mesmo sendo preciso tratar o/a abusador/a, em vez de colocar em atenção os passos da vítima – pois isso pode fazer com que o foco seja voltado apenas para quem sofre a agressão e não a quem a causa), bem como conversar com algum/a responsável sobre violações de direitos que tenha sofrido, fazendo com que não ocorram novos casos, caso uma decisão seja tomada por meio dos Órgãos protetores. Além disso, as crianças e os/as adolescentes precisam estar preparados/as para situações reais que possam acontecer em seu cotidiano, por exemplo, quando uma pessoa adulta apresenta pornografia para esses/as menores, é preciso que contem para alguém de confiança, com o objetivo de proteção. Landini (2011, p. 102) escreve que

prevenir a violência sexual implica, necessariamente, discutir sexualidade com as crianças e os [/as] adolescentes. Afirmar que é preciso dizer “não” à violência sexual, que é preciso contar aos pais [/mães/responsáveis] caso sejam assediados [/as] e que não se deve conversar com estranhos [/as] é muito pouco. É preciso prepará-los [/as] para lidar com situações reais e, para tanto, é necessário que crianças e adolescentes sejam vistos como sujeitos ativos.

Assim, é primordial enxergar as crianças e os/as adolescentes como seres humanos que possuem ideias, vivências, características peculiares, o que os/as fazem como sujeitos ativos, de modo que devem estar engajados/as no processo de discussão e práticas de combate à violência sexual.

Ressalta-se que a proposta que aqui está sendo desenhada não busca ser engessada, pois se defende que cada realidade comporta uma forma de trabalho diferente. No entanto, salienta-se que a prática defendida aqui deve envolver toda a escola, sendo caracterizada como uma tarefa coletiva de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Porém, mesmo assim, chama-se a atenção de que há a necessidade de preparo dos/as profissionais escolares para essa discussão e prática, pois conforme afirma Landini (2011, p. 98), “[...] caso o [a] profissional não se sinta preparado [e preparada] ou à vontade, é mais prudente e responsável deixar essa tarefa para colegas mais bem preparados [/as]”.

A formação com docentes pode ser realizada, de acordo com Lima e Maio (2014, p. 62), “[...] mediante programas de capacitação, formação continuada e/ou palestras informativas”. O necessário é poder projetar um debate amplo e com características que contribuam no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Ainda nas palavras das autoras,

a formação sobre violência sexual deve permitir aos/as professores/as e a todos/as os/as envolvidos/as na escola: diretores/as, coordenadores/as, zeladores/as, cozinheiros/as, enfim, a todos/as os/as trabalhadores/as da educação, o compromisso político com essa situação (LIMA, MAIO, 2014, p. 62).

As autoras ainda explicam que pelo fato de as crianças e os/as adolescentes passarem um longo período de tempo nas escolas, é fundamental que os/as trabalhadores/as desse ambiente estejam capacitados/as para reconhecer “[...] comportamentos incomuns em seus/suas alunos/as” (LIMA; MAIO, 2014, p. 62). Assim, a equipe escolar precisa estar preparada para lidar com situações que envolvem as questões da sexualidade, incluindo a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A partir desse cenário, entende-se que as atividades realizadas, a fim de diminuir as violências sexuais contra as crianças e adolescentes, devem partir de uma prática indissociável de trabalho, em que os/as professores/as, a equipe escolar como um todo (merendeiros/as, zeladores/as, orientadores/as, supervisores/as, diretores/as etc.) e os/as alunos/as unam forças e práticas voltadas para o mesmo objetivo.

Ainda destaca-se que

prevenir a violência significa proteger a vítima de duas formas: mantê-la longe do contato com possíveis agressores [/as] (em condomínios fechados, com segurança, sem acesso aos sites perniciosos na Internet...) e ensiná-la a se proteger (dizendo não, gritando, correndo (LANDINI, 2011, p. 102).

A prática da proteção pode ser muito bem discutida pelos/as profissionais da Educação, por meio de rodas de conversa, atividades lúdicas, trabalhos em grupo e/ou individuais etc. As instituições educativas possuem papel interessante como órgão educativo e que pode se tornar, com o esforço coletivo, em órgão protetor, ao passo que possibilite a discussão de práticas voltadas ao combate da violência sexual. Para isso, “[...] requer-se do [/a] profissional [da Educação] que tenha conhecimento das principais características e da dinâmica da violência sexual, que saiba lidar com a questão da revelação do abuso ou exploração” (LANDINI, 2011, p. 101) e que seja uma pessoa aberta a conversar sobre as questões voltadas à sexualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente Tese foi analisar as políticas públicas que permitem [ou não] o debate sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nas instituições escolares, além de apresentar uma proposta de texto para os documentos oficiais da Educação dos municípios do Estado do Paraná.

A relevância social deste trabalho esteve em contribuir para a melhoria da compreensão, por parte de profissionais da Educação – principalmente – sobre a necessidade de que o tema violência sexual contra crianças e adolescentes esteja presente nos documentos oficiais voltados à área educacional, a exemplo do Plano Nacional de Educação, Plano Distrital de Educação, Planos Estaduais de Educação e Planos Municipais de Educação.

Para além de os documentos oficiais terem registrados aspectos da violência sexual contra crianças e adolescentes, é fundamental que os governos (federal, distrital, estadual, municipal) se articulem para possibilitar discussões e práticas acerca do tema com todos/as os/as profissionais da Educação, bem como com responsáveis, comunidade escolar, organizações governamentais e não-governamentais etc. Essa ação pode ter o objetivo de diminuir os casos de violência sexual contra os/as menores.

Ainda destaca-se a relevância desta proposta de trabalho pela contribuição na formação emancipatória das crianças e dos/as adolescentes, de maneira que tenham conhecimento acerca dos limites de seus corpos e de práticas abusivas que possam vir a sofrer no decorrer de suas vidas.

A presente Tese também apresentou um diálogo acerca da relação da Educação e questões voltadas à violência sexual contra crianças e adolescentes e os documentos educacionais oficiais. Essa relação é pertinente de discussão à medida que, conforme apontado durante o trabalho, não é discutida em outros materiais já publicados (como, por exemplo, capítulos de livros, Teses de Doutorado, Dissertações de Mestrado etc.). Dessa maneira, aqui foram fornecidos conhecimentos que contribuem para a superação dessa lacuna acerca do tema supracitado.

Assim, para alcançar o objetivo deste trabalho, o mesmo se apresentou dividido em 04 (quatro) seções, sendo que a primeira discutiu os Direitos Humanos

nas Políticas Públicas, perpassando por documentos internacionais e nacionais que amparam o debate acerca da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. A segunda seção apresentou um debate da desmistificação de conceitos importantes para a não violação dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, sendo os principais: a violência sexual e o abuso sexual. A terceira seção analisou os Planos Municipais de Educação de 17 (dezessete) municípios do Estado do Paraná, enfatizando a presença ou ausência de citações acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. A quarta seção apresentou uma sugestão de texto para os PME (relacionando a Educação e o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes), que poderá ser implementada nas unidades de ensino dos vários municípios do Estado do Paraná.

Nesse sentido, essas palavras finais promovem outros entendimentos possíveis a partir da busca de dados e análises realizadas neste trabalho. É importante salientar que não será apresentada uma conclusão, mas uma problematização, a partir do conteúdo ora destacado, ou seja, alguns apontamentos do que pôde ser observado durante a pesquisa.

A violência sexual contra crianças e adolescentes precisa estar no debate cotidiano das grandes áreas sociais: Educação, Saúde, Assistência Social etc. E a Educação, por estar intimamente ligada à criança e ao/à adolescente por um longo período de tempo diário, precisa organizar estratégias de discussão e práticas com o objetivo de minimizar os casos de violência sexual.

Embora os documentos (nacionais, estaduais e municipais) não garantam o trabalho efetivo acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso que esse cenário seja apresentado nos documentos oficiais, sobretudo para que a cobrança pelo trabalho – por parte de professores/as, familiares, organizações não-governamentais, secretarias e núcleos de Educação etc. – possa ser realizada, efetivando as práticas apresentadas nesses documentos.

Conforme apresentado, o número de registros oficiais de violência sexual contra crianças e adolescentes vêm crescendo exponencialmente. Essa realidade exige que esse assunto entre na pauta educacional, com o objetivo de seu combate, para que se alcance a sua diminuição e sejam realizados cuidados específicos com as vítimas dessa cruel forma de violência.

Ressalta-se que há vários documentos internacionais que viabilizam o trabalho acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, a citar:

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC, 1959), Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 1966), Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 (BRASIL, 1990b) e a Declaração do Panamá (PANAMÁ, 2000).

Ainda há alguns documentos nacionais que buscam minimizar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, como a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a), o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (BRASIL, 2004) e um decreto que estabelece o Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2007).

Contudo, existem vários documentos internacionais e nacionais que estabelecem (ou contribuem para) um trabalho acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, no entanto, mais da metade (52,95%) dos Planos Municipais de Educação (PME) analisados neste trabalho não fazem menção ao tema. Embora pareça um número expressivo (47,05%), que faz essa menção à violência sexual contra crianças e adolescentes, considerando o número de vítimas que são violentadas sexualmente, seria necessário que todos os Planos Municipais de Educação abordassem essa forma de violência.

Ressalta-se que os PME, para contribuir no combate à violação dos direitos sexuais das crianças e adolescentes, deveriam enfatizar práticas para tal, de modo a sugerir que os/as profissionais da Educação se qualificassem para essa ação, por exemplo.

Os números que são apresentados no decorrer dos estudos, bem como a visível falta de diálogo nas instituições escolares, podem revelar a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas atuais relacionadas à discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Dessa forma, demanda um trabalho conjunto em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, unindo forças de diálogos e práticas para combater esse tipo de violência.

As intervenções nesse campo devem perpassar várias instituições: unidades de ensino, Conselho Tutelar, política, dentre outras, que podem auxiliar em ações

integradas com Equipes Multidisciplinares²⁷ para promover proteção, prevenção e defesa dos direitos das crianças e dos/as adolescentes, incluindo essa faixa etária que sofre ou já sofreu algum tipo de violência sexual.

Em termos práticos, os grupos sociais que lutam pela defesa dos direitos das crianças e dos/as adolescentes ganharam força e visibilidade a partir da década de 1990 no Brasil, mostrando, de forma crescente, que a violência sexual existe e deve ser denunciada e combatida.

Vale ressaltar que é necessário, cada vez mais, lutar pela inclusão das diferenças e diversidades (das mais variadas formas) nas instituições escolares, de modo a perpetuar uma Educação e uma sociedade cada vez mais acolhedora, respeitosa, democrática, que não exclui, não discrimina e não viola os Direitos Humanos.

Além disso, a presente pesquisa não esgota as possibilidades de estudos acerca da relação entre Educação, violência sexual contra crianças e adolescentes e os documentos oficiais, abrindo-se, assim, novas possibilidades de análises sobre o tema investigado.

Enfim, a realização deste trabalho acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes se mostrou um avanço nos estudos, para o autor, de um tema tão fundamental de discussão. Conforme foram sendo realizadas as análises dos PME, soavam sentimento de tristeza (talvez impotência) ao perceber que não eram todos os documentos que possibilitavam práticas – ou chamavam a atenção – a respeito de um tema tão fundamental de debate. O que pode ser definido como certo fracasso de uma área tão essencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Ao passo que o trabalho ganhava corpo, a vontade de ‘gritar’ sobre a necessidade de diminuir os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, ia aumentando. Esse grito pode estar expresso nas linhas e entrelinhas desta Tese, que será divulgada incansavelmente por meio digital (para Secretarias Municipais de Educação e Núcleos Regionais de Educação), além de palestras, artigos publicados posteriormente etc.

²⁷ Aqui, as Equipes Multidisciplinares são entendidas como um grupo de profissionais das mais variadas áreas, a fim de realizar um trabalho completo para o atendimento das vítimas de abuso sexual, incluindo o trabalho de áreas como médica, psicológica, social e jurídica (PADILHA; GOMIDE, 2004).

Saber que crianças e adolescentes sofreram – e ainda sofrem – violência sexual representa que a humanidade ainda tem muito a evoluir, progredir, melhorar, avançar, ou seja, é urgente, cada vez mais, criar mecanismos para combater essa forma de violência. A cada nova manchete lida sobre essa prática abusiva contra os/as menores, uma razão a mais para experienciar a luta contra essa forma de agressão.

Após todas essas problematizações e constatações, um pedido necessário acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes: DENUNCIE! DISCUTA SOBRE! POSSIBILITE O DEBATE A RESPEITO! A luta contra essa violação de direitos é de todos e todas. Salienta-se, por fim, que quem não permite o debate acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo em documentos nacionais, está sendo conivente com essa forma de violação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anderson Pereira de. **A Convenção sobre os Direitos da Criança em seu décimo aniversário: avanços, eletividade e desafios**. 2000. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/revistas/index.php/revistas/article/viewFile/89/104>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, n. 50, jul. 2005, p. 71-102.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Direitos da infância: da tutela e proteção à cidadania e educação**. 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-07.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

APUCARANA. **Plano Municipal de Educação de Apucarana – Lei n. 062/2015**. 2015. Disponível em: <http://sapl.apucarana.pr.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7001_texto_integra>. Acesso em: 01 fev. 2016.

ARAPONGAS. **Plano Municipal de Educação de Arapongas**. 2015. Disponível em: <http://www.arapongas.pr.gov.br/downloads/legislacao/leis_municipais/Lei4388%20-%20Plano%20Mun%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202015%20anexos.pdf>. Acesso em: 02. Fev. 2016.

ARAUCÁRIA. **Plano Municipal de Educação de Araucária – Lei n.2.848/2015**. 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP8tO1INnKAhUI9h4KHRzsCswQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.diariooficial.araucaria.pr.gov.br%2Fsearch%2Fdownload%2Fid%2F26149&usq=AFQjCNEXwd1so_cuL9oOYYpwljIEHsf0A>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicologia em Estudo**. Maringá, PR, v. 07, n. 02, jul./dez., 2002, p. 03-11.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1979.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BEM PARANÁ. **Paraná registra 17 cidades com mais de 100 mil habitantes**. 2010. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/162189/parana-registra-17-cidades-com-mais-de-100-mil-habitantes>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

BENETA, Leilane. **Criança estuprada pelo tio morre após apanhar da própria mãe**. 2014. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/789452/?noticia=crianca+estuprada+pelo+tio+morre+apos+apanhar+da+propria+mae>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro** – Decreto Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Brasília: Presidência da República, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990a. Brasília: Presidência da República, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 99.710/1990** – Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília: Presidência da República, 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 8.242 de 12 de outubro de 1991** - Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm>. Acesso em? 25 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 592, de 6 de julho de 1992** – Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 5.017 de 12 de março de 2004** – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/_portalebc2014/files/atoms/files/decreto_n_5.017_de_12_de_marco_de_2004.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. **Lei 11.340/2006** – Lei Maria da Penha. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BRASIL. Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006b.

BRASIL. Decreto nº. 6.230 de 11 de outubro de 2007 - Estabelece o Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes, com vistas à implementação de ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por parte da União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6230.htm>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Lei nº. 12.015 de 7 de agosto de 2009 – Altera o Código Civil Brasileiro. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – Lei nº. 13.005/2014. 2014a. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. Planejando a Próxima Década – conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. O Plano Municipal de Educação – caderno de orientações. 2014c. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. PNE em Movimento: caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos planos municipais de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF>. Acesso em: 20 set. 2016.

BUENO, Francisco da Silveira, Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa Silveira Bueno. São Paulo: DCL, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPO LARGO. **Plano Municipal de Educação de Campo Largo** – Lei n.º 2.684/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-campo-largo-pr>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CAPPELLARI, Márcia Schmitt Veronezi. A Pedofilia na Pós-Modernidade: um problema que ultrapassa a cibercultura. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 11, n. 01, jan./jun., 2005, p. 67-82.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil**. Maringá/PR: EDUEM, 2012.

CASCAVEL. **Plano Municipal de Educação de Cascavel** – Lei n.º 6.496/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-cascavel-pr>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas**. Una historia conceptual de la biopolítica. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2011.

CASTRO, Marilene Maria de Aquino. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos**: um estudo de caso em Juruti (PA). 2016. 251 f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) – Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <<http://www.ppged.com.br/arquivos/File/TESEmarilene.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.25-62.

COLOMBO. **Plano Municipal de Educação de Colombo**. Disponível em: <<http://portal.colombo.pr.gov.br/downloads/PLANO-MUNICIPAL-DE-EDUCACAO-DE-COLOMBO.pdf>>. Acesos em: 12 fev. 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamentos dos Direitos Humanos**. 1997. Disponível em: <<http://200.144.182.46/publicacoes/textos/comparatodireitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

COSTA, Jociane Rosa de Macedo. Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel (Orgs.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.85-116.

COSTA, Maria Conceição; BIGRAS, Marc. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, 2007, p. 1101-1109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v12n5/02.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

COSTA, Maria Conceição Oliveira *et al.* O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 12, n. 05, p. 1129-1141, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v12n5/04.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CURITIBA. **Plano Municipal de Educação de Curitiba** – Lei n.º 14.681/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

DUDC. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. UNICEF, 1959.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 133-166.

ESTIMADO, Roberta Baessa *et al.* Entrevista: Margareth Rago. **Revista Humanidades em Diálogo**, São Paulo, 7. ed., 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/viewFile/113330/111278>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. A erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, v. 14, n. 03, p. 119-130, set-dez, 2003.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, n. 26, jan./jun. 2006, p. 201-233. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30391.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão técnica: Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOZ DO IGUAÇU. **Plano Municipal de Educação de Foz do Iguaçu** – Lei nº. 4.341/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2015/434/4341/lei-ordinaria-n-4341-2015-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-aprovar-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-foz-do-iguacu-pme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

FRANÇA, Fabiane Freire; FELIPE, Delton Aparecido. Os impactos dos feminismos e dos estudos de gênero no currículo educacional, **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 02, p. 550-562, abr./jun., 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/26249/23026>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GAZETA DO POVO. **Dobram os casos de estupro contra crianças no Paraná**. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dobram-os-casos-de-estupro-contra-criancas-no-parana-9edsiltkaewe04aoynxbigj7y>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, Sexualidade e Saúde. **Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 10 (supl. 1), 1994, p. 146-155.

GIROUX, Henry. **Teoria Crítica e resistência em Educação**: para além das Teorias da Reprodução. Tradução de Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 107-140.

GONÇALVES, Camila Firmino; OLIVEIRA, Márcio de. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: o papel da família e da escola no combate a essa prática. **II Fórum das Licenciaturas, I Seminário de Ciências da Saúde, I Seminário de Ciências Sociais e Aplicadas**, Paranaíba, 2015, s/p.

GUARAPUAVA. **Plano Municipal de Educação de Guarapuava** – Lei nº. 2.414/2015. Guarapuava/PR: Câmara de vereadores/as, 2015.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro/2001, p. 30-41. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

IBGE. **Censo 2010** – População do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=censodemog2010_amostra>. Acesso em: 15 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Arapongas em 2015**. 2015a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410150&idtema=130&search=parana%7Carapongas%7Cestimativa-da-populacao-2014>>. Acesos em: 01 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Campo Largo em 2015**. 2015b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410420&search=parana|campo-largo>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Cascavel em 2015**. 2015c. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410480>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Curitiba em 2015**. 2015d. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=410690&idtema=130&search=parana%7Ccuritiba%7Cpopulation-estimate-2015-&lang=>>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Foz do Iguaçu em 2015**. 2015e. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=410830&idtema=130>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Guarapuava em 2015**. 2015f. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410940&idtema=130&search=parana|guarapuava|estimativa-da-populacao-2015->>. Acesso em: 29 fev. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Londrina em 2015**. 2015g. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411370>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Paranaguá em 2015**. 2015h. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411820&idtema=130&search=parana|paranagua|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Maringá em 2015**. 2015i. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=130&search=parana|maringa|estimativa-da-populacao-2014->>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Ponta Grossa em 2015**. 2015j. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411990&idtema=130&search=parana|ponta-grossa|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de São José dos Pinhais em 2015**. 2015k. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412550>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Toledo em 2015**. 2015l. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=412770&idtema=130>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Umuarama em 2015**. 2015m. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412810>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

IBGE. **Estimativa da População de Araucária em 2015**. 2015n. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410180>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

IPEA. **Nota Técnica – Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecniciadiest11.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 07-131.

JÚNIOR, Victor Albernaz; FERREIRA, Paulo Roberto Vaz. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. s/d. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado11.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

LANDINI, Tatiana Savoia. Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 225-252, jan./jul., 2006.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEAL, Cleumir Pereira. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em: <<http://www.ppged.com.br/arquivos/File/Cleumir.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

LEITE, Antonio José Maffezolli; MAXIMIANO, Vitore André Zilio. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. s/d. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado5.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose. **Violência Sexual Contra Criança: contributos para a formação docente**. Curitiba: CRV, 2014.

LONDRINA. **Plano Municipal de Educação de Londrina** - Lei nº. 12.291 de 23 de junho de 2015. Londrina: Câmara de Vereadores/as, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009, p. 85-93.

MACHADO, Claudia. **Educação e Direitos Humanos - trajetória de porto alegre no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2014. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7123/1/000466684-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MAIO, Eliane Rose. **O Nome da Coisa**. Maringá/PR: Unicorpore, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINGÁ. **Plano Municipal de Educação de Maringá** – Lei nº. 10.024/2015. 2015. Disponível em: <http://sapl.cmm.pr.gov.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/12357_texto_integral>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MARRA, Marlene Magnabosco. **Conversas criativas e abuso sexual**: uma proposta para o atendimento psicossocial. São Paulo: Ágora, 2016.

MATRIZ. **Matriz Intersectorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. s/d. Disponível em: <matriz.sipia.gov.br/promoção/acoes-e-programas/23-pair>. Acesso em: 07 abr. 2017.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. **Compondo a cena do dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do PNE 2014/2024**: uma crítica em torno do cenário em questão. 237 fls. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Dra Kátia Maheirie; Co-orientadora: Dra. Marivete Gesser. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174707/344476.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009, p. 213-233.

MDH – Ministério dos Direitos Humanos. **Crianças e Adolescentes**. s/d. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/enfrentamento-a-violencia-sexual/programa-de-acoes-integradas-e-referenciais-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-infanto-juvenil-no-territorio-brasileiro-pair>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MIRANDA, Ariane Camila Tagliacolo; OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** – desafios atuais dos feminismos, Florianópolis, 2013.

MORAES, Márcia. **Ser Humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas**: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014. 111fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Dra. Maria Rita de Assis César. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44031/R%20-%20D%20-%20JASMINE%20MOREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MPPR. **Criança e Adolescente** – Paraná registra 24% das denúncias de abuso e exploração sexual no Brasil. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=4512>>. Acesso em: 30 set. 2016.

NEVES, Marcelo. A força simbólica dos Direitos Humanos. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Salvador/BA, n. 04, p. 01-35, out./nov./dez., 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marcelo_Neves5/publication/43921452_A_forca_simbolica_dos_direitos_humanos/links/55cb933008aeb975674c7e69/A-forca-simbolica-dos-direitos-humanos.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza *et al.* O crime de estupro sob o prisma da Lei 12.015/2009. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 902, p. 395-422, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. **Gênero na Literatura Infantil**: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Eliane Rose Maio. Maringá, 2013.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. Sexualidade: a importância da família e da escola como formadores sexuais. In: CAETANO, Luciana Maria; YAEHASHI, Solange Franci Raimundo (Orgs.). **Relação escola e família**: diálogos interdisciplinares para a formação da criança. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 85-100.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. “Você tentou fechar as pernas?” – A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 03, jul./ago./set., 2016, p. 01-18.

PADILHA, Maria da Graça Saldanha; GOMIDE, Paula Inês Cunha. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista Estudos de Psicologia**, n. 09, vol. 01, p. 53-61, 2004.

PANAMÁ. **X Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo – Declaração do Panamá**. "Unidos Pela Infância e Adolescência, Base da Justiça e da Equidade no Novo Milênio". 2000. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10141.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

PARANAGUÁ. **Plano Municipal de Educação de Paranaguá** – Lei nº. 3.468/2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-paranagua-pr>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

PEDROSA, Leyberson. **ECA 25 anos**: confira linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-linha-do-tempo-direitos-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-108.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal Pediátrico**. Rio de Janeiro, n. 81 (Supl. 5), 2005, p. 197-204.

PIDCP. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos**. 1966. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PINHAIS. **Plano Municipal de Educação de Pinhais** – Lei nº. 1.658/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1658-2015-Pinhais-PR.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

POLÍCIA CIVIL. **Paraná registrou mais de 3 mil casos de violência sexual e física contra crianças e adolescentes em 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=12270>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

PONTA GROSSA. **Plano Municipal de Educação de Ponta Grossa** – Lei nº. 12.213/2015. 2015. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-12213-2015-Ponta-grossa-PR.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Estatuto da Criança e do Adolescente: 10 anos de subjetivações. **Rev. Minist. Públ. Est. MA**, São Luiz, n. 16, jan./dez., 2009, s/p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, v. 06, n. 16, set./dez., 2006, p. 37-50.

SANTOS, Lulu. **Tempos Modernos**. s/d. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/lulu-santos/tempos-modernos.html>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Plano Municipal de Educação de São José dos Pinhais** – Lei nº. 2.585/2015. 2015. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-sao-jose-dos-pinhais-pr>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SCHREIBER, Lilia *et al.* Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 41-54, fev. 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 249-260.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, pp. 20-45, jul./dez. 2016.

TOLEDO. **Plano Municipal de Educação de Toledo** – Lei nº. 2.195/2015. 2015. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/7149_texto_integral>. Acesso em: 09 mar. 2016.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

UMUARAMA. **Plano Municipal de Educação de Umuarama** – Lei nº. 4.090/2015. 2015. Disponível em: <<http://www.umuarama.pr.gov.br/legislacoes/a/filtrar/pagina/2>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes** – 20 anos de Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <http://bibliotecacrescersemviolencia.org/pdf/5_conselho_municipal/E2_20_anos_do_ECA_SDH.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico – livros para professores. Apresentação e comentários: Ana Luiza Smolka. Tradução: Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

VOLNOVICH, Jorge. **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2005.

WALSELFISZ, Julio Jacolo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.